

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS/RJ****DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)****I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas e Títulos, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores e formação de cadastro de reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
522001269	Alan Patrick Ferreira Ramos	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522001334	Alexandra Martins Hazelmam Brandão	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009040	Ana Clara Nacif Lunguinho Mesquita	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522003110	Ana Lucia Freitas Willemen De Andrade	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522001053	Anderson De Souza Lima	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522012760	Angela Maria Cordeiro Correa Willemen	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522000020	Barbara Soares Cordeiro Granado	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522005828	Beatriz Rodrigues Da Silva Andrade	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002751	Berlânia Bilianny De Lucas	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522000040	Bianca Cristina Da Silva Altino	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522007641	Brenda Gomes Melo	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006113	Breno Costa Gomes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002986	Bruna Corrêa Da Silva	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009931	Bruno Alves De Oliveira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522004393	Carmem Celia Da Silva Santos Silveira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522017171	Carolina De Souza Freixo Pontes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522016725	Cleidiane De Souza Carvalho Ferreira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522000849	Daiane Dos Santos Goulart Oliveira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522003881	Daniel Machado Câmara Da Silva	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522014107	Edivalda Da Silva Andrade Silverio	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522000517	Eduardo Crespo Fiaux Pinheiro Faria	Agente Comunitário de Saúde - ACS

522014915	Elara Silva Rodrigues Machado	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522011885	Eziel Bento Dos Santos	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009778	Filipe Pinheiro De Andrade	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522000086	Gabriel Campos Barcelos	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006484	Gabriel Faria Lessa Bragança	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002947	Genilson Neves Da Silveira Júnior	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522012005	Giovanna Vitória Dias Miranda Angelo	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522000927	Gleidison Côrtes Canedo	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522012881	Guilherme Casanova De Melo Pereira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006308	Guilherme De Castro Alves Lage	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522014621	Guilherme De Marillac Cremonez	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009712	Gustavo Da Silva Monteiro	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522005362	Henaile Mota De Souza	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002745	Hingred Rodrigues Da Silva Braça	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522013395	Ianca Assis Rubim Monteiro	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522013844	João Pedro Curvelo De Sousa	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522017610	Jocerlan Casanova Fonseca Pontes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006069	Jorge Ornelas Souza	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522018239	Júlia De Cássia Carneiro Pereira De Freitas	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522007116	Júlia De Paula Côrtes Pontes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522017338	Kamirys Santana Gomes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522015006	Karen Faria De Sousa Lima	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522007955	Karoliny De Assis Silva	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522001749	Kauã Peixoto Vianna	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522004417	Ketelen De Andrade Palmares	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522003850	Laíne Da Costa Assis	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522008529	Laís Nascimento Lage Vieira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006828	Laryssa Canedo De Alvarenga	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009693	Laryssa Curvelo Desidério	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522014821	Laura Vilaça Rangel	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522000075	Lays Ramos Sa	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522011900	Leonardo Assis Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002298	Leonardo Lopes Pontes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522013265	Leonardo Patrick Teixeira Carvalho	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009019	Leonardo Ribeiro Fernandes Ataíde	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009184	Leticia Pinto Faria	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522004110	Lettycia Navega Gomes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522000282	Lídia Liques De Andrade Pereira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522001899	Lorrany Santiago Pereira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522010375	Luana Fratane Gomes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522012367	Lucas De Oliveira Campos	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006912	Lucas Silva Rodrigues Machado	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006124	Manuela Da Cruz Ferrari	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522003434	Marcelly Alves Navega Campelo	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009897	Maria Eduarda Barcellos Ferreira	Agente Comunitário de Saúde - ACS

522016266	Mariana Pontes Quintan	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522011914	Marlete Carrarini Dos Santos Lopes	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522014942	Mateus Silva Rodrigues Machado	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522010464	Matheus De Souza Berriel Oliveira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522008882	Mayara Escala De Souza Casanova	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002609	Maycon Teixeira De Souza	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522016819	Michelle Matos Porto De Assis	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522011602	Miguel Botelho Ramos Godinho	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522008786	Miguel Neves Wagner	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522004114	Mônica Gomes Santos Maia	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522004443	Natália Silva Campos	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002954	Ozório Machado Barcelos Neto	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522016084	Paloma Silva Francisco Pereira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522007352	Pedro Neves De Almeida	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522005019	Poliane De Marillac Cremonez	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522001423	Rafael Pontes Dos Santos	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522003575	Raphael Menezes Alves Dos Santos	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522011254	Raquel Soares De Freitas	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009044	Ruan Ribeiro Ataíde	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522007012	Ruan Vieira Pires	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522007746	Sabrina De Souza Oliveira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009794	Sandro Ricardo Palagar Joia Júnior	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522004405	Sara Gabriela Peçanha Felipe	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006326	Sérgio Figueirôa Pereira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522014748	Simonique Cortes Sanches Lança	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522005372	Sueli De Melo Beiral De Souza	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522001760	Thairine Soares Cordeiro Granado	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522013273	Thayrine Ramos Rangel Da Silva	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522007433	Thuany Monteiro Marques	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522006808	Tiago De Araujo Ferreira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002251	Vanessa Gomes dos Santos Vilaça	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522003852	Vanessa Martins Nogueira	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522002035	Viviane Ferreira Da Silva	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522013413	Walquiria Soares Cordeiro Granado	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522003613	Wesley Corrêa Alonso Serpa	Agente Comunitário de Saúde - ACS
522009069	Ana Carolina Andrade De Souza	Agente de Combate às Endemias - ACE
522001285	André Martins Pinheiro	Agente de Combate às Endemias - ACE
522006942	Angelica De Souza Carvalho	Agente de Combate às Endemias - ACE
522004501	Anna Karollina Barroso Viana	Agente de Combate às Endemias - ACE
522006147	Antonio Luiz Lopes Da Silva	Agente de Combate às Endemias - ACE
522003564	Ariana França Lopes	Agente de Combate às Endemias - ACE
522015322	Caio Araujo Azevedo Dos Santos	Agente de Combate às Endemias - ACE
522006014	Cleiton Cordeiro Corrêa	Agente de Combate às Endemias - ACE
522000854	Daiane Dos Santos Goulart Oliveira	Agente de Combate às Endemias - ACE
522003629	Deborah Tatiane Matos Silva	Agente de Combate às Endemias - ACE

522005290	Fabiane De Freitas Silveira	Agente de Combate às Endemias - ACE
522013201	Fernanda Silva Macabu	Agente de Combate às Endemias - ACE
522009647	Gabriella Hentzy Da Silva	Agente de Combate às Endemias - ACE
522011547	Gesislene Miler Costa	Agente de Combate às Endemias - ACE
522006969	Gimenes De Oliveira Souza	Agente de Combate às Endemias - ACE
522006309	Guilherme De Castro Alves Lage	Agente de Combate às Endemias - ACE
522011275	Jhonatan Souza Da Silva	Agente de Combate às Endemias - ACE
522005817	Julio Damiao Serra Campos	Agente de Combate às Endemias - ACE
522006290	Kayo Rubem Menezes Ribeiro	Agente de Combate às Endemias - ACE
522007314	Laryssa Curvelo Desidério	Agente de Combate às Endemias - ACE
522000699	Lauren Dos Santos Inacio	Agente de Combate às Endemias - ACE
522000070	Lays Ramos Sa	Agente de Combate às Endemias - ACE
522009189	Leticia Pinto Faria	Agente de Combate às Endemias - ACE
522001304	Levi Soares Da Silva	Agente de Combate às Endemias - ACE
522012807	Lucas Silva De Aguiar	Agente de Combate às Endemias - ACE
522014905	Luciane Rosa Machado Noe	Agente de Combate às Endemias - ACE
522014280	Luíza Martins Santos	Agente de Combate às Endemias - ACE
522016910	Marcel Sepulvida Beliene Junior	Agente de Combate às Endemias - ACE
522010354	Marcelo Silva De Souza	Agente de Combate às Endemias - ACE
522003293	Marcos José Silveira Cordeiro	Agente de Combate às Endemias - ACE
522018460	Maria Marta Lopes Bessa Villaça	Agente de Combate às Endemias - ACE
522013360	Mayara Virgilio Laurindo	Agente de Combate às Endemias - ACE
522016821	Michelle Matos Porto De Assis	Agente de Combate às Endemias - ACE
522009041	Miguel Crespaumer Panisset	Agente de Combate às Endemias - ACE
522002149	Ozório Machado Barcelos Neto	Agente de Combate às Endemias - ACE
522016088	Paloma Silva Francisco Pereira	Agente de Combate às Endemias - ACE
522015748	Paulo Victor Silva Costa	Agente de Combate às Endemias - ACE
522017461	Ráfany Oliveira Chermout	Agente de Combate às Endemias - ACE
522018029	Ramon Mouta Ribeiro Abílio	Agente de Combate às Endemias - ACE
522009611	Renato Marques De Souza	Agente de Combate às Endemias - ACE
522006034	Valdineia Lopes De Araújo De Assis	Agente de Combate às Endemias - ACE
522013383	Vinicius Benine Gomes	Agente de Combate às Endemias - ACE
522010914	Wellerson Monteiro De Souza	Agente de Combate às Endemias - ACE
522004749	Bárbara De Souza Nunes	Assistente Social Escolar
522001311	Brígida Da Silva Pinto	Assistente Social Escolar
522003726	Nilsemara Faria Da Silva	Assistente Social Escolar
522002454	Ana Carla De Oliveira Moreth Abreu	Cuidador Escolar
522006229	Fabiane De Freitas Silveira	Cuidador Escolar
522004255	Jaqueline Batista Menezes	Cuidador Escolar
522000955	Michelle Gomes Venancio	Cuidador Escolar
522005192	Yvilyn Falcão De Souza Moreira	Intérprete de Libras
522013544	Ana Francisca Klen Pereira	Mediador de Aprendizagem
522016785	Ariana Gomes Alves Da Silva	Mediador de Aprendizagem
522011834	Bruna Villete Panisset Ornelas	Mediador de Aprendizagem
522012610	Daniel Liques De Andrade Rezende	Mediador de Aprendizagem

522015171	Delsa Cristina Da Rocha Mouta	Mediador de Aprendizagem
522004454	Eduarda Silva Simião Ribeiro	Mediador de Aprendizagem
522017466	Fabiana Barcelos De Oliveira	Mediador de Aprendizagem
522008085	Fernanda Carrilho Corrêa De Oliveira Bastos	Mediador de Aprendizagem
522001602	Iolara Nascimento Da Silva	Mediador de Aprendizagem
522008495	Jéssika Lima Morete	Mediador de Aprendizagem
522000266	Julianne Pinheiro Dias	Mediador de Aprendizagem
522013800	Kamilli Reis Queiroz	Mediador de Aprendizagem
522001015	Kênnya Cristina De Souza Carvalho Medeiros	Mediador de Aprendizagem
522010982	Kessilla Da Costa Malafaia	Mediador de Aprendizagem
522014180	Kimberly Da Conceicao Lopes Freixo Serpa	Mediador de Aprendizagem
522013445	Laryssa Guimarães Coelho	Mediador de Aprendizagem
522003324	Laura Arêas Pessanha	Mediador de Aprendizagem
522001120	Magda Cabral Ribeiro	Mediador de Aprendizagem
522011662	Maria Dolores Lopes Seabra	Mediador de Aprendizagem
522012846	Maria Eduarda Vogas Gualberto Félix	Mediador de Aprendizagem
522016338	Mônica Gomes Santos Maia	Mediador de Aprendizagem
522008785	Rayane Martins Da Silva	Mediador de Aprendizagem
522013094	Rozeline Maria Rodrigues Carvalho Silvestre	Mediador de Aprendizagem
522000555	Sérgio Ricardo Maia Pinto	Mediador de Aprendizagem
522008235	Yasmim Macedo Vieira Guimarães Paineiras	Mediador de Aprendizagem
522001352	Beatriz Guimarães Pinheiro Dias Canêdo	Monitor de Alunos
522001784	Estefany Caetano Dias	Monitor de Alunos
522016002	Estelza Ribeiro Muniz Mendonça	Monitor de Alunos
522006483	Gabriel Faria Lessa Bragança	Monitor de Alunos
522006970	Gabriel Mello Garcez De Souza	Monitor de Alunos
522004467	Gabriela De Assis Loureiro	Monitor de Alunos
522004506	Hellen Fernandes Dezedias	Monitor de Alunos
522001543	Joicileny Silva De Souza	Monitor de Alunos
522010608	Laryssa Canedo De Alvarenga	Monitor de Alunos
522015233	Letícia Rodrigues Basilio	Monitor de Alunos
522018602	Maxuel Ribeiro Maciel	Monitor de Alunos
522006847	Natali Ferreira Gonçalves De Souza	Monitor de Alunos
522009814	Priscila Fonseca Santos	Monitor de Alunos
522003576	Raphael Menezes Alves Dos Santos	Monitor de Alunos
522009405	Soraia De Souza Jorge	Monitor de Alunos
522017583	Taissa Mayer De Abreu	Monitor de Alunos
522008220	Victorio Antônio Neto Crespo	Monitor de Alunos
522002338	Anacely Freitas Neto Romero	Professor Auxiliar de Creche
522002853	Angela Maria Lima Palagar Oliveira	Professor Auxiliar de Creche
522000148	Anna Luísa Leonardo Santos Perroux	Professor Auxiliar de Creche
522016977	Ariana Gomes Alves Da Silva	Professor Auxiliar de Creche
522011837	Bruna Villette Panisset Ornelas	Professor Auxiliar de Creche
522014297	Danielle Lima Vieira Santos	Professor Auxiliar de Creche
522004450	Eduarda Silva Simião Ribeiro	Professor Auxiliar de Creche

522003931	Mariana Santana Cardozo	Professor Auxiliar de Creche
522008910	Rosane Valentim Cortes Dias	Professor Auxiliar de Creche
522009697	Silvia Beatriz De Paula Esteves Areal	Professor Auxiliar de Creche
522012449	Simonique Mérida Valente	Professor Auxiliar de Creche
522011176	Thallia Patricio Da Costa	Professor Auxiliar de Creche
522011589	Tinolla Mary Trubat De Souza Viana Da Silva	Professor Auxiliar de Creche
522008310	Aline Peixoto Vilaça Dias	Professor de Educação Infantil
522002332	Anacely Freitas Neto Romero	Professor de Educação Infantil
522002851	Angela Maria Lima Palagar Oliveira	Professor de Educação Infantil
522000144	Anna Luísa Leonardo Santos Perrouit	Professor de Educação Infantil
522008586	Anna Sara Cardoso Palagar	Professor de Educação Infantil
522000626	Bruna Celina De Carvalho Martins	Professor de Educação Infantil
522015791	Caroline De Souza Barreto Sardinha	Professor de Educação Infantil
522007042	Clara Mota Pandino	Professor de Educação Infantil
522013276	Cláudia Márcia De Andrade Moreto	Professor de Educação Infantil
522005891	Cristini Marcelino De Souza	Professor de Educação Infantil
522012739	Daiane Arruda Da Silva	Professor de Educação Infantil
522006347	Danielle Lima Vieira Santos	Professor de Educação Infantil
522012660	Franciayne Martins Da Silveira Silva	Professor de Educação Infantil
522002513	Gabriel De Freitas Ribeiro	Professor de Educação Infantil
522000398	Gabriel Marendaz Andrade	Professor de Educação Infantil
522006015	Graziele De Oliveira Da Silva Rangel	Professor de Educação Infantil
522000030	Hanayara Maria De Miranda Rocha	Professor de Educação Infantil
522004056	Isabella Teixeira Barreto De Carvalho	Professor de Educação Infantil
522000315	Karol Santos Crelier	Professor de Educação Infantil
522001307	Katia Carriello Paradella	Professor de Educação Infantil
522002809	Kayque Carvalho De Azevedo	Professor de Educação Infantil
522000974	Kelly Assis Gularte	Professor de Educação Infantil
522002070	Kellyane Da Silva Pontes Da Silva Menezes	Professor de Educação Infantil
522000362	Késsia De Fátima Palagar Azevedo Souza	Professor de Educação Infantil
522005034	Laryssa Christine Mota Gomes	Professor de Educação Infantil
522002273	Loislene Pereira Vitorino De Almeida	Professor de Educação Infantil
522009795	Maissy Araújo Mota	Professor de Educação Infantil
522015182	Manuela Pereira França	Professor de Educação Infantil
522000205	Márcia Cristina Pinheiro Carvalho	Professor de Educação Infantil
522015461	Maria Clara Souza Silva	Professor de Educação Infantil
522005267	Maria Paula De Oliveira Rangel Cordeiro	Professor de Educação Infantil
522000238	Mariana De Almeida Serra Pinheiro	Professor de Educação Infantil
522003774	Meire Anchieta Ferreira	Professor de Educação Infantil
522007337	Patrícia Cavalaro Campos	Professor de Educação Infantil
522002425	Poliane Da Silva Maia Ferreira	Professor de Educação Infantil
522007671	Polliny Codeco Barcellos Nunes	Professor de Educação Infantil
522014267	Priscila Martins De Souza Batista	Professor de Educação Infantil
522003225	Raysa Mayra Muniz Cordeiro	Professor de Educação Infantil
522003225	Raysa Mayra Muniz Cordeiro	Professor de Educação Infantil

522009695	Silvia Beatriz De Paula Esteves Areal	Professor de Educação Infantil
522000873	Simara Machado De Oliveira Côrtes	Professor de Educação Infantil
522006209	Tamiris Damião Machado Montanha	Professor de Educação Infantil
522008715	Tayane Souza Joia Hentzy	Professor de Educação Infantil
522008964	Tayla Leite Rangel	Professor de Educação Infantil
522001812	Thaise De Oliveira Braga Alves Medina	Professor de Educação Infantil
522009540	Viviane Joia Damasceno Couto	Professor de Educação Infantil
522015374	Arielia Peixoto Da Silva	Professor I - Artes
522003884	Gabriel Rocha Pimentel	Professor I - Artes
522007145	Higor Pinheiro Caldeira	Professor I - Artes
522004284	Jacqueline Alves De Paula Barrozo	Professor I - Artes
522001406	Jefferson Cavalaro Gouvêa	Professor I - Artes
522001309	Katia Carriello Paradella	Professor I - Artes
522004616	Lucas Teixeira Pereira	Professor I - Artes
522015014	Maycon Carvalho Teixeira De Aguiar	Professor I - Artes
522004919	Monica De Carvalho Souza Estofel	Professor I - Artes
522016748	Sandra Barbosa Gomes Cruz	Professor I - Artes
522009663	Sandy Dos Santos Girao De Ornellas	Professor I - Artes
522000021	Ana Paula Almeida Moreira	Professor I - Educação Especial
522013275	Cláudia Márcia De Andrade Moreto	Professor I - Educação Especial
522017789	Daiane Rodrigues Maciel	Professor I - Educação Especial
522003723	Franciane Tavares Medeiros Quintanilha	Professor I - Educação Especial
522000502	Genilza De Souza Cabral Verdan	Professor I - Educação Especial
522002142	Giovana Azevedo Hentzy	Professor I - Educação Especial
522012650	Jáinne Oliveira Dos Santos Cortes	Professor I - Educação Especial
522008923	Karen Mata Santos	Professor I - Educação Especial
522000366	Késsia De Fátima Palagar Azevedo Souza	Professor I - Educação Especial
522000157	Ligiane Gomes Bonfim	Professor I - Educação Especial
522009797	Maissy Araújo Mota	Professor I - Educação Especial
522014982	Malvinéia Pereira Marques	Professor I - Educação Especial
522018166	Maria Marta Lopes Bessa Villaça	Professor I - Educação Especial
522009881	Mayaara Valadares Gonçalves	Professor I - Educação Especial
522001378	Pâmela Pereira Silva De Medeiros	Professor I - Educação Especial
522007685	Polliny Codeco Barcellos Nunes	Professor I - Educação Especial
522001875	Priscila Da Silva Oliveira	Professor I - Educação Especial
522016682	Rayza Fagundes Da Silva	Professor I - Educação Especial
522014796	Suelen Da Silva Santos Andrade Do Couto	Professor I - Educação Especial
522000234	Thays Mota De Moura Azevedo	Professor I - Educação Especial
522006904	Brunna Machado Rodrigues	Professor I - Educação Física
522008319	Camila Bento Soares	Professor I - Educação Física
522005226	Cláudio Da Silva Amaral Júnior	Professor I - Educação Física
522011347	Daiany Ferreira Dias	Professor I - Educação Física
522012023	Edvania Da Cruz Silva	Professor I - Educação Física
522007140	Ewerton De Oliveira Leonardo	Professor I - Educação Física
522016624	Feliphe Florencio Barreto	Professor I - Educação Física

522001587	Filipe De Andrade Pereira Malafaia	Professor I - Educação Física
522014701	Giovani Ruiz Fávaro	Professor I - Educação Física
522005321	Jhulia Vieira Oliveira	Professor I - Educação Física
522005103	João Marcos Gomes De Carvalho Ferraz	Professor I - Educação Física
522001240	Jonathan Olavio Guimaraes	Professor I - Educação Física
522015000	Jorge Luis Romano Ottati	Professor I - Educação Física
522011483	Jullyana Ribeiro Cerqueira	Professor I - Educação Física
522004529	Kellen Cristine Da Silva Deolindo	Professor I - Educação Física
522010648	Lázaro Ferreira Gonçalves	Professor I - Educação Física
522010145	Leandro Claudino Gonçalves	Professor I - Educação Física
522015340	Lucas Da Cruz Silva	Professor I - Educação Física
522011353	Marcos Vinícius Moreto Gomes	Professor I - Educação Física
522007474	Maria Luiza Rangel Crispim Ferreira	Professor I - Educação Física
522001189	Rafael Rodrigues De Sousa E Silva	Professor I - Educação Física
522007273	Reurison Vicente Félix	Professor I - Educação Física
522014314	Rodolfo Da Silva Reis	Professor I - Educação Física
522002663	Thiago Do Amaral Viana De Lima	Professor I - Educação Física
522003364	Gilberto De Araújo Prado	Professor I - Ensino Religioso
522001773	Allan Fábio Da Silva Soares	Professor I - Geografia
522004005	Andreza Rohem Gualberto	Professor I - Geografia
522005757	Danielly Da Silva Serra Azevedo	Professor I - Geografia
522006065	Edmar De Souza Felipe Júnior	Professor I - Geografia
522002898	Gabriel Carvalho Cabral	Professor I - Geografia
522014914	Iara Faria De Azevedo	Professor I - Geografia
522000024	Laura De Almeida Gloria Lucio	Professor I - Geografia
522001492	Samuel Mendonça Viana Júnior	Professor I - Geografia
522010878	Deivyd Barreto Rangel	Professor I - História
522009645	Fernanda Da Silva Gomes	Professor I - História
522009607	Karine Barbosa Da Costa	Professor I - História
522008316	Kimberly Gutierrez Mendonça	Professor I - História
522003227	Laisa Farias Sá	Professor I - História
522006459	Leonardo Miguel Orçay Faria	Professor I - História
522009133	Luiz Carlos Almeida Da Silva Junior	Professor I - História
522013568	Mirelly Brito Mota De Souza	Professor I - História
522007121	Victor Hugo Gonçalves Batista	Professor I - História
522011928	Joicy De Souza Ribeiro Quitete	Professor I - Libras
522008961	Juliana Viener Da Silva Pires	Professor I - Libras
522006991	Marcelo Monteiro De Souza	Professor I - Libras
522006848	Natali Ferreira Gonçalves De Souza	Professor I - Libras
522001457	Brenda Da Silva Felipe Santos	Professor I - Língua Portuguesa
522006749	Fernanda Pessanha Maciel	Professor I - Língua Estrangeira
522006443	Fhelipe Santana Viegas	Professor I - Língua Portuguesa
522006196	Gabriela Ferreira Lopes	Professor I - Língua Portuguesa
522002010	Ingrit Barreto Cardoso	Professor I - Língua Portuguesa
522006937	Izabella Soares Carneiro Dos Santos	Professor I - Língua Portuguesa

522008599	Kézia Allen De Souza Neves	Professor I - Língua Portuguesa
522004882	Nayara De Pinho Fernandes	Professor I - Língua Portuguesa
522013229	Pamella Silva Francisco Pereira	Professor I - Língua Portuguesa
522004089	Pedro Silva Goudard Cruz	Professor I - Língua Portuguesa
522010825	Pollyanne Abreu De Oliveira Neves Pontes	Professor I - Língua Portuguesa
522006625	Rayanna Ribeiro Neto Amaral	Professor I - Língua Portuguesa
522001789	Tamires Reis Chagas	Professor I - Língua Portuguesa
522000857	Tania Mara Gomes Da Silva	Professor I - Língua Portuguesa
522005781	Thaís Souza De Oliveira	Professor I - Língua Portuguesa
522002319	Alef Tavares Da Silva Assis	Professor I - Matemática
522009440	Alice Pereira Stellet De Menezes	Professor I - Matemática
522015414	Bruno Fillipe Gomes Da Silva	Professor I - Matemática
522003680	Dayson Da Silva Cordeiro	Professor I - Matemática
522004642	Eleacyr Ernesto Gomes Monteiro	Professor I - Matemática
522006977	Elenilton Monteiro Barbosa	Professor I - Matemática
522001787	Estefany Caetano Dias	Professor I - Matemática
522011289	Gabriel Oliveira Marinho	Professor I - Matemática
522013091	Géssica Ramos Da Silva	Professor I - Matemática
522004204	Hellen Fernandes Dezedias	Professor I - Matemática
522015118	Jean Tavares Pinto	Professor I - Matemática
522001884	Jefferson De Souza Vieira	Professor I - Matemática
522011646	Laimara Da Silva Barroso	Professor I - Matemática
522004086	Letícia Carvalho Maciel	Professor I - Matemática
522006963	Luciana Costa Dos Santos	Professor I - Matemática
522010981	Luiz Martins De Castilho Neto	Professor I - Matemática
522001827	Miguel Aguiar Bauer	Professor I - Matemática
522014972	Nelson De Oliveira Marques	Professor I - Matemática
522015939	Pâmella De Alvarenga Souza	Professor I - Matemática
522011185	Paulo Stelet Martins	Professor I - Matemática
522002104	Tamiris Damião Machado Montanha	Professor I - Matemática
522006843	Yamana Peixoto Marchetti	Professor I - Matemática
522008309	Aline Peixoto Vilaça Dias	Professor II
522014610	Brendha Maria Vilaça De Moraes	Professor II
522012429	Dayane Mota Meotte Pandino	Professor II
522001938	Eyshila Machado Fernandes	Professor II
522000392	Gabriel Marendaz Andrade	Professor II
522006207	Gesiane Rima Do Vales	Professor II
522000725	Isabella Araujo Machado Dos Santos	Professor II
522000154	João Victor Gouvêa Silva	Professor II
522000321	Karol Santos Crelier	Professor II
522000986	Kelly Assis Gularte	Professor II
522002071	Kellyane Da Silva Pontes Da Silva Menezes	Professor II
522014182	Kimberly Da Conceicao Lopes Freixo Serpa	Professor II
522001862	Laura Cordeiro Bernardes	Professor II
522008234	Lilian Mayre Barcelos Alvarenga	Professor II

522002274	Loislene Pereira Vitorino De Almeida	Professor II
522000685	Luana Neves Felipe	Professor II
522002855	Luciana Cristina Ferreira Da Silva	Professor II
522000183	Márcia Cristina Pinheiro Carvalho	Professor II
522015465	Maria Clara Souza Silva	Professor II
522010181	Marina Oliveira Alvarenga	Professor II
522003088	Paola De Oliveira Leal Ferreira	Professor II
522002427	Poliane Da Silva Maia Ferreira	Professor II
522000877	Simara Machado De Oliveira Côrtes	Professor II
522008714	Tayane Souza Joia Hentzy	Professor II
522003983	Vitória Tavares Quintanilha	Professor II
522018373	Josane Lourenço Dias De Aquino	Psicopedagogo Clínico
522011845	Mônica Oliveira Braga	Psicopedagogo Clínico
522013743	Renata Carvalho De Souza Monteiro	Psicopedagogo Clínico

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - ACS

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O poema em prosa “O mau vidraceiro” apresenta características fatídicas; observe: aglutina a especulação e o lirismo, concedendo-se liberdade para a digressão do pensamento, e superando as regras dos versificadores tradicionais, que julgavam a poesia a partir das harmonias sonoras metrificadas segundo os tratados clássicos. Verifica-se que o narrador expõe seu ato de loucura contra um vidraceiro comum e, de certa forma, roga que pensemos e examinemos essa ação com cuidado. Assim sendo, a única transcrição textual que não denota atitude do narrador de forma “inexplicavelmente” antissocial é: “Certa manhã, eu me levantara aborrecido, triste, cansado de ociosidade e levado, me parecia, a fazer algo, grande, uma ação de brilho; [...]”, que, na verdade, apresenta um episódio, a narrativa de um caso.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observe os parágrafos a seguir: “Ei, ei e eu lhe gritei que subisse. Entretanto eu refletia, não sem certa alegria, que o quarto encontrando-se no sexto andar e sendo a escada bastante estreita, o homem deveria estar experimentando certa dificuldade em efetuar sua ascensão, e esbarrando em diversos lugares os ângulos de sua frágil mercadoria” (10º§); “Ele enfim apareceu: examinei com curiosidade todas as suas vidraças, e lhe disse: ‘Mas como? Você não tem vidros coloridos? Vidros cor-de-rosa, vermelhos, azuis, vidros mágicos, vidros de paraíso? Que atrevido é você! Ousa passear pelos bairros pobres e nem mesmo possui vidros que tornem a vida bela de se ver!’ E o empurrei com vivacidade para a escada na qual tropeçou resmungando” (11º§); e, “Aproximei-me da sacada e agarrei um vasinho de flores e, quando o homem reapareceu no vão da porta, deixei cair perpendicularmente meu engenho de guerra na borda traseira de suas forquilha; e derrubado pelo choque, ele acabou de destruir sob suas costas toda a sua pobre fortuna inconstante, que produziu o ruído estrondoso de um palácio de cristal atingido por um raio” (12º§). Tais trechos textuais demonstram que “O vendedor de vidros não responde às expectativas, provocando, assim a ira do narrador, que lança bruscamente sua “flecha” sobre o pobre homem”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tendo em vista a conjuntura textual, a expressão “vivacidade” significa: entusiasmo; força; astúcia; esperteza. Entretanto, as demais relações estabelecidas são coerentes e adequadas, respeitando-se o contexto em que estão inseridas: indolentes (indiferentes; insensíveis); despótico (abusivo; opressor); e, fruição (proveito; desfrute).

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
08	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O 8º§ é enfático e caracteriza atipicamente o texto. É possível observar que o autor interrompe a narrativa para tecer algumas considerações a respeito da temática estabelecida no texto.

Fonte:

- O próprio texto.
- CASTILHO, A. T. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANCA	VERDE
09	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “O moralista e o médico, que afirmam saber de tudo, não podem explicar de onde vem tão de súbito uma tão louca energia nessas almas preguiçosas e voluptuosas, e como é que elas, incapazes de cumprir as coisas mais simples e mais necessárias, encontram em dado momento uma coragem de luxo para executar os atos mais absurdos e até, muitas vezes, os mais perigosos”, especificamente os trechos grifados dão ideia de desconfiança; suspeita; descrença; suspeição; cisma. As demais opções de respostas são ideias acessórias.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
10	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor, ao comentar em “Certa manhã, eu me levantara aborrecido, triste, cansado de ociosidade e levado, me parecia, a fazer algo, grande, uma ação de brilho; e abri a janela, infelizmente!”, é possível claramente perceber sua lamentação; ou seja, uma queixa, uma reclamação, uma lamúria mediante a sua ação de “abrir a janela”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
17	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segue a resolução detalhada para entendimento da questão considerando as informações dadas no enunciado:

16 atendimentos -----62 dias, após 12 dias temos,

16 atendimentos -----50 dias de estoque

Aumentando mais 4 atendimentos

↓ 16 atendimentos -----50 dias ↑
 ↓ 20 atendimentos -----x

$$\frac{16}{20} = \frac{x}{50}$$

$$20x = 800$$

$$x = 40 \text{ dias}$$

após 15 dias temos,

↓ 20 atendimentos -----25 dias ↑
 ↓ 10 atendimentos -----y

$$\frac{20}{10} = \frac{y}{25}$$

$$10y = 500$$

$$x = 50 \text{ dias}$$

Fonte:

- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Editora Saraiva, 2018. Rio de Janeiro.
- QUILELLI, Paulo. Raciocínio lógico matemático para concursos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

BRANCA	VERDE
18	16

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Neste problema temos n fileiras com $n - 2$ cadeiras; desta forma,

$n \cdot (n - 2)$ cadeiras preenchidas pelos 80 convidados:

$$n \cdot (n - 2) = 80$$

$$n^2 - 2n = 80$$

$$n^2 - 2n - 80 = 0$$

Resolvendo a equação do 2º grau temos como raízes: 10 e - 8. Considerando que as raízes representam o número de fileira, devemos excluir a raiz -8, portanto o número de cadeiras por fileira é

número de cadeiras = $n - 2$

número de cadeiras = $10 - 2$

número de cadeiras = 8

Dessa forma, por não possuir alternativa que abarque o resultado mencionado, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Editora Saraiva, 2018. Rio de Janeiro.
- QUILELLI, Paulo. Raciocínio lógico matemático para concursos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

BRANCA	VERDE
19	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Este problema é resolvido pela razão entre as áreas de duas figuras semelhantes. Na questão a razão entre as suas dimensões é $1/2$, razão da menor para a maior, pois as medidas estão sendo dobradas. Assim a razão entre suas áreas é $1/4$. Logo a área da figura maior é 4 vezes a área da figura menor. A área da figura menor é $5 \times 10 = 50 \text{ m}^2$. A área da figura maior é $4 \times 50 = 200 \text{ m}^2$.

Resolvendo de forma direta têm-se que as dimensões dobraram, portanto, a nova piscina terá as medidas 10m por 20m (LxC), sendo a área do retângulo $A = b \cdot h$, temos: $A = 10 \times 20 = 200 \text{ m}^2$

Fonte:

- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Editora Saraiva, 2018. Rio de Janeiro.
- QUILELLI, Paulo. Raciocínio lógico matemático para concursos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

BRANCA	VERDE
23	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seguindo as regras de precedência, o cálculo é realizado multiplicando o valor $B3 * C3$, $235 * 2 = 470$ em seguida $B3 * C3 * D3$, $235 * 2 * 0,09 = 42,3$. Depois os valores são subtraídos para aplicar o desconto $470 - 42,30 = 427,70$. O valor 0,09 representa os 9%.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/operadores-de-c%C3%A1lculo-e-preced%C3%Aancia-no-excel-48be406d-4975-4d31-b2b8-7af9e0e2878a>

BRANCA	VERDE
25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o modo de navegação ativado pelo usuário no navegador Google Chrome Versão 120.0.6099.217 em sua configuração padrão e idioma português Brasil. O nome do modo de navegação nesse navegador é Modo de navegação anônima, conforme divulgado pelo Google.

Fonte:

- <https://support.google.com/chrome/answer/95464?hl=pt-BR&co=GENIE.Platform%3DDesktop>

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao argumentado pelo candidato, pelas razões a seguir expostas:

Considerando a Lei Orgânica do Município:

I. VERDADEIRA. Art. 45 - A Câmara terá comissões permanentes e especiais. § 1º. - Às comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, caberá: I - discutir e votar projeto de Lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 1/10 (um décimo) dos Membros da Casa;

II. FALSA. As comissões especiais, criadas por deliberação do plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em Congresso, solenidades ou outros atos públicos.

Não há que se falar em exclusividade.

III. VERDADEIRA Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar qualquer dos assessores diretos do Prefeito, para prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

IV. FALSA. Art. 52 - **À Mesa, dentre outras atribuições, compete:** [...]VII - elaborar e encaminhar ao Prefeito até o último dia útil de julho a proposta orçamentária da Câmara a ser incluído na proposta do Município e fazer, mediante ato, a discriminação analítica das dotações respectivas, bem como alterá-las quando necessário. Se a proposta não for encaminhada no prazo previsto será tomado como base o orçamento vigente para a Câmara.

Portanto a sequência está correta em A) V, F, V, F.

Fonte:

- <https://saofidelis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-DE-SAO-FIDELIS-COM-EMENDAS.pdf>

BRANCA	VERDE
28	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao recurso interposto considerando o disposto no Art. 58 da Lei Orgânica do Município.

Vejam os:

Art. 58 - É vedado ao Vereador: **I - desde a expedição do diploma:** a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes.

Fonte:

- <https://saofidelis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-DE-SAO-FIDELIS-COM-EMENDAS.pdf>

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão diz respeito ao caso de impedimento do Prefeito e Vice-Prefeito, ou vacância do cargo assumirá a administração Municipal o Presidente da Câmara, conforme o Art. 77 da Lei Orgânica do Município.

Fonte:

- <https://saofidelis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-DE-SAO-FIDELIS-COM-EMENDAS.pdf>

BRANCA	VERDE
31	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A temática abordada está elucidada de maneira inequívoca, destacando-se a focalização em torno dos **INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS**. Vale ressaltar que o cerne da questão recai sobre o indicador de Mortalidade Infantil, o qual se caracteriza como um reflexo do número de óbitos de crianças com idade inferior a um ano, aferido em relação a cada mil nascidos vivos. Este indicador assume uma relevância primordial ao fornecer insights cruciais acerca das condições de vida e saúde da coletividade, sendo, portanto, um instrumento substancial na avaliação dos padrões epidemiológicos e bem-estar da população em questão.

Fonte:

- WOHLBERG, Estevão Daniel. Indicadores de mortalidade infantil e na infância no Brasil: uma análise do âmbito local ao nacional. 2023.

BRANCA	VERDE
34	37

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C apenas na prova Tipo 1/Branca.

A alternativa C) "O SIS visa integrar informações de diferentes fontes, proporcionando uma visão ampla da saúde da comunidade, auxiliando nas tomadas de decisão" é a considerada correta. Essa assertiva expressa de forma precisa a finalidade do Sistema de Informação em Saúde (SIS), que busca integrar dados provenientes de diversas fontes, visando oferecer uma abordagem abrangente sobre o estado de saúde da comunidade e fornecendo subsídios para o processo decisório.

Fonte:

- Guia de Vigilância Epidemiológica - Volume I.

BRANCA	VERDE
39	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado apresenta clareza ao indicar o local específico para atribuir as respostas **F** para "falso" ou **V** para "verdadeiro" em conformidade com a sequência correta, a qual estava previamente disposta nas opções **A, B, C, D**. Assim, certifica-se de que a orientação fornecida se adequa de maneira precisa e direta ao propósito da tarefa.

BRANCA	VERDE
40	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa correta relacionada ao papel do Agente Comunitário de Saúde no planejamento familiar é a D. Esta alternativa reconhece a abrangência do planejamento familiar, envolvendo não apenas a escolha de métodos contraceptivos, mas também oferecendo orientações vitais sobre saúde reprodutiva, planejamento de gestação e acompanhamento pré-natal.

A alternativa B, por outro lado, não abrange adequadamente o papel do ACS, pois a limita erroneamente à distribuição de preservativos, excluindo seu envolvimento em discussões mais amplas sobre decisões familiares. Além disso, a alternativa C também não está alinhada com a realidade, pois sugere que o profissional não desempenha um papel ativo no apoio ao planejamento familiar, o que vai contra a natureza colaborativa deste.

Portanto, a resposta correta é a D, e as alternativas A, B e C não se complementam de maneira adequada, pois não abordam de maneira abrangente o papel do Agente Comunitário de Saúde no contexto do planejamento familiar.

Fonte:

- PIERRE, Luzia Aparecida dos Santos; CLAPIS, Maria José. Planejamento familiar em Unidade de Saúde da Família. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 18, p. 1161-1168, 2010.

BRANCA	VERDE
01	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “*Mas não se iluda, velho, meu amigo e colega’ (3º§)*”, “*[...] profissional nenhum pode obter, já que lhe é impossível tingir fio por fio.’ (6º§)*” e “*[...] as cicatrizes já não se escondem tão bem atrás das orelhas [...].’ (4º§)*”, a próclise é perfeitamente adequada, pois se dispõe em contexto que as enseja pela presença de termo atrativo: em “*Mas não se iluda, velho, meu amigo e colega.’ (3º§)*”, tem-se o advérbio “*não*”, o qual também atua como termo de sentido negativo; em “*[...] as cicatrizes já não se escondem tão bem atrás das orelhas [...].’ (4º§)*”, há o mesmo; e, em (c), há conjunção subordinativa. Palavras que se encaixam nessas categorias ensejam a próclise, tal qual prevê Cegalla. Já em “*Te ataca o coração, o pulmão, todas as demais vísceras [...].’ (2º§)*”, a próclise inicia a frase, o que promove discordância com os ditames normativos da gramática. Assim se lê na Novíssima Gramática da Língua Portuguesa:

“Os pronomes átonos estarão em ênclise:

- *nos períodos iniciados pelo verbo (que não seja o futuro), pois, na língua culta, não se abre frase com o pronome oblíquo”.*

Faz-se, portanto, correta a alternativa “*Te ataca o coração, o pulmão, todas as demais vísceras [...].’ (2º§)*”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
02	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há contração entre preposição e artigo no trecho demarcado, o que torna a alternativa “*Contração entre a preposição ‘a’ e o artigo ‘a’*” incorreta. A reprodução da explicação de Bechara abaixo assim o corroborará.

Não há locução conjuntiva tampouco, pois os termos usados não são invariáveis nem se dispõem de modo a conectar orações, o que se espera de conjunções e locuções conjuntivas. Torna-se errada, portanto, a alternativa “*Locução conjuntiva formada de substantivo feminino*”.

Tampouco há locução adverbial que indique meio ou instrumento, senão de modo. A locução não se refere ao meio ou instrumento como “*um velho e uma velha*” se vestem, senão ao modo como o fazem. Vale frisar também que ser uma locução adverbial que indica meio ou instrumento não é característica suficiente para admitir acento grave. A locução teria de ser formada de termo feminino para tal, o que não se contempla na alternativa. Torna-se incorreta, portanto, a alternativa “*Locução adverbial que indica meio ou instrumento*”.

Há, realmente, locução adverbial formada de substantivo feminino, o que enseja o acento grave e torna a alternativa “*Locução adverbial formada de substantivo feminino*” correta, e assim se constata ao recorrer às disposições tanto de Cegalla quanto de Bechara:

“Acentua-se, geralmente, o a ou as de locuções formadas de substantivos femininos:

a) locuções adverbiais

à direita, à esquerda, à força, à farta, à milanesa (= à moda milanesa), à oriental (= à moda oriental), à mesa (estar à mesa), à noite (= de noite), à risca, à solta, à vontade, à saída (= na saída), à uma hora, às sete horas, à zero hora, às vezes, à toa, às claras, às pressas (ou à pressa), etc.”

“Emprega-se o acento grave no a para indicar que soa como vogal aberta nos seguintes dois casos:

[...]

2.º) quando representa a pura preposição a que rege um substantivo feminino singular, formando uma locução adverbial que, por motivo de clareza, vem assinalada com acento diferencial”

Em relação à alegação de que a expressão “à moda de” configura locução prepositiva em vez de adverbial, não se faz incorreta; porém, vale lembrar, conforme dispõe Cegalla, que as locuções prepositivas “em geral são formadas de advérbio (ou locução adverbial) + preposição”, o que não torna, portanto, a alternativa “Locução adverbial formada de substantivo feminino” incorreta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
03	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em ambas as ocorrências, os usos de “se” se dão como pronomes apassivadores, pois formam a voz passiva sintética ou pronominal. O sujeito de cada verbo, o qual o pronome torna passivo da ação, pode ser identificado pela análise da função sintática de cada oração: na primeira ocorrência, o sujeito é a oração subordinada substantiva subjetiva “que já se consegue muito na luta contra a velhice” (ou, caso se considere “na luta contra a velhice” como termo acessório da oração formado por locução adverbial, “que já se consegue muito”), ao passo que seu predicado é “diz-se”. Em voz passiva analítica, assim ficaria: “É dito que já se consegue muito na luta contra a velhice”. Já na oração subordinada substantiva subjetiva, o sujeito é “muito”, e seu predicado é “se consegue”. Em voz passiva analítica, assim ficaria: “Diz-se que já é conseguido muito na luta contra a velhice”. Caso a autora optasse por redigir toda a frase em voz passiva analítica, assim escreveria: “É dito que já é conseguido muito na luta contra a velhice”. É correto, portanto, o que se dispõe em “Pronomes apassivadores, em ambas”.

Não há contexto que enseje que os usos de “se” no trecho do enunciado correspondam às disposições das alternativas diversas, o que as torna incorretas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
04	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tem-se um anglicismo em “[...] uma bela mulher, atriz, dama do soçate, cortesã, [...]” (4º§), pois soçate advém do termo em inglês “society”, cujo significado é “sociedade”. Aqui, a autora o usa em alusão à expressão “high society”, que encontra como equivalente em português “alta sociedade”. A preferência pelo anglicismo se dá como mecanismo de realce das características elencadas da figura feminina em que a autora se propõe a pensar: “uma bela mulher, atriz, dama da (alta) sociedade, cortesã, que viva da e para a sua beleza”. É correta, portanto, a alternativa (a).

O termo “cúti” é de origem latina, bem como o são os termos “opções” e “audácia”. As alternativas diversas que os dispõem estão, portanto, incorretas. As fontes disponibilizadas corroboram sua etimologia.

Fonte:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/c%C3%BAtis/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/op%C3%A7%C3%A3o/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/aud%C3%A1cia/>

BRANCA	VERDE
05	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os verbos sublinhados “olhasse”, “sinta” e “sejam” estão conjugados na 3ª pessoa (os dois primeiros, do singular, e o último, do plural) do modo subjuntivo – “sinta” e “sejam” estão no presente, enquanto “olhasse” está no pretérito imperfeito –, o que as torna incorretas, pois não configuram a exceção requerida pelo enunciado.

Já o verbo sublinhado “será” está conjugado na 3ª pessoa do singular do futuro do presente do modo indicativo. Configura, portanto, a exceção requerida pelo enunciado, o que torna a alternativa que o dispõe correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tem-se derivação parassintética em “inimitável”, pois se trata do verbo “imitar” acrescido do prefixo “in-”, que dá ideia de privação ou negação, e do sufixo “-vel”, que dá ideia de possibilidade. A alternativa que o dispõe é, portanto, a correta.

Em relação ao termo “banheira”, é formado unicamente por sufixação, em acréscimo do sufixo “-eira” ao termo “banho”, conferindo-lhe ideia de recipiente, depósito, dispositivo ou objeto relacionado a algo. Como não há prefixação simultânea, não constitui caso de derivação parassintética.

Já o termo “propaganda” constitui radical por si só, não derivando de palavra primitiva. Sua origem se dá a partir do termo de mesma escrita em latim. Como não há prefixação simultânea, não constitui caso de derivação parassintética. Em relação ao termo “velhice”, formado unicamente por sufixação: ao termo “velho” foi acrescido o sufixo “-ice”, que denota estado, qualidade, propriedade. Não há prefixação simultânea, o que descarta possibilidade de derivação parassintética.

Fonte:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/como-consultar/etimologia/>
- <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=inimit%C3%A1vel>
- <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-utilizacao-dos-prefixos-in-e-des-/25477>
- <https://dicionario.priberam.org/-eira>
- <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=propaganda>
- <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=velhice>

BRANCA	VERDE
08	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na oração “O velho tenta se equiparar às audácias dos jovens”, o pronome reflexivo exerce função de objeto direto. Afinal, o velho compara o velho, isto é, a si próprio (aqui na explicação, apesar da preposição, o objeto continua direto, apenas preposicionado). O verbo ainda conta com o objeto indireto, regido pela preposição “a”: “às audácias dos jovens”. É verbo, portanto, que admite simultaneamente tanto o objeto direto quanto o objeto indireto. É, portanto, bitransitivo, o que torna a alternativa “Bitransitivo” correta.

De modo a fundamentar a explicação de que o objeto direto na oração se demonstra pelo pronome reflexivo,

reproduz-se abaixo explicação de Bechara para oração similar, em que o mesmo vocábulo de classe morfológica desempenha a mesma função sintática aqui descrita:

“Função do pronome átono em Dou-me ao trabalho – Em geral, o pronome átono da forma verbal reflexiva portuguesa funciona como objeto direto: dou-me (obj. direto) ao trabalho (obj. indireto) de fazer.”

Fonte:

- o próprio texto.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE
10	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em *“Mas os outros só veem de você o que o espelho vê.” (5º§)*, *“E, no final de tudo, vem o envelhecimento da cabeça, da inteligência, das ideias, da alma – da chamada psiquê.” (7º§)* e *“Ninguém está acreditando naquilo.” (3º§)*, os sujeitos aos quais os verbos sublinhados se referem podem ser facilmente identificados: *“veem”* refere-se a *“os outros”*, *“vem”* refere-se a *“o envelhecimento da cabeça, da inteligência, das ideias, da alma – da chamada psiquê”*, e *“está”* refere-se a *“ninguém”*. São, portanto, sujeitos simples e identificáveis nas orações, pois contam apenas um núcleo.

Já em *“dizem”*, o sujeito não pode contar um núcleo porque sequer se pode determinar. Trata-se de caso em que não se indica o agente da ação verbal, aqui denotado a partir do uso do verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência a qualquer agente já expresso nas orações anteriores. Constitui, portanto, sujeito indeterminado, conforme requerido no enunciado. É *“Dizem que as células cerebrais não se renovam, como as demais células do corpo [...]” (7º§)*, portanto, a resposta correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os trabalhadores informais são aqueles que não possuem carteira assinada ou registro como microempreendedor individual por exemplo. No enunciado temos a informação de que existem 4250 trabalhadores não autônomos. Para descobrir o quantitativo de trabalhadores sem carteira assinada e não autônomo, podemos aplicar a regra de três:

100% ----- 4250

42% ----- x

100x = 178.500

x = 1785

sendo este valor o total de trabalhadores com carteira assinada, assim os que não possuem carteira assinada são:

4.250 – 1.785 = 2.465

Fonte:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.1. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas &

Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nesse caso, o padrão da sequência é multiplicar por três, multiplicar por quatro, multiplicar por três, multiplicar por quatro e assim sucessivamente, ou seja,

$$2 \times 3 = 6,$$

$$6 \times 4 = 24,$$

$$24 \times 3 = 72,$$

$$72 \times 4 = 288,$$

$$288 \times 3 = 864$$

$$864 \times 4 = 3456$$

$$3456 \times 3 = 10.368$$

Logo, o próximo número será $3456 \times 3 = 10.368$.

Fonte:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.1. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE
14	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tendo em vista que, as plantações são diferentes é correto usar uma variável diferente para cada plantio, pois utilizar uma variável apenas é errado, pois torna todos iguais quando na verdade não é. Segue a resolução correta para melhor entendimento.

Considerando: milho = x; quiabo = y e jiló = z temos as seguintes equações,

$$x = 3y \quad y = 2z \text{ ou } z = y/2$$

sabendo que a área total é $x + y + z = 36$ ao substituir temos:

$$3y + y + y/2 = 36 \text{ resolvendo encontra-se } y = 8, \text{ assim a área destinada ao plantio de quiabo é de 8 hectares.}$$

Fonte:

- QUILELLI, Paulo. Raciocínio lógico matemático para concursos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

BRANCA	VERDE
19	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Temos as seguintes informações retiradas da questão:

Total = 245 estudantes;

100 estudantes preferem a modalidade de ensino presencial,

120 preferem a modalidade de ensino à distância

110 preferem a modalidade de ensino híbrido.

10 estudantes gostam de todas as modalidades de ensino,

preferem somente duas modalidades:

25 preferem as modalidades presencial e à distância.

O número de estudantes que preferem à modalidade de ensino presencial e híbrido é 10 unidades maior que o número de estudantes que preferem a modalidade de ensino a distância e híbrido.

Pelo diagrama de Venn temos:

Presencial = P A distância = D e Híbrido = H e x = apenas a distância e híbrido

Total = 245 estudantes;

$n(P) = 100$

$n(D) = 120$

$n(H) = 110$

$n(P \cap D \cap H) = 10$

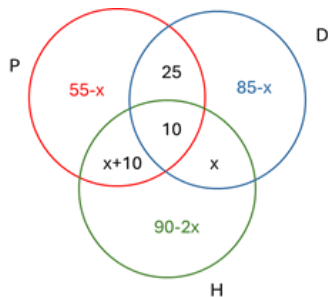
preferem somente duas modalidades:

25 SOMENTE $P \cap D$

x SOMENTE $D \cap H$

$x+10$ SOMENTE $P \cap H$.

Assim temos:



Sabendo que o total é 245, resolvemos

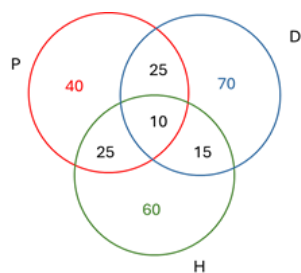
$$245 = (55 - x) + 25 + 10 + (85 - x) + (x + 10) + x + (90 - 2x)$$

$$245 = 275 - 2x$$

$$30 = 2x$$

$$x = 15$$

Ajustando o diagrama de Venn temos:



E a partir do diagrama pode-se afirmar que 40 estudantes preferem somente a modalidade presencial.

Fonte:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.1. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- QUILELLI, Paulo. Raciocínio lógico matemático para concursos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Editora Saraiva, 2018. Rio de janeiro.

BRANCA	VERDE
20	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Colocando as informações no diagrama de Venn é possível determinar o número de elementos da interseção.

Temos que 180 é o total de elementos da união.

$B - A$ são elementos que pertencem apenas ao conjunto B.

$A - B$ são elementos que pertencem apenas ao conjunto A.

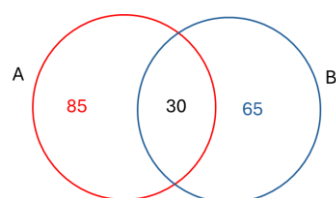
Sabendo que 180 é o total podemos escrever: $180 = 85 + 65 + x$, onde x é a interseção.

$$180 = 150 + x$$

$$x = 180 - 150$$

$$x = 30$$

assim temos que, o número de elementos do conjunto B é $65 + 30 = 95$.



Fonte:

- TELLES, Suzana de Abreu Oliveira Souza Seizen Yamashiro Dirceu D. Matemática com aplicações tecnológicas. Vol.1. Editora Blucher, 2014. São Paulo.
- QUILELLI, Paulo. Raciocínio lógico matemático para concursos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Editora Saraiva, 2018. Rio de janeiro.

BRANCA	VERDE
21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A memória ROM (Read-Only Memory) é uma memória principal do computador. Seu conteúdo é gravado durante a fabricação. Uma vez fabricada, não pode ser alterada. Ela armazena instruções de inicialização essenciais para o sistema operacional e firmware.

A memória ROM (Read Only Memory) é utilizada somente para leitura, pois nela estão gravadas as características do computador. Vem de fábrica com toda a rotina necessária e não deve ser alterada, pois além de o seu acesso ser difícil, a sua manutenção fica reservada somente aos técnicos com conhecimento adequado. (MANZANO, 2009, p.135)

A memória de armazenamento secundário, como discos rígidos (HDs) e unidades de estado sólido (SSDs), oferece capacidade de armazenamento permanente para dados e programas. Ao contrário da RAM, essa memória é não volátil, o que significa que os dados persistem mesmo quando o computador é desligado.

Segundo Velloso (2022, p.54) os tipos de memórias são:

Memória principal - Também chamada de memória real, é a memória que o processador pode endereçar diretamente. Fornece uma ponte para as memórias secundárias, e sua função principal é conter a informação necessária para o processamento em determinado instante, como a instrução corrente do programa em execução. Aí se inserem as memórias RAM (voláteis), as memórias ROM (não voláteis), os registradores e as memórias cache.

Memória secundária - Memórias que não podem ser endereçadas diretamente: a informação precisa ser carregada em memória principal antes de poder ser tratada pelo processador. Não são estritamente necessárias para a operação do computador. São geralmente não voláteis, permitindo guardar os dados de forma permanente. Nessa categoria incluem-se os discos rígidos, CDs, DVDs e disquetes.

Portanto, a alternativa correta é a letra D) Disco Rígido (HD).

Fonte:

- MANZANO, André Luiz N G.; MANZANO, Maria Izabel N G. **Estudo Dirigido de Informática Básica**. Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788536519111. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536519111/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

BRANCA	VERDE
26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao argumentado pelo candidato, pelas razões a seguir expostas:

CRIS. Art. 6º. - Serão proibidas as diferenças salariais para trabalho igual, assim como critérios de admissão e estabilidade de profissional discriminatórios por qualquer dos motivos previstos no inciso IV atendidas as qualificações das profissões estabelecidas em lei.

Beto: Art. 7º. - As omissões do Poder Público na esfera administrativa, que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais, serão supridas, no prazo fixado em lei sob pena de responsabilidade da autoridade competente, após requerimento do interessado, sem prejuízo de utilização do mandato de injunção, da ação de inconstitucionalidade e demais medidas judiciais.

José: INCORRETO. Art. 8º. - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular atos lesivo ao patrimônio público ou de entidade na qual o Município participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

ANTÔNIO: INCORRETO. São assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas e emolumentos, os seguintes direitos: I - de petição e representação ao Poder Público Municipal em defesa de direitos ou para coibir ilegalidade ou abuso de poder.

Deste modo, estão incorretas as afirmações realizadas por José e Antônio.

Fonte:

- <https://saofidelis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-DE-SAO-FIDELIS-COM-EMENDAS.pdf>

BRANCA	VERDE
28	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao recurso interposto considerando que todas as afirmativas estão corretas.

Vejam os respaldos legais da questão em voga:

Art. 29 - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, desde que não sejam vedadas pela Constituição Federal e pela Constituição do estado do Rio de Janeiro, **cabendo-lhe, privativamente**, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

III - elaborar o Plano Diretor de desenvolvimento integrado;

[...]

VI - elaborar orçamento anual e plurianual de investimentos;

[...]

IX - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;

Fonte:

- <https://saofidelis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-DE-SAO-FIDELIS-COM-EMENDAS.pdf>

BRANCA	VERDE
30	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao recurso interposto considerando o disposto no Art. 10 da Lei Orgânica do Município.

Vejam os:

Art. 10 - **São gratuitos para os reconhecidamente pobres** na forma da lei: o sepultamento e o fornecimento de esquife pela Prefeitura Municipal de São Fidélis.

Fonte:

- <https://saofidelis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-DE-SAO-FIDELIS-COM-EMENDAS.pdf>

BRANCA	VERDE
31	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D é a incorreta, pois não se deve tomar banhos de rio ou de igarapé, localizado perto da mata; a questão de tomar banho no rio não facilita a retirada dos mosquitos e sim, ajuda na transmissão da doença.

Fonte:

- Biblioteca Virtual em Saúde - Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em <
<https://bvsms.saude.gov.br/leishmaniose-2/>>

BRANCA	VERDE
34	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem apenas uma resposta, alternativa A (dengue). A dengue é uma doença febril aguda, sistêmica, dinâmica, debilitante e autolimitada. A maioria dos doentes se recupera, porém, parte deles podem progredir para formas graves, inclusive virem a óbito. A quase totalidade dos óbitos por dengue é evitável e depende, na maioria das vezes, da qualidade da assistência prestada e organização da rede de serviços de saúde. Todas as faixas etárias são igualmente suscetíveis à doença, porém as pessoas mais velhas e aquelas que possuem doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial, têm maior risco de evoluir para casos graves e outras complicações que podem levar à morte.

Fonte:

- Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue>>

BRANCA	VERDE
35	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa correta A. O lixo séptico ou hospitalar deve ir para valas sépticas ou ser incinerado, pois é o tratamento do lixo antes de ir para o destino final. Os aterros sanitários são, basicamente, locais em que os resíduos são confinados no solo, livre do contato com o ar e cobertos com uma camada de terra. O terreno onde se localiza o aterro sanitário é impermeabilizado para permitir que os líquidos e os gases resultantes da decomposição que estes resíduos sofrem embaixo da terra, principalmente aqueles causados por bactérias, sejam drenados e tratados, a fim de evitar a contaminação do ambiente. A incineração é um processo dispendioso, no qual o lixo é queimado em fornos de alta temperatura, propiciando uma relativa redução no volume do lixo, além de destruir a maioria do material orgânico e dos contaminantes que causam problemas nos aterros.

Fonte:

- Disponível em <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006000105.pdf>>
<<https://contemar.com.br/noticias/contemar-ambiental/descarte-de-lixo-hospitalar-normas-e-acoes-para-o-destino-correto/>>

BRANCA	VERDE
39	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Resposta correta alternativa B, pois:

Eficiência: utilização dos recursos disponíveis da melhor maneira possível, no menor tempo possível e com menor custo, evitando “desperdícios”;

Eficácia: por meio das ações produzidas, alcançar os melhores resultados possíveis, principalmente em relação à cobertura (número de pessoas atendidas) e à concentração (número de ações oferecidas a cada pessoa);

Efetividade: obter transformações concretas na situação de saúde, coerente com os objetivos propostos pela gestão.

Fonte:

- Disponível em <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1110/1/livro%20%282%29.pdf>>

BRANCA	VERDE
40	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa correta D, pois Zika vírus uma arbovirose causada pelo vírus Zika (ZIKV). Arboviroses são doenças causadas por vírus (arbovírus) transmitidos por meio da picada de mosquitos, principalmente fêmeas.

Fonte:

- Disponível em < <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/z/zika-virus>>

Cargo: Assistente Social Escolar

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O termo “que” pode assumir muitas funções, dentre elas de pronome relativo quando introduz orações subordinativas adjetivas explicativas e restritivas. Nesses casos, refere-se a um termo antecedente e desempenha uma função sintática. Ao substituímos o pronome pelo antecedente e construirmos a oração, verificamos a função sintática do pronome relativo que:

“[...] essa sobrecarga tende a aumentar ainda mais a ansiedade que, a longo prazo, pode criar problemas mais crônicos.” O pronome “que” retoma ansiedade. Ao substituímos a palavra “que” pelo substantivo “ansiedade” temos

a seguinte construção: Ansiedade, a longo prazo, pode criar problemas mais crônicos. Quem é que pode criar problemas mais crônicos? Resposta: ansiedade. Assim, o pronome “que” tem a função que a palavra “ansiedade” desempenha nessa oração, portanto, sujeito. Alternativa correta: A.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas II e IV estão corretas, sendo que as demais possuem inconsistências, vide:

Falsa - I. a referida afirmativa não se trata de objetivo, além do que a Administração deve evitar a contratação por valor inexequível, não havendo regra deve ocorrer sempre pelo menor preço.

Correta - II. Art. 11, inciso III da Lei no 14.133/2021

Falsa - III. A Lei no 14.133/2021 traz situações onde há margem de preferência, além do que nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Correta - IV. Art. 11, inciso IV da Lei no 14.133/2021

Fonte:

- Lei nº 14.133/2021.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI,

XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Constituição de República de 1988, no Art. 5º, inciso XXV, menciona que “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;”.

Assim, o iminente perigo público é aquela situação que pode acontecer e gerar um dano coletivo ou uma situação que já aconteceu e se a Administração Pública não tomar uma medida, tal situação pode se estender e prejudicar mais pessoas.

Nota-se que o enunciado da questão informa que houve restituição do estado anterior dos imóveis, logo não há danos e a obra se justifica pelo iminente perigo público.

Não se perca de vista ainda, que o enunciado informa que a municipalidade precisou intervir na propriedade dos particulares, sem desalojá-los e que os imóveis foram restituídos sem danos, portanto, não há que se falar em desapropriação.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O teor da questão está inscrito nos temas do edital em pelo menos dois tópicos: Principais teorias e práticas na educação. As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem”. A aprendizagem significativa, uma abordagem cognitivista, especificamente da teoria da aprendizagem de David Ausubel. Essa teoria propõe que a aprendizagem ocorre quando novos conhecimentos se relacionam de forma substantiva e não arbitrária com os conhecimentos prévios do indivíduo. Em uma breve pesquisa de temas, teoria da aprendizagem significativa é associada a Ausubel, assim como a epistemologia genética é associada à Piaget ou ainda a Zona de Desenvolvimento Proximal à Vygotsky. Outrossim, nenhum tópico do edital restringe uma ou outra teoria de aprendizagem, sempre as colocando no plural. A questão em referência avalia as bases empíricas e metodológicas da aprendizagem significativa.

Fonte:

- Lima, Gláucia da Conceição. Souza, Glauber Santana. APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA. Disponível em https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/13415526042012Didatica_Especial_para_o_Ensino_de_Ciencias_e_Biologia_II_Aula_4.pdf
- A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: ESTRATÉGIAS FACILITADORAS E AVALIAÇÃO1 disponível em https://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID3/v1_n1_a2011.pdf
- <https://educacao.imagine.com.br/aprendizagem-significativa/>

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca considera correta apenas as afirmativas I, II e III. Há na opção IV uma condicionante que a exclui de ser um critério para todos os tipos de bullying, conforme solicita o comando da questão. As ações de bullying geralmente envolvem a intenção de prejudicar, a repetição do comportamento e o causar de prejuízo à vítima. O critério IV pode ser relevante em alguns contextos, mas não é universalmente aceito em todas as definições de bullying, além disso, a presença da palavra "necessariamente" na afirmação IV condiciona a tipificação do bullying à agressão social, o que não é um critério universalmente aceito. Existem diferentes formas de agressão que podem ser consideradas, dependendo do contexto. Algumas delas incluem: Agressão Verbal: Compreende insultos, palavras ofensivas, humilhações verbais e ameaças. Agressão Física: Envolve qualquer forma de violência física, como empurrões, socos, chutes, entre outros. Agressão Relacional: Refere-se à manipulação social para prejudicar a reputação ou as relações sociais da vítima, como espalhar boatos, exclusão social e isolamento. Agressão Psicológica/Emocional: Inclui intimidação, ameaças, perseguições online (cyberbullying), entre outras formas de agressão que afetam o bem-estar emocional da vítima. Agressão Sexual: Envolvendo comportamentos indesejados ou coercitivos de natureza sexual. Agressão Discriminatória: Baseada em características específicas, como raça, gênero, religião, orientação sexual, entre outros. Agressão Material: Danificação ou roubo de pertences pessoais.

Fonte:

- Felizardo, Aloma Ribeiro. Bullying: a violência que nasce na escola – orientações práticas para uma cultura de paz. Editora Intersaberes.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo (e não combate como na afirmativa I) ; II - universalização do atendimento escolar (e não apenas do Ensino Fundamental, como também está dito na afirmativa I) ; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Ou seja, a afirmativa I contém erros substanciais nas duas frases que a compõe. A banca mantém o gabarito divulgado.

Fonte:

- https://www.mpgp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o item "Construção do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social" previsto em edital. Não há especificação do conteúdo a ser cobrado em relação a tal item previsto em edital, podendo, portanto, abranger vários aspectos, desde que relacionados ao tema. Ademais, cumpre ressaltar que:

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social.

Junto ao processo de descentralização, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração. Faz-se relevante nesse processo, a constituição da rede de serviços que cabe à assistência social prover, com vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação intersetorial, uma vez que somente assim se torna possível estabelecer o que deve ser de iniciativa desta política pública e em que deve se colocar como parceira na execução.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

A construção do Sistema descentralizado e participativo da Assistência Social é um marco fundamental para garantir a proteção social e o acesso a direitos dos cidadãos. O sistema é denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e possui um marco legal e normativo composto por: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 e Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004.

O Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que definiu os conceitos referentes aos direitos, aos usuários e à gestão da política de modo descentralizado e observando a regionalidade, como previa a LOAS. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabeleceu a base da organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com um modelo de gestão descentralizado e participativo.

Portanto, mantém-se a questão.

Fontes:

- https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Legislação sobre a Assistência Social 6ª Edição - inclui Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Código de Ética do Assistente Social
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social
- (PNAS). 2004 / Norma Operacional Básica – NOBSUAS.

BRANCA

17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segue a resolução detalhada para entendimento da questão considerando as informações dadas no enunciado:

16 atendimentos -----62 dias, após 12 dias temos,

16 atendimentos -----50 dias de estoque

Aumentando mais 4 atendimentos

↓ 16 atendimentos -----50 dias ↑

↓ 20 atendimentos -----x

$$\frac{16}{20} = \frac{x}{50}$$

$$\frac{20}{16} = \frac{50}{x}$$

$$20x = 800$$

$$x = 40 \text{ dias}$$

após 15 dias temos,

↓ 20 atendimentos ----- 25 dias ↑

↓ 10 atendimentos ----- y

$$\frac{20}{10} = \frac{y}{25}$$

$$\frac{10}{20} = \frac{25}{y}$$

$$10y = 500$$

$$x = 50 \text{ dias}$$

Fonte:

- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Editora Saraiva, 2018. Rio de Janeiro.
- QUILELLI, Paulo. Raciocínio lógico matemático para concursos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

BRANCA

18

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Neste problema temos n fileiras com n – 2 cadeiras; desta forma,

n.(n – 2) cadeiras preenchidas pelos 80 convidados:

$$n.(n - 2) = 80$$

$$n^2 - 2n = 80$$

$$n^2 - 2n - 80 = 0$$

Resolvendo a equação do 2º grau temos como raízes: 10 e - 8 Considerando que as raízes representam o número de fileira, devemos excluir a raiz -8, portanto o número de cadeiras por fileira é

número de cadeiras = n-2

número de cadeiras = 10-2

número de cadeiras = 8

Dessa forma, por não possuir alternativa que abarque o resultado mencionado, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Editora Saraiva, 2018. Rio de Janeiro.
- QUILELLI, Paulo. Raciocínio lógico matemático para concursos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao recurso interposto considerando o disposto no Art. 58 da Lei Orgânica do Município.

Vejam os:

Art. 58 - É vedado ao Vereador: **I - desde a expedição do diploma:** a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes.

Fonte:

- <https://saofidelis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-DE-SAO-FIDELIS-COM-EMENDAS.pdf>

Cargo: Intérprete de Libras

BRANCA
12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As Autarquias comuns (também intituladas autarquias administrativas ou de serviços) são pessoas jurídicas de direito público que prestadoras de serviço público e desempenham atividades típicas de Estado. As Autarquias **pagam seus débitos judiciais** por meio do regime de **precatório** (Art. 100 da CF).

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de Municípios, Estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, valores devidos após condenação judicial definitiva.

As requisições de pequeno valor (RPV) são requisições feitas ao ente público (União, Estado, Município, suas autarquias ou fundações) para pagar quantia certa, em virtude de uma decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita à pessoa vitoriosa receber o crédito da condenação independentemente da expedição de precatório.

Deste modo, o item apresenta duas respostas corretas e merece ser anulada.

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 391). Editora Saraiva.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não é possível considerar a opção D como resposta válida porque “Em Libras é possível criar um novo sinal utilizando o significado de um sinal já existente, porém num contexto que requer uma classe gramatical diferente, o que caracteriza o processo de derivação”. Não se contempla, na referida opção D, tal requisito, ou seja, “preocupado” (particípio passado, verbo “preocupar”) e “preocupar” (infinitivo do verbo) são duas formas verbais, restando impossível o atendimento a aspecto crucial do processo de derivação. Portanto, classifica-se “preocupado” “preocupar” como flexão.

Fonte:

- https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/17234716022012Lingua_Brasileira_de_Sinais_Libras_Aula_6.pdf

Cargo: Psicólogo Escolar

BRANCA
12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As Autarquias comuns (também intituladas autarquias administrativas ou de serviços) são pessoas jurídicas de direito público que prestadoras de serviço público e desempenham atividades típica de Estado. As Autarquias **pagam seus débitos judiciais** por meio do regime de **precatório** (Art. 100 da CF).

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de Municípios, Estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, valores devidos após condenação judicial definitiva.

As requisições de pequeno valor (RPV) são requisições feitas ao ente público (União, Estado, Município, suas autarquias ou fundações) para pagar quantia certa, em virtude de uma decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita à pessoa vitoriosa receber o crédito da condenação independentemente da expedição de precatório.

Deste modo, o item apresenta duas respostas corretas e merece ser anulada.

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 391). Editora Saraiva.

Cargo: Mediador de Aprendizagem

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para entender por que a resposta correta é "**Reação de XXX agrada mercado, que prevê vitória de YYY**" e o que significa regência verbal, vamos começar por entender o que é regência verbal. A regência verbal é a maneira como os verbos se relacionam com seus complementos, sendo que alguns verbos exigem preposições específicas para ligá-los a esses complementos. A preposição correta ou a ausência dela é crucial para o sentido correto da frase e sua adequação às normas gramaticais.

Analisando a alternativa "**Reação de XXX agrada mercado, que prevê vitória de YYY**", tem-se que o verbo principal é

"agradar". Em português, o verbo "agradar", quando significa causar contentamento ou satisfação a alguém, exige a preposição "a" para ligar-se ao seu complemento, que é quem recebe a ação. Portanto, a frase corretamente ajustada à norma gramatical deveria ser "Reação de XXX agrada **ao** mercado, que prevê vitória de YYY".

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA
12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As Autarquias comuns (também intituladas autarquias administrativas ou de serviços) são pessoas jurídicas de direito público que prestadoras de serviço público e desempenham atividades típica de Estado. As Autarquias **pagam seus débitos judiciais** por meio do regime de **precatório** (Art. 100 da CF).

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de Municípios, Estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, valores devidos após condenação judicial definitiva.

As requisições de pequeno valor (RPV) são requisições feitas ao ente público (União, Estado, Município, suas autarquias ou fundações) para pagar quantia certa, em virtude de uma decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita à pessoa vitoriosa receber o crédito da condenação independentemente da expedição de precatório.

Deste modo, o item apresenta duas respostas corretas e merece ser anulada.

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 391). Editora Saraiva.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao argumentado pelo candidato, pelas razões a seguir expostas:

Benito “Art. 10. Constitui ato de **improbidade administrativa que causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [...]

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;

Serafim. “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta **contra os princípios da administração pública** a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (CF/ 88.)

Mercedez: “Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa **importando em enriquecimento ilícito** auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [...] VI - **receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre qualquer**

dado técnico que envolva obras públicas ou qualquer outro serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14230.htm

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca julga improcedente os recursos pois todas as afirmativas estão corretas, conforme segue: A) I, II, III, IV e V. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) representou um marco histórico na educação brasileira, estabelecendo princípios e diretrizes que moldaram as políticas educacionais nas décadas subsequentes. Análise detalhada das afirmativas: I. Universalização do ensino: A CF/88 assegurou o direito à educação para todos os brasileiros, ampliando o acesso à educação em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior. O artigo 205 determina que a educação é direito de todos e dever do Estado, garantindo o acesso à educação básica gratuita e de qualidade. II. Valorização dos profissionais da educação: A CF/88 reconhece a importância dos profissionais da educação para o desenvolvimento do país, estabelecendo medidas para sua valorização profissional. A LDB também prevê a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes plano de carreira, com ingresso por concurso público e piso salarial profissional nacional. III. Piso salarial profissional nacional: A CF/88 determina a criação de um piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública. O artigo 206, inciso VIII, estabelece que o piso salarial será definido por lei federal, com base no valor do salário mínimo nacional. A Lei do Piso Salarial Nacional (Lei nº 11.738/2008) regulamenta essa questão, definindo o valor do piso salarial para cada categoria profissional da educação. IV. Participação da comunidade na gestão educacional: A CF/88 incentiva a participação da comunidade na gestão da educação pública. O artigo 206, inciso VI, garante a gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. A LDB também prevê a participação da comunidade na gestão da educação, definindo mecanismos para essa participação, como os conselhos escolares e as associações de pais e mestres (APMs). V. Aprendizagem ao longo da vida: A CF/88 reconhece o direito à aprendizagem ao longo da vida, promovendo a educação continuada e a formação para o trabalho, isto pode ser lido no artigo 206: IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020). Conclusão: A CF/88 teve um impacto significativo na educação brasileira, democratizando o acesso à educação, valorizando os profissionais da educação, incentivando a participação da comunidade na gestão educacional e reconhecendo o direito à aprendizagem ao longo da vida. Todas as afirmativas estão corretas.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Toda criança tem direito à educação e oportunidade de atingir um nível adequado de aprendizagem. Este grande princípio é fundamental e ele trata justamente de que todas as crianças, sejam elas especiais ou não, têm o direito de atingir um nível adequado de aprendizagem. E este nível de aprendizagem só é atingido quando escolas regulares assumem a missão e a obrigação de educar e desenvolver plenamente estudantes que possuem necessidades especiais. A educação inclusiva deve fazer parte do dia a dia escolar. A educação inclusiva **deixou de ser uma prática paralela há algum tempo**, apesar de ainda hoje enfrentar desafios para ser implementada nas instituições de ensino do país.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado A.

Fonte:

- BRASIL, M.E.C. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.**
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. MEC/SEESP, 2001
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996.**
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da **Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os Pingos nos “Is”. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2006.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo como o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trata-se de “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao **longo das etapas e modalidades da Educação Básica**. Aplica-se à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. (Brasil 2018)

Considerando ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dentre os níveis, encontram-se a educação básica e a educação superior e suas subdivisões, nas modalidades estão aquelas que contemplam um público específico, portanto, além dos diferentes níveis e etapas da educação escolar, a LDB também apresenta as modalidades de ensino da Educação Básica brasileira. As três etapas do nível da Educação Básica, que correspondem a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional são: **Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Estas três etapas da Educação Básica têm previsão de faixas etárias próprias desejáveis, consideradas adequadas ou “corretas”, malgrado haja estudantes com mais idades ao longo do Ensino Fundamental e do Médio, por desregulado fluxo em seu percurso escolar. Os cursos oferecidos para assim atendê-las são comumente chamados de Modalidade da Educação da Básica**, a saber: Educação de Jovens e Adultos (EJA), - Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Educação a Distância (EaD), Educação Especial; Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola etc.

Portanto, considerando a informação dada no contexto da supracitada questão e ainda, o comando dado: “a BNCC se aplica apenas em: **é C: “Educação básica e todas as modalidades da educação”; sendo a única alternativa correta.**

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Consta no ANEXO I CONTEÚDO PROGRAMÁTICO EDITAL Nº 01, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS/RJ página 23: “Comunicação alternativa”. O termo **Comunicação Aumentativa e Alternativa veio a partir da tradução de “Augmentative and Alternative Communication – AAC”**. Como termo resumido, chamamos de **Comunicação Alternativa** ou simplesmente **CA**, mas também podemos encontrar os termos “**Comunicação Suplementar e Alternativa – CSA**” e “**Comunicação Ampliada e Alternativa – CAA**”. A Comunicação Alternativa é um conjunto de técnicas que visam ampliar a capacidade comunicativa de pessoas com algum tipo de deficiência. Sendo assim, ela se destina principalmente aqueles sem fala ou escrita funcional, ou com habilidade comunicacional defasada. A palavra comunicação tem origem no Latim “*comunicatio*” e significa “tornar comum”. Nesse sentido, podemos dizer que é a comunicação um processo que envolve a troca de informações entre dois ou mais interlocutores, através de signos e sinais que podem ser compreendidos por todos os envolvidos. Ela é tão presente em nossas vidas que não conseguimos imaginar como seria o mundo se não conseguíssemos enxergar, escutar ou falar. Entretanto, essa é a realidade de milhares de pessoas que, devido a uma deficiência ou enfermidade, não conseguem se expressar efetivamente através a escrita e da fala e precisam da comunicação alternativa para transmitir seus pensamentos e sensações, garantindo que a mensagem chegue ao receptor com ampla compreensão. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases, lei n 9.394/96, determina que as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de Ensino Regular. Neste âmbito, a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) se torna fundamental para possibilitar a inclusão de crianças com deficiência e necessidades complexas dentro das salas de aulas (os itens I e III corretos).

Entretanto, os **recursos de comunicação são pessoais e devem ser confeccionados de forma personalizada**. Desta forma, o programa utilizado de oferecer símbolos e imagens que fazem sentido para o usuário em sua comunicação durante as 24 horas do dia. São necessários símbolos para uso em casa, no trabalho e no ambiente escolar, tendo estes a necessidade de corresponder às atividades e conteúdos propostos no currículo e atividades educacionais. Portanto, o item II não está correto.

Argumentos que dispõe acerca da alternativa D, conter repetição de um dos números romanos, não procede quanto a impossibilidade de compreensão de quais dos itens para análise estão coerentes com o comando dado. E ainda, destaca-se que dentre as quatro alternativas dadas, a alternativa D não é a correta.

A banca mantém gabarito publicado C.

Fonte:

- NASCIMENTO, Fabrício Crispim do; CHAGAS, Gardênia Santana das; CHAGAS, Francinaldo Santana das. As tecnologias assistivas como forma de comunicação alternativa para pessoas com transtorno do espectro autista. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 16, 4 de maio de 2021
- <https://www.assistiva.com.br/ca.html>
- <https://www.melhorescola.com.br/artigos/comunicacao-alternativa-como-ferramenta-para-uma-educacao-inclusiva>
- <https://tix.life/comunicacao-alternativa/o-que-e-comunicacao-alternativa/>

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A mais recente versão do PNE, que compreende o decênio 2014–2024, estabelece 20 metas: Os 20 itens do PNE elencam as “metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade” (BRASIL, 2014b, p. 9). As seis metas iniciais tratam do acesso ao ensino, e da ampliação e continuidade do atendimento escolar e das oportunidades de escolarização em vários níveis, valorizando os sistemas que incluem todos, isto é, minorias ou

desfavorecidos de todo o tipo (econômico, intelectual etc.). A noção de “universalização” é recorrente, compreendida como uma necessidade (ALVARENGA; MAZZOTTI, 2017, p. 189).

Considerando o comando dado na supracitada questão **acerca da Meta 4 do PNE, que toma como referência os dados da evolução da Educação Especial**: “Universalizar, para a população de **4 (quatro) a 17 (dezesete)** anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

No que dispõe da oferta Educação Especial, de acordo com § 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, **observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60** desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita **dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos** de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Portanto, a banca mantém gabarito publicado: C.

Fonte:

- <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WyngnmmxCz57CJD4LMwFCb/?format=pdf&lang=pt>
- <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Cargo: Monitor de Alunos

BRANCA	VERDE
01	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ideia principal, ou seja, a temática básica evidenciada no texto é: “relatar o apoio acadêmico dado ao garoto da vizinha sobre a boca”. Tal fato pode ser evidenciado através das transcrições textuais: “O garoto da vizinha me pediu que o ajudasse a fazer (a fazer, não, a completar) um trabalho escolar sobre a boca” (1º§); “Queria que eu acrescentasse alguma coisa” (1º§); “– Qualquer coisa, ué. Escrevi só quatro linhas, a professora vai bronquear” (3º§); “Então resolvi fazer a minha redação, como aluno ausente do Colégio Esperança, e passá-la ao coleguinha, a título de assessor de emergência” (7º§). As demais opções de respostas são concepções inadequadas ou acessórias ao tema abordado.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
02	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Levando-se em consideração o contexto textual, a ação verbal “engolindo” significa: absorvendo. A expressão foi empregada na narrativa no sentido figurado: é o que as palavras ou expressões adquirem em situações particulares de uso. A palavra tem valor conotativo quando seu significado é ampliado ou alterado no contexto em que é empregada, sugerindo ideias que vão além de seu sentido mais usual. O significado de “ingerir” é: comendo; tomando; bebendo. No entanto, as demais relações estabelecidas estão corretas, respeitando-se a conjuntura textual da narrativa: bronquear (repreender; criticar); gozadas (alegres; joviais; brincalhonas); escondido (oculto; encoberto).

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
03	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No 1º§ do texto, é feita uma retificação através de parênteses do uso do termo “fazer”. A expressão (a fazer, não, a completar) indica, no texto “a preocupação do narrador em deixar claro que o trabalho já estava iniciado pelo menino, sua função seria apenas finalizá-lo”. As demais afirmações são ideias completamente inadequadas ou contrárias ao emprego dos parênteses.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tendo em vista o trecho “Uma boca pode variar muito de expressão e mesmo não ter nenhuma”, é possível perceber, ou seja, depreender, que há uma ocorrência de ideias contrárias. Dessa forma, considera-se que a antítese é a expressão de uma ideia em que há elementos opostos, contrários, mas não contraditórios. A opção de resposta A: “uma abordagem paradoxal” não atende ao questionamento, pois o paradoxo surge de uma expressão antitética, portanto, além da oposição, apresenta uma contradição. A antítese, por sua vez, é apenas contrastante. Outro fator preponderante é em relação à opção de resposta D: “uma certa incerteza ou ambiguidade”. Na verdade, tal informação é indevida, pois, ao analisar o trecho, verifica-se a indicação de uma “possibilidade” da boca variar muito de expressão e mesmo não ter nenhuma”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
10	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “história” e a palavra “colégio” são acentuadas por se tratarem de paroxítona terminada em ditongo. As demais palavras grifadas são acentuadas por razões diversas: lábios (proparoxítona); alguém (oxítona terminada em “em”); e, atrás (oxítona terminada em “a” seguida de “s”). Ressalta-se que a palavra “história” poderia, alternativamente, ser considerada também como uma palavra proparoxítona. No entanto, há uma constante e inexorável tendência pela tradicional regra da paroxítona terminada em ditongo crescente.

Fonte:

- CASTILHO, A. T. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANCA	VERDE
19	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tem-se que 15 funcionários da prefeitura devem realizar um serviço de capina em um terreno no prazo de 45 dias. Porém, esses 15 funcionários fizeram 50% do serviço em 30 dias e a questão pede que se calcule quantos funcionários precisam ser contratados para finalizar a capina nos 15 dias restantes. Aplicando-se a regra de três composta:

Funcionários	Serviço	Dias
15	50%	30
15 + x	50%	15

$$\frac{15}{15 + x} = \frac{50}{50} * \frac{15}{30}$$

$$15 + x = 30$$

$$x = 15$$

Assim, (x + 15) funcionários devem fazer, em 15 dias, o mesmo serviço que 15 funcionários fizeram em 30 dias. Logo, será necessário realizar o dobro do serviço por dia. Portanto, 15 funcionários devem ser contratados.

BRANCA	VERDE
28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D é incorreta por exigir maioria qualificada de votos para a propositura de emenda à Lei Orgânica. A maioria qualificada é aquela que exige número superior à maioria simples. Geralmente cita-se dois terços ou três quintos. Por sua vez, o artigo 63 da LOM estabelece claramente que “A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta: I – de um terço no mínimo, dos membros da Câmara Municipal”. Destarte, julga-se improcedente o recurso, mantendo-se o gabarito preliminarmente publicado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de São Fidelis.

BRANCA	VERDE
34	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sequência ideal para a aprendizagem de rotinas e hábitos para crianças menores é importante incidir em que devesse incluir diferentes tipos de atividades para promover a generalização das aprendizagens a ambientes não estritamente educativos. Segundo Oliveira (2002) estas atividades poderiam ser: Individualizadas, em pequeno grupo e em grande grupo; com envolvimento de desgaste físico e de quietude e relaxamento; realizadas em ambientes interiores e exteriores, entre outras. Cabe destacar que, ao se referir ao **desgaste físico**, indica que a criança terá um consumo maior de energia, e não um excesso, como dispõe o argumento recursal. As rotinas em Educação Infantil não devem se trabalhar como elementos rígidos e impositivos, mas como procedimentos de estruturação já que contribuem a criar um contexto de segurança através da conservação e manutenção de padrões. Deste modo, quando as crianças vão assumindo as atividades habituais, irão ganhando em possibilidades de introduzir matizes para sua realização (BARBOSA, 2009).

A banca mantém o gabarito publicado D.

Fonte:

- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. São Paulo: Artmed, 2009.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. Cortez Editora, 2002.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

Cargo: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed.

BRANCA	VERDE
14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988

BRANCA	VERDE
26	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca considera correta apenas as afirmativas I, II e III. Há na opção IV uma condicionante que a exclui de ser um critério para todos os tipos de bullying, conforme solicita o comando da questão. As ações de bullying geralmente envolvem a intenção de prejudicar, a repetição do comportamento e o causar de prejuízo à vítima. O critério IV pode ser relevante em alguns contextos, mas não é universalmente aceito em todas as definições de bullying, além disso, a presença da palavra "necessariamente" na afirmação IV condiciona a tipificação do bullying à agressão social, o que não é um critério universalmente aceito. Existem diferentes formas de agressão que podem ser consideradas, dependendo do contexto. Algumas delas incluem: Agressão Verbal: Compreende insultos, palavras ofensivas, humilhações verbais e ameaças. Agressão Física: Envolve qualquer forma de violência física, como empurrões, socos, chutes, entre outros. Agressão Relacional: Refere-se à manipulação social para prejudicar a reputação ou as relações sociais da vítima, como espalhar boatos, exclusão social e isolamento. Agressão Psicológica/Emocional: Inclui intimidação, ameaças, perseguições online (cyberbullying), entre outras formas de agressão que afetam o bem-estar emocional da vítima. Agressão Sexual: Envolvendo comportamentos indesejados ou coercitivos de natureza sexual. Agressão Discriminatória: Baseada em características específicas, como raça, gênero, religião, orientação sexual, entre outros. Agressão Material: Danificação ou roubo de pertences pessoais.

Fonte:

- Felizardo, Aloma Ribeiro. *Bullying: a violência que nasce na escola – orientações práticas para uma cultura de paz*. Editora Intersaberes.

BRANCA	VERDE
27	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise das afirmativas: Afirmativa I: Personalização do ensino: Reconhece as diferenças individuais dos alunos e adapta o ensino às suas necessidades e estilos de aprendizagem; Integração de tecnologia: Potencializa o ensino por meio de recursos digitais, como plataformas online, jogos educativos e aplicativos. Afirmativa II: Contextualização e significância dos conteúdos: Torna o aprendizado relevante para a vida dos estudantes, conectando-o à realidade e aos seus interesses; Participação ativa dos alunos: Estimula a curiosidade, a autonomia e a construção do conhecimento através da experimentação e da resolução de problemas. Relação entre as afirmativas: Embora ambas as afirmativas sejam verdadeiras e importantes para a gestão da aprendizagem, a afirmativa II não justifica a afirmativa I. A afirmativa I se concentra em como a gestão da aprendizagem pode ser realizada, através da personalização e da integração de tecnologia. A afirmativa II se concentra em quais são os objetivos da gestão da aprendizagem, como contextualizar os conteúdos e promover a participação dos alunos. Conclusão: As duas afirmativas contribuem para uma gestão da aprendizagem eficaz, mas não há uma relação de causa e efeito entre elas. As duas afirmativas são verdadeiras e se complementam, mas a II não é uma justificativa completa da I. A gestão da aprendizagem eficiente envolve diversos princípios e métodos que se combinam para atender às necessidades dos alunos e promover o aprendizado eficaz. A afirmativa I diz que a aprendizagem é eficiente quando se baseia na personalização do ensino, reconhecendo as diferenças individuais dos alunos, e na integração de tecnologia, buscando potencializar o ensino por meio de recursos digitais. Não há na afirmativa palavras que afirmam que ela é eficiente “somente quando”, o que tornaria a assertiva errada.

Fonte:

- <https://blog.saraivaeducacao.com.br/gestao-de-aprendizagem/>

BRANCA	VERDE
28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à

educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República: Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressalta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do Brasil, mas um conhecimento dentre as escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuítas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA	VERDE
29	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca mantém o gabarito pois, de acordo com Veiga, no momento da execução, um projeto é de qualidade quando: Nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; É exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; Implica ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; É construído continuamente, pois como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível. Quanto à concepção, um projeto de qualidade deve apresentar as seguintes características: Ser um processo participativo de decisões; Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; Explicitar princípios baseados

na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; Conter opções explícitas na direção da superação dos problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos de Alencastro. Resende, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs). Escola- Espaço do Projeto Político Pedagógico. Papirus Editora. P. 12;

BRANCA	VERDE
32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva III - Valorizar os papéis sociais desempenhados pelos crianças, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de sua(s) identidade(s) e de seu projeto de vida está incorreta pois valorizar a construção da identidade e do projeto de vida é um direito de aprendizagem do Ensino médio, sendo corretamente listado da seguinte forma: Valorizar os papéis sociais desempenhados pelos jovens, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de sua(s) identidade(s) e de seu projeto de vida.

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 13/03/2024.

BRANCA	VERDE
37	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” é verdadeira; “Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: creches, pré-escola, ensino fundamental e médio” é falsa pois a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e médio a creche não é obrigatória; “Vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade” é verdadeira; “Alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos” é verdadeira; “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, obrigatoriamente na rede regular de ensino” é falsa pois o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, **PREFERENCIALMENTE** e não obrigatoriamente na rede regular de ensino. Sendo assim, o gabarito é verdadeiro-falso-verdadeiro-verdadeiro-falso, corretamente listado na letra C.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 13/03/2024.

BRANCA	VERDE
39	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão, não é indicado a Maria que após todas as situações vivenciadas vá primeiro conversar com a direção sobre a sobrecarga de trabalho, pois “as características dos bebês exigem que o dia-a-dia seja muito bem planejado, pois há um grande dinamismo e diversidade no grupo. Enquanto duas crianças dormem, uma quer comer, outra brinca ou lê em seus livros-brinquedos e outro bebê precisa ser trocado, toda essa diversidade, em uma situação de dependência, exige atenção permanente do adulto à segurança das crianças, através de um conjunto de fatores ambientais e relacionais, para efetivamente dar conta das suas singularidades. A criação de espaços pedagógicos, de materiais e a construção de situações didáticas que desafiem e contribuam para o desenvolvimento das crianças exige preparo, conhecimento e disponibilidade das professoras” (BARBOSA, 2010), de todos os professores. Sendo assim Maria não deve ir primeiro à direção sem antes observar alguns conceitos como atenção permanente do adulto, oferecer espaços pedagógicos, planejamento.

Fonte:

- BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Práticas cotidianas na Educação Infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares.** Relatório de pesquisa MEC-UFRGS. Brasília, 2010. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf Acesso em: 13/03/2024

Cargo: Professor de Educação Infantil

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	06	05	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A correta interpretação do fragmento do Jornal da USP, considerando as nuances apresentadas pelo professor Giovanni Guido Cerri, nos leva à alternativa “pode ocasionar mais valorização da técnica na formação e na atuação do médico, comprometendo a relação mais humanista com o paciente”.

A explicação para essa escolha baseia-se na análise do fragmento fornecido, que destaca a preocupação com a crescente ênfase na tecnologia e na formação técnica dos médicos, em detrimento dos aspectos humanísticos essenciais na medicina. O professor Giovanni Guido Cerri ressalta que, apesar dos avanços tecnológicos trazerem benefícios significativos para a medicina, como diagnósticos mais precisos e aumento da produtividade dos profissionais, esses mesmos avanços podem levar a uma desvalorização da interação humana entre médico e paciente. Essa interação é fundamental para o cuidado integral do paciente, que vai além dos aspectos puramente técnicos ou clínicos. Portanto, a medicina digital, enquanto facilitadora e melhoradora dos processos de diagnóstico e tratamento, traz consigo o risco de enfatizar excessivamente a técnica, prejudicando a relação humanista com o paciente, que é central para uma prática médica eficaz e empática.

Fonte:

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	10	10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Neologismo refere-se à criação de uma nova palavra ou expressão na língua, ou um novo significado para uma palavra já existente, que ainda não é parte do léxico convencional. Neologismos são frequentemente formados para descrever novos objetos, conceitos, ou para capturar uma particularidade que não é adequadamente expressa por termos já existentes.

Na canção "Sina", Djavan utiliza o termo "caetanear". Esse termo é derivado do nome próprio Caetano, referindo-se a Caetano Veloso, um dos mais influentes cantores e compositores da música popular brasileira. Ao adicionar o sufixo "-ear" ao nome Caetano, Djavan transforma o nome próprio em um verbo, criando, assim, um **neologismo**.

Ao criar o verbo "caetanear", Djavan expressa um desejo de compor ou criar arte de uma maneira que remeta à singularidade, à sensibilidade e à inovação associadas ao estilo de Caetano Veloso. Esse ato de "caetanear" encapsula não apenas a ideia de emular o estilo musical de Caetano Veloso, mas também a admiração e o respeito pela sua capacidade de inovação e expressão artística.

Para esclarecer por que as alternativas apresentadas na questão não são iguais, destaca-se o início de cada uma, que indica um tipo diferente de processo de formação de palavra:

A) Hibridismo

Hibridismo refere-se à formação de palavras através da combinação de elementos oriundos de línguas diferentes. Um exemplo clássico de hibridismo é a palavra "automóvel" (do grego "auto-" significando "próprio" e do latim "mobilis" significando "móvel"). No contexto da questão, a alternativa que sugere hibridismo está incorreta, pois "caetanear" não é formado pela fusão de elementos de diferentes línguas, mas pela adição de um sufixo vernáculo "-ear" a um nome próprio, seguindo as regras de formação de palavras da língua portuguesa.

B) Neologismo

Neologismo, como já detalhado, é a criação de uma nova palavra ou expressão, ou um novo significado para uma palavra existente. "Caetanear" é um neologismo porque é um termo inventado por Djavan que não existia previamente na língua portuguesa, criado a partir de um nome próprio com a adição de um sufixo que o transforma em verbo. Esse processo é um exemplo clássico de formação de neologismos, em que novos significados ou conceitos são expressos através de novas palavras.

C) Hibridismo (repetido)

A repetição do termo hibridismo em outra alternativa, mas com uma justificativa diferente, ainda não torna a opção correta. A criação de "caetanear" não envolve a mistura de elementos de diferentes idiomas, reiterando que não se aplica o conceito de hibridismo no contexto da palavra em questão.

D) Neologismo (repetido)

Embora essa opção também mencione neologismo, a justificativa oferecida ("declarando que a música foi composta para Caetano") não reflete com precisão o uso de "caetanear" na letra de Djavan. A criação do neologismo visava expressar um desejo ou uma aspiração artística e não indicar uma dedicatória.

Por conseguinte, cada alternativa se inicia com a indicação de um processo de formação de palavras: neologismo ou hibridismo. A distinção correta para "caetanear" é o neologismo, pois representa a criação de uma nova palavra baseada em regras linguísticas existentes, sem a combinação de elementos de diferentes línguas. O erro nas alternativas reside na compreensão inadequada dos processos e intenções envolvidos na formação da palavra "caetanear". Assim, a diferenciação entre as alternativas não se baseia apenas nas descrições fornecidas, mas também no entendimento correto dos processos de formação de palavras na língua portuguesa.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	09	08	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para entender por que a resposta correta é "**Reação de XXX agrada mercado, que prevê vitória de YYY**" e o que significa regência verbal, vamos começar por entender o que é regência verbal. A regência verbal é a maneira como os verbos se relacionam com seus complementos, sendo que alguns verbos exigem preposições específicas para ligá-los a esses complementos. A preposição correta ou a ausência dela é crucial para o sentido correto da frase e sua adequação às normas gramaticais.

Analisando a alternativa "**Reação de XXX agrada mercado, que prevê vitória de YYY**", tem-se que o verbo principal é "agradar". Em português, o verbo "agradar", quando significa causar contentamento ou satisfação a alguém, exige a preposição "a" para ligar-se ao seu complemento, que é quem recebe a ação. Portanto, a frase corretamente ajustada à norma gramatical deveria ser "Reação de XXX agrada **ao** mercado, que prevê vitória de YYY".

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	08	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O emprego da redução “pra” em lugar de “para” é um fenômeno típico da linguagem falada e, por extensão, da linguagem informal escrita. Essa redução reflete o modo como as pessoas frequentemente compactam palavras e frases no discurso diário para acelerar a comunicação e torná-la mais natural e menos formal. A expressão "pra cachorro", além da redução, inclui uma expressão idiomática que intensifica o verbo "chorado", evidenciando um uso de linguagem muito próximo do coloquial e informal.

A repetição do conectivo “e” em “são e salvo e forte” pode ser vista como uma figura de estilo (polissíndeto) usada para enfatizar cada qualidade mencionada. Embora possa aparecer em contextos informais, a repetição de conjunções é uma característica estilística que transcende a divisão formal/informal e pode ser encontrada em ambos os estilos de linguagem por razões de ênfase ou ritmo.

A utilização do substantivo “sujeito” em lugar de “homem” em “eu posso me considerar um sujeito de sorte” não é necessariamente informal. A palavra "sujeito" pode ser usada em contextos tanto formais quanto informais sem implicar informalidade. Essa escolha de palavra não reflete diretamente as características distintivas da linguagem informal.

A opção pelo emprego das formas verbais “tenho chorado” e “tenho sangrado” em lugar de “choro” e “sangro” descreve o uso de tempos verbais perfeitos compostos, os quais expressam ações que ocorreram no passado, mas têm relevância ou continuidade no presente. A escolha desses tempos verbais não é exclusiva da linguagem informal; ao contrário, ela se enquadra dentro de estruturas gramaticais padrão usadas para expressar nuances temporais específicas em ambos os registros, formal e informal.

Portanto, **O emprego da redução “pra” em lugar de “para”** é a única opção que claramente identifica um aspecto da linguagem informal no texto.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	12	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao recurso interposto, pelas razões a seguir expostas:

I. INCORRETO. Art. 14. § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

Portanto, alternativa errada.

II. INCORRETO. Na verdade, a eleição de dois representantes é assegurada nas empresas com mais de duzentos (e não cem) empregados:

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

III. CORRETO. No caso da questão, conforme já decidiu o STF, a garantia constitucional da vedação à autoincriminação pode ser relativizada:

"EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE FUGA DO LOCAL DO ACIDENTE. ARTIGO 305 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO TIPO PENAL À LUZ DO ART. 5º, LXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA Nº 907. NATUREZA PRINCÍPIOLÓGICA DA GARANTIA DO NEMO TENETUR SE DETEGERE. POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO. PRESERVAÇÃO DO NÚCLEO ESSENCIAL DA GARANTIA. HARMONIZAÇÃO COM OUTROS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS CONSTITUCIONALMENTE. POSSIBILIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO PARA AFASTAR A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO TIPO PENAL ANALISADO. 1. O princípio da vedação à autoincriminação, conquanto direito fundamental assegurado na Constituição Federal, pode ser restringido, desde que (a) não seja afetado o núcleo essencial da garantia por meio da exigência de uma postura ativa do agente na assunção da responsabilidade que lhe é imputada; e que (b) a restrição decorra de um exercício de ponderação que viabilize a efetivação de outros direitos também assegurados constitucionalmente, respeitado o cânone da dignidade humana do agente."

(STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 971.959 RIO GRANDE DO SUL)

IV. CORRETO. Quanto ao cabimento do habeas data, o STF decidiu que:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS DATA. ART. 5º, LXXII, DA CF. ART. 7º, III, DA LEI 9.507/97. PEDIDO DE VISTA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. INIDONEIDADE DO MEIO. RECURSO IMPROVIDO. 1. O habeas data, previsto no art. 5º, LXXII, da Constituição Federal, tem como finalidade assegurar o conhecimento de informações constantes de registros ou banco de dados e ensejar sua retificação, ou de possibilitar a anotação de explicações nos assentamentos do interessado (art. 7º, III, da Lei 9.507/97). 2. A ação de habeas data visa à proteção da privacidade do indivíduo contra abuso no registro e/ou revelação de dados pessoais falsos ou equivocados. 3. O habeas data NÃO SE REVELA meio idôneo para se obter vista de processo administrativo. 4. Recurso improvido.

(RECURSO EXTRAORDINÁRIO 673.707 MINAS GERAIS).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	13	14	15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As Autarquias comuns (também intituladas autarquias administrativas ou de serviços) são pessoas jurídicas de direito público que prestadoras de serviço público e desempenham atividades típica de Estado. As Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de Municípios, Estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, valores devidos após condenação judicial definitiva.

As requisições de pequeno valor (RPV) são requisições feitas ao ente público (União, Estado, Município, suas autarquias ou fundações) para pagar quantia certa, em virtude de uma decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita à pessoa vitoriosa receber o crédito da condenação independentemente da expedição de precatório.

Deste modo, o item apresenta duas respostas corretas e merece ser anulada.

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 391). Editora Saraiva.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	11	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão diz respeito a multa imposta ao motorista infrator das regras de trânsito, que decorre do exercício do Poder de Polícia e possibilita que a Administração imponha unilateralmente esta multa, independentemente de concordância do administrado é um ato unilateral.

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 1217). Editora Saraiva.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	12	13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão quanto ao recurso interposto tendo em vista que a denominada Teoria dos Motivos Determinantes, estabelece que a administração pública se vincula aos motivos que eleger para a prática do ato, de forma que o motivo precisa ser verdadeiro e existente, sob pena de anulação do ato pelo vício de legalidade.

No Brasil, a teoria dos motivos determinantes é utilizada para a situação em que os fundamentos de fato de um ato administrativo são indicados pela motivação, hipótese na qual a validade do ato depende da veracidade dos motivos alegados. O exemplo clássico de seu uso é a exoneração ad nutum.

Deste modo, é possível afirmar que tal Teoria está implicitamente vinculada à Organização Administrativa, pois para organizar o exercício da função administrativa, o Estado se socorre basicamente dos mecanismos de centralização, descentralização e desconcentração.

Ainda, impende frisar que Lei nº 9.784/99 em seu Art. 2º dispõe que: A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 1030). Editora Saraiva.
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm#:~:text=poder%20de%20decis%C3%A3o.-,Art.,jur%C3%ADica%2C%20interesse%20p%C3%ABlico%20e%20efici%C3%A2ncia.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	19	18	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar a questão não há qualquer erro pois estão em perfeita harmonia com o Estatuto do Servidor. Assim, nos termos dos Arts. 22 e 29, §1º do Estatuto do Servidor somente as alternativas III e IV estão corretas e estão incorretas as alternativas I e II do referido Estatuto.

Fonte:

- Arts. 22 e 29, §10 Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 150/1983.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	17	20	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há apenas uma alternativa, aquela apontada no gabarito, de acordo com a lei conforme Art. 29 da Lei Orgânica do Município. As demais estão incorretas nos termos do Art. 30, incisos IX, X e XI da referida Lei.

Fonte:

- Art. 29, 30 incisos IX, X, XI da Lei Orgânica do Município.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	16	17	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há apenas uma alternativa correta, aquela que consta no gabarito, nos termos dos arts. 142 da Lei Orgânica do Município. As demais estão incorretas nos termos dos arts. 142, §1º, 143 e 145 da referida lei.

Fonte:

- Art. 142 caput, §1º, 143 e 145 da Lei Orgânica do Município.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	25	23	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todas as afirmativas estão corretas, conforme segue: A) I, II, III, IV e V. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) representou um marco histórico na educação brasileira, estabelecendo princípios e diretrizes que moldaram as políticas educacionais nas décadas subsequentes. Análise detalhada das afirmativas: I. Universalização do ensino: A CF/88 assegurou o direito à educação para todos os brasileiros, ampliando o acesso à educação em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior. O artigo 205 determina que a educação é direito de todos e dever do Estado, garantindo o acesso à educação básica gratuita e de qualidade. II. Valorização dos profissionais da educação: A CF/88 reconhece a importância dos profissionais da educação para o desenvolvimento do país, estabelecendo medidas para sua valorização profissional. A LDB também prevê a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes plano de carreira, com ingresso por concurso público e piso salarial profissional nacional. III. Piso salarial profissional nacional: A CF/88 determina a criação de um piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública. O artigo 206, inciso VIII, estabelece que o piso salarial será definido por lei federal, com base no valor do salário mínimo nacional. A Lei do Piso Salarial Nacional (Lei nº 11.738/2008) regulamenta essa questão, definindo o valor do piso salarial para cada categoria profissional da educação. IV. Participação da comunidade na gestão educacional: A CF/88 incentiva a participação da comunidade na gestão da educação pública. O artigo 206, inciso VI, garante a gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. A LDB também prevê a participação da comunidade na gestão da educação, definindo mecanismos para essa participação, como os conselhos escolares e as associações de pais e mestres (APMs). V. Aprendizagem ao longo da vida: A CF/88 reconhece o direito à aprendizagem ao longo da vida, promovendo a educação continuada e a formação para o trabalho, isto pode ser lido no artigo 206: IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020). Conclusão: A CF/88 teve um impacto significativo na educação brasileira, democratizando o acesso à educação, valorizando os profissionais da educação, incentivando a participação da comunidade na gestão educacional e reconhecendo o direito à aprendizagem ao longo da vida. Todas as afirmativas estão corretas.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	24	30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há erros nas afirmativas requeridas como corretas, conforme segue: I- (correta) A divisão entre educação para o trabalho (índios, negros e mestiços) e a educação propedêutica (filhos dos colonos); II-(incorreta) Ensino alienado da realidade: plano de instrução que objetivava a formação do homem cristão, humanista e de cultura geral de acordo com a cultura europeia, e não de acordo com a cultura local conforme descreve a afirmativa; III-(correta) Bases filosóficas que têm uma visão do homem como constituído de uma essência imutável à qual a educação deve conformar-se; IV- (incorreta) Ação pedagógica: forma de pensamento que privilegia a memória, a repetição e o raciocínio em detrimento do raciocínio crítico, e não do pensamento crítico em detrimento do raciocínio. Portanto, estão corretas apenas as afirmativas I e III.

Fonte:

- Moria, Isaac, Guilherme, Marcelo. A História da Educação No Brasil. Paco Editorial página 9.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	23	24	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise de cada afirmativa: I. (Falsa) Na fase conhecida como Escola Suprageracional, a ênfase estava na transmissão de conhecimentos considerando a conexão com as demandas da sociedade. Na fase Suprageracional, a ênfase estava na transmissão de conhecimentos, mas sem necessariamente considerar a conexão direta com as demandas da sociedade. Era uma fase mais centrada na preservação do conhecimento tradicional; II. (Falsa) A Escola Elitista é uma fase contemporânea que se destaca pela busca incessante por equidade e inclusão, adaptando-se para atender às diversas singularidades dos alunos. A Escola Elitista, como o próprio nome sugere, não está associada à busca por equidade e inclusão. Ela se caracteriza por uma seleção mais restrita de alunos, muitas vezes baseada em critérios elitistas; III. (Falsa) A Escola Tradicional é caracterizada por um modelo educacional inovador que prioriza a individualização do ensino, adaptando-se às necessidades específicas de cada aluno. A Escola Tradicional, ao contrário, é associada a métodos mais padronizados, com ênfase na transmissão de conhecimento de forma uniforme para todos os alunos; IV. (Verdadeira) O Período Intrageracional corresponde à terceira fase da função da escola, na qual as mudanças sociais se dão no interior de cada geração e os saberes necessários à participação social incluem a capacidade de adaptação a uma ordem pouco estável. As instituições sociais enfrentam o desafio de se adequarem a uma ordem incerta, tornando-se mais abertas e flexíveis; V. (Verdadeira) A escola intergeracional a escola continuou a ter um caráter elitista, pois se amplia apenas no nível elementar. A continuidade nos estudos vai depender de seleções constantes. Era uma escola excludente, uma vez que a base era para muitos e o topo era para poucos. Descreve corretamente a característica da escola intergeracional, que, embora tenha uma ampliação no nível elementar, ainda mantém práticas elitistas nas etapas subsequentes; VI. (Verdadeira) A escola Intrageracional considera que apenas a formação inicial e centrada na transmissão de conteúdos não é capaz de suprir as necessidades educacionais dos indivíduos ao longo das suas vidas, faz-se necessária uma formação mais ampla e adequada às novas demandas da vida contemporânea. A Escola Intrageracional destaca a importância de uma formação ao longo da vida, reconhecendo que a simples transmissão de conteúdos iniciais não é suficiente para atender às demandas da vida contemporânea.

Fonte:

- Machado, Dimara Pereira. Soares, Kátia Cristina Dambinski. Currículo e sociedade, Editora Contentus, p. 15.
- https://www.profwilliam.com/2015/11/2-funcao-social-da-escola.html#google_vignette acesso em

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	22	28	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entre os aspectos que Jean Piaget transfere da biologia para sua concepção psicogenética podem ser destacados o ajustamento de antigas estruturas e novas funções e o desenvolvimento de novas estruturas para preencher funções antigas. Ambas pressupõem, no desenvolvimento, uma corrente contínua em que cada função se liga a uma base preexistente e, ao mesmo tempo, se transforma para ajustar-se a novas exigências do meio, ocorrendo, então, o que Piaget denomina adaptação. Assim sendo, dois princípios básicos, a estrutura e adaptação, encontram-se presentes também na atividade mental, já que, para ele, a inteligência é uma característica biológica do ser humano, portanto, o gabarito é a afirmativa A. A teoria de Piaget, conhecida como Epistemologia Genética, defende que a inteligência é resultado da interação entre fatores biológicos e sociais, mas as questões “sociais” estão presentes no próprio enunciado da questão: “adaptar-se às exigências do meio”, o que não muda que a inteligência seja uma “característica biológica”. Piaget defendia que a inteligência não é algo pronto e acabado, mas sim um processo contínuo de construção. Essa construção se dá através da interação entre o indivíduo e o meio, em um processo de adaptação. As estruturas biológicas do ser humano fornecem a base para o desenvolvimento da inteligência. Análise dos distratores: B) Resultado da experiência externa, sem influências biológicas: Piaget reconhece a importância da experiência na construção da inteligência, mas argumenta que ela não é o único fator determinante. As estruturas biológicas do indivíduo também desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da inteligência. C) Inata e imutável, sendo determinada fortemente pelos fatores genéticos: Piaget defendia que a inteligência não é inata e imutável. A inteligência se desenvolve ao longo da vida, através da interação entre o indivíduo e o meio. D) Limitada por estruturas fixas, mas capazes de se adaptar a novas demandas cognitivas: As estruturas mentais são flexíveis e se modificam ao longo do tempo, adaptando-se às novas demandas do meio. Essa adaptação é o que permite o desenvolvimento da inteligência. Exemplos da interação entre fatores biológicos e sociais no desenvolvimento da inteligência: A capacidade de linguagem é influenciada por fatores biológicos, como a estrutura do cérebro, mas também se desenvolve através da interação social. A resolução de problemas é uma habilidade que exige tanto habilidades cognitivas, como habilidades sociais, como a capacidade de cooperar com os outros.

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski. A relevância social. Summus Editorial.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	29	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Gabarito D: A relação entre desenvolvimento e aprendizagem é, sem dúvida, uma questão teórica central nos estudos de natureza psicológica e Vygotsky não se esquivou desta análise. Ao contrário, ele sistematizou de forma clara e objetiva sua proposta quanto a esta problemática. Ressaltando a importância e as implicações teórico-práticas da combinação desses dois processos, ele lembrou que os problemas encontrados na análise psicológica do ensino não podem ser corretamente enfrentados e resolvidos sem que se refira à aprendizagem e desenvolvimento. Na sua opinião, essa relação ainda não havia sido suficientemente discutida, permanecendo obscura por estar baseada em pressupostos vagos, possuir falhas quanto à avaliação crítica desses postulados e apresentar zonas de ambiguidade e contradição. Assim como Piaget, Vygotsky explicou esta relação pautado em princípios interacionistas. Entretanto, enquanto Piaget superestimou as funções do sujeito no processo de construção do conhecimento, Vygotsky ressaltou a unidade dialética entre os dois polos, preservando, no entanto, a identidade de cada um. Segundo ele, as concepções, correntes que tratavam da relação entre desenvolvimento e aprendizagem podiam ser englobadas em

três grandes posições teóricas. A primeira fundamenta-se no pressuposto de que o desenvolvimento é um processo maturacional que ocorre antes e independentemente da aprendizagem. A segunda postula que a aprendizagem é sinônimo de desenvolvimento, entendendo-se desenvolvimento a acumulação de respostas aprendidas. O terceiro grupo (Gestalt) sugere que desenvolvimento e aprendizagem são dois processos independentes, que interagem afetando-se mutuamente: aprendizagem causa desenvolvimento e vice e versa.

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski. A relevância social. Summus Editorial. P. 106 e 107.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	29	27	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há incorreções nas afirmativas III e IV, conforme segue: III. Os conhecimentos escolares, ao adentrarem a escola, são recontextualizados de acordo com a lógica que preside as instituições escolares, trazendo embutido um sentido moral e apolítico. Há uma incorreção na afirmativa, pois o texto menciona que os conhecimentos escolares trazem embutido um sentido moral e **político** e não **“apolítico”** como propõe a afirmativa; IV. O acesso ao conhecimento escolar tem a função de desenvolver habilidades intelectuais, tendo como função coadjuvante criar atitudes e comportamentos necessários para a vida em sociedade. A afirmativa está incorreta, pois o texto destaca que o acesso ao conhecimento escolar tem a dupla função de desenvolver habilidades intelectuais e criar atitudes e comportamentos necessários para a vida em sociedade. Criar atitudes e comportamentos necessários para vida em sociedade não é uma função coadjuvante do acesso ao conhecimento escolar.

Fonte:

- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	27	22	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C apresenta uma inversão entre as teorias de aprendizagem. No construtivismo, base empírica na interação social e cultural como agentes fundamentais para a aprendizagem. Metodologicamente, considera a interação social, como em situações de colaboração e negociação de significados. Epistemologicamente, concebe o conhecimento como socialmente construído, conforme descrito na alternativa A. Na alternativa C, a definição apresentada para construtivismo está invertida com a do sócio construtivismo. São nuances importantes entre uma e outra que as caracterizam nos pormenores, sobretudo epistemologicamente. No construtivismo, o conhecimento é considerado ativo, pois é construído ativamente pelo indivíduo por meio de interações com o ambiente e com os outros. No entanto, é mais pessoal porque enfatiza a construção de significados individuais e a internalização do conhecimento pelo aprendiz. Por outro lado, no sociointeracionismo, o conhecimento também é ativo, mas é tanto pessoal quanto social. Isso porque o sociointeracionismo reconhece a importância das interações sociais e culturais na construção do conhecimento, considerando tanto as influências pessoais quanto as influências do contexto social e cultural. Portanto, no sociointeracionismo, o conhecimento é construído por meio da interação entre o indivíduo e seu ambiente social, o que o torna tanto pessoal quanto social. Tanto o construtivismo quanto o sociointeracionismo são construtivistas, porém a distinção se dá na concepção de cada teórico que estudou e criou sua filosofia: para Jean Piaget, o construtivismo acontece a partir das interações do indivíduo e do meio, para o desenvolvimento da inteligência, enquanto que para Lev Vygotsky, que buscou a resposta na Psicologia, este desenvolvimento do conhecimento intelectual é sustentado pela construção social, no âmbito das relações humanas.

Fonte:

- <https://consultoriapensar.blogspot.com/2017/01/diferencas-e-semelhancas-entre.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	33	33	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é claro e o comando da questão remete ao conhecimento do que seria a única opção que apresenta exceção para as habilidades de codificação e decodificação no período específico de 2 anos (1º e 2º EF). A resposta correta é a letra B- Dominar as convenções gráficas, como letras maiúsculas e minúsculas, letra cursiva e letra forma e ortografia. O domínio completo das convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, letra cursiva e letra forma, e ortografia) não é esperado até o final do 2º ano. O desenvolvimento dessas habilidades se aprofunda ao longo dos anos subsequentes do ensino fundamental. Já alternativa reivindicada como exceção e possível resposta correta, a D- Saber decodificar palavras e textos escritos, saber ler, reconhecendo globalmente as palavras e ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo, assim, um pouco de fluência e rapidez de leitura. Está pertinente a etapa analisada, pois a criança deve ser capaz de ler e decodificar palavras e textos com fluência, reconhecendo os fonemas e grafemas que os compõem. Deve fazer leitura global, reconhecendo e compreendendo textos curtos de diferentes gêneros, reconhecendo globalmente as palavras, o que é diferente de decodificá-las apenas, sem que ao final do esforço de decodificação tenha uma compreensão global do que leu. A criança deve ser capaz de ler e compreender textos curtos de diferentes gêneros, reconhecendo globalmente as palavras e o significado geral do texto. Além disso, a criança deve ser capaz de ampliar seu campo visual durante a leitura, focando em porções maiores de texto que meras palavras. Vale dizer que porções maiores de texto não se refere á grandes textos.

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>
- <http://poseducacao.unisinos.br/blog/alfabetizacao-bncc>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	35	35	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejam os comandos da questão: “Ao direito que, prevalentemente, assegura à criança a oportunidade de escolher as brincadeiras, os materiais e os ambientes de aprendizagem, contribuindo muito para a sua formação de cidadania e valores, chamamos direito de (gabarito: participar). Participar é a opção que completa, coerentemente o comando “oportunidade de escolher brincadeiras, os materiais e os ambientes de aprendizagem”, conforme exceto da BNCC a seguir: “é importante que as crianças participem de forma ativa no planejamento da gestão da escola e das atividades cotidianas. Mas você deve estar se perguntando como isso deve acontecer. Bem, elas precisam ter a oportunidade de escolher as brincadeiras, os materiais e os ambientes de aprendizagem que auxiliam no desenvolvimento de diferentes linguagens. Envolver as crianças em todas essas etapas, faz com que comecem a tomar decisões e se posicionem diante suas preferências. Isso contribui muito para a sua formação de cidadania e valores”.

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	37	31	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Kishimoto, 2002, “O tratamento diferenciado partia do pressuposto de que a criança da creche particular tinha assistência doméstica, mas também evidencia a concepção de um ser fragmentado, cujo cuidado (assistência) e educação eram departamentos desconexos e independentes. Assim, a criança que precisava de assistência prescindia de um olhar entendido como educativo, que era atribuído apenas aos filhos de famílias não consideradas como pobres.” A Educação Infantil, na época, ainda não reconhecida como parte da Educação Básica, apresentava concepções fragmentadas de educação e cuidado, já compreendidas hoje como indissociáveis. Assim sendo, o tratamento diferenciado partia do pressuposto que as mais pobres necessitavam de cuidados e as das creches particulares, que já tinha cuidados em casa, poderiam dedicar mais tempo à educação. Análise do gabarito e distratores: C. Gabarito: A criança da creche particular tinha assistência doméstica, mas também evidencia a concepção de um ser fragmentado, cujo cuidado (assistência) e educação eram departamentos desconexos e independentes. Assim, a criança que precisava de assistência prescindia de um olhar entendido como educativo, que era atribuído apenas aos filhos de famílias não consideradas como pobres. Identifica de forma precisa a concepção fragmentada da criança que permeava o tratamento diferenciado entre as creches. As creches públicas, com foco assistencialista, negligenciavam o desenvolvimento integral da criança, enquanto as creches particulares, com foco educativo, se preocupavam com os aspectos cognitivos, emocionais e sociais. A afirmativa identifica a concepção fragmentada da criança como base do tratamento diferenciado entre as creches públicas e particulares. Essa visão perpetuava a desigualdade social e negava o direito à educação integral para as crianças de famílias com menor poder aquisitivo. Esta alternativa reflete a ideia de que o tratamento diferenciado entre creches públicas e particulares não era apenas uma questão de recursos financeiros, mas também uma questão de concepção sobre o cuidado e a educação das crianças. Havia uma percepção de que as crianças de famílias menos favorecidas precisavam apenas de assistência básica, enquanto as crianças de famílias mais privilegiadas eram consideradas merecedoras de uma educação mais completa; A. As crianças de famílias com menor poder aquisitivo não tinham capacidade para se beneficiar de uma educação completa. As creches públicas, portanto, ofereciam apenas o mínimo necessário para garantir a sobrevivência das crianças, enquanto as creches particulares se concentravam no desenvolvimento integral da criança. Esta alternativa, embora apresente um problema social real, não reflete a realidade da época. As creches públicas não ofereciam apenas o mínimo para a sobrevivência das crianças, mas também atividades educativas, ainda que limitadas; B. Existia falta de recursos do estado para oferecer educação de qualidade para todas as crianças. As creches públicas, com infraestrutura precária e profissionais menos qualificados, ofereciam um atendimento básico, enquanto as creches particulares, com melhores recursos, podiam investir em uma educação mais completa. Esta alternativa, apesar de mencionar a falta de recursos do Estado, não explica o tratamento diferenciado. As creches públicas, mesmo com recursos limitados, poderiam oferecer uma educação mais completa se houvesse uma visão holística da criança; D. Existia necessidade de atender às diferentes demandas das diferentes famílias. As creches públicas, com foco na assistência social, visavam atender às necessidades educacionais das crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social. Já as creches particulares, com foco no cuidado, buscavam atender às expectativas das famílias que buscavam um desenvolvimento integral para seus filhos. Esta alternativa, embora apresente diferenças nas demandas das famílias, não justifica a fragmentação do cuidado e da educação. As creches públicas, mesmo com foco na assistência social, poderiam oferecer um cuidado integral à criança.

Fonte:

- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Educação infantil: saberes e práticas da formação. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	32	34	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há apenas uma resposta correta e de acordo com os objetivos e campos de conhecimento, conforme segue: A- Atividade I: campo de experiência “corpo, gestos e movimentos”, Objetivos de aprendizagem: deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas; Para o objetivo de deslocar o corpo no espaço e orientar-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora, a professora cria um ambiente rico em estímulos sensoriais. Ela organiza um circuito de obstáculos simples, com almofadas, caixas e túneis de tecido, onde as crianças podem explorar livremente, praticando noções espaciais enquanto se movimentam. A professora incentiva os alunos a atravessarem os túneis, pular sobre as almofadas e passar por baixo das caixas, ajudando-os a compreender conceitos como dentro, fora, em cima e embaixo. Atividade II: campo de experiência “escuta, fala e imaginação”, objetivo de aprendizagem: manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos. Para o objetivo de manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos, a professora prepara uma variedade de materiais de arte acessíveis aos pequenos. Ela disponibiliza giz de cera, lápis de cor, pincéis atômicos e folhas de papel em uma mesa baixa, convidando as crianças a explorar e experimentar livremente. Ela modela como segurar os materiais corretamente e incentiva os alunos a fazerem seus próprios desenhos, traçando letras e formas simples. A professora elogia e valoriza os esforços das crianças, encorajando sua expressão criativa e promovendo o desenvolvimento da coordenação motora fina. As demais afirmativas estão com os campos de conhecimentos desconectados dos objetivos de aprendizagem.

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil/os-objetivos-de-aprendizagem-e-desenvolvimento-para-a-educacao-infantil>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	36	38	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é claro, trazendo uma contextualização em forma de situação problema, conforme segue: “em uma turma de Educação Infantil de 4 anos, o professor percebe que algumas crianças apresentam dificuldades em expressar suas emoções e se relacionar com os colegas de forma cooperativa. Além disso, há uma falta de interesse das crianças em atividades que envolvem a linguagem escrita e as práticas de leitura. O desafio enfrentado pelo professor é promover o desenvolvimento socioemocional e o interesse das crianças pelas atividades relacionadas à linguagem escrita, considerando as diretrizes dos RCNEI.” Sendo assim, as afirmativas foram analisadas, conforme segue: A- Avaliação dos alunos: o professor decide criar um ambiente mais competitivo e empolgante, avaliando o desempenho das crianças em relação às atividades de linguagem escrita e interação socioemocional. Ele estabelece os critérios de avaliação e dá feedbacks coletivos, fazendo com todos os pequenos entendam o quanto é empolgante e importante confiar nos colegas e falar de suas emoções para que se destaquem cooperativamente. Essa abordagem parece misturar a avaliação competitiva com o estímulo à expressão emocional e à cooperação. No entanto, a ênfase na competição não alinhada com os RCNEI, pois pode criar um ambiente de pressão desnecessária entre os alunos, focando mais na competição do que no desenvolvimento integral e na individualidade de cada criança. B- GABARITO Desenvolvimento socioemocional: o professor deve focar na promoção do desenvolvimento socioemocional das crianças por meio da mediação pedagógica. Isso implica em criar estratégias que permitam às crianças expressarem suas emoções e interagirem de forma cooperativa com os colegas. Atividades de dramatização e representação de situações do cotidiano podem ser eficazes para estimular a expressão emocional e a interação social. Esta abordagem está alinhada com o RCNEI, priorizando o aspecto socioemocional e o desenvolvimento das habilidades sociais das crianças. C- Estímulo à linguagem escrita: o professor decide focar em atividades de linguagem escrita. Ele planeja aulas estruturadas com ênfase na leitura e escrita, utilizando o quadro de giz onde escreve uma história retirada de

uma cartilha e pede que as crianças a copiem com atenção no traçado de cada linha. Este é um momento de muito silêncio e concentração e, espera-se que as crianças, concentradas, superem as dificuldades com a linguagem escrita. Esta abordagem não está totalmente alinhada com os RCNEI, pois prioriza de forma exclusiva o estímulo à linguagem escrita de maneira tradicional, não considerando as necessidades individuais e o contexto lúdico que geralmente é mais adequado para crianças dessa faixa etária. D- Planejamento pedagógico: o professor cria um planejamento pedagógico com atividades padronizadas, considerando o desenvolvimento esperado para uma criança com a idade de 4 anos. Ele segue um roteiro de atividades que devem ser cumpridas com repetição e determinação, com foco no treino e na premiação dos alunos que apresentarem melhor desempenho, motivando assim a todos os demais a se esforçarem para também conseguir o destaque oferecido pelo professor. Essa abordagem não está alinhada com os RCNEI, pois não considera a individualidade das crianças e adota um método padronizado, focado em recompensas e competição, o que pode prejudicar o desenvolvimento integral e emocional dos alunos.

Fonte:

- http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	34	32	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está enquadrada no tema “Linguagem verbal e não verbal; aquisição da linguagem; relações entre escrita e oralidade”.

Fonte:

- Edital do certame.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	40	37	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo está inscrito nos Conhecimentos da prática de ensino: processo e conteúdo de ensino-aprendizagem. A taxonomia de Bloom foi revisada em 2001 por um grupo de psicólogos cognitivos, teóricos e pesquisadores da educação. Ela se transformou de uma ideia estática de “objetivos educacionais” em uma classificação mais dinâmica. Houve mudanças em terminologias importantes nessa revisão. As seis categorias principais de Bloom foram alteradas de substantivos para verbos. O nível mais baixo da pirâmide original, “Conhecimento”, foi renomeado para “Lembrar”. “Avaliação” e “Síntese” foram também renomeados para “Entender” e “Criar”, portanto o gabarito é a letra D: Lembrar; entender; aplicar; analisar; avaliar; e, criar.

Fonte:

- Edital do certame.
- Carneiro, Virginia Bastos. Didática. Editora Contentus. P. 40

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No trecho “A autora afirma que não é saudável e nem lógico sacrificar o próprio bem-estar para agradar aos outros, mas que, infelizmente, em grande parte das vezes, as pessoas fazem isso, porque não sabem dizer ‘não’”, a locução conjuntiva “e nem” é usada como conectivo que introduz uma ideia que se soma à ideia anterior. A autora afirma que não é saudável e não é lógico sacrificar o próprio bem-estar. Verifica-se que as ideias se somam, adicionam. A preposição para estabelece uma relação de finalidade “sacrificar o próprio bem-estar a fim de agradar aos outros”. A preposição “em” estabelece uma relação de tempo. Quando isso acontece? Em grande parte das vezes. Ou seja, na maioria das vezes. Assim, a alternativa correta (B) Adição, finalidade, tempo.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão solicita a alternativa correta quanto à classificação das orações. Verifica-se que cada alternativa apresenta uma indicação que, a partir do conhecimento do conteúdo, é escolhida a alternativa correta. A partir dessa consideração, seguem as exposições sobre cada oração:

Sensação é comum e está associada a diferentes fatores[...]” Oração coordenada sindética adversativa: esta alternativa está incorreta, pois a conjunção “e”, neste contexto, está acrescentando informação, portanto, é oração coordenada sindética aditiva.

“estamos criando condições para que ele fique atrofiado diante da vida.” Oração subordinada adverbial causal: a expressão “para que” introduz uma ideia de finalidade, objetivo e não de causa ou motivo. A classificação correta seria Oração subordinada adverbial final. Alternativa incorreta.

“[...]para negar corretamente, não é preciso ser agressivo, mas assertivo e determinado.” Oração coordenada sindética adversativa: O trecho sublinhado apresenta verbo que está oculto – Mas precisa ser assertivo e determinado. Verifica-se que a conjunção “mas” introduz uma informação que se opõe ao que foi dito anteriormente. Portanto, esta classificação está correta.

“Quando estamos atendendo essa necessidade básica, temos medo de sermos rejeitados[...]” Oração subordinada adverbial condicional. A oração sublinhada é oração subordinada adverbial temporal. O termo “quando” dá uma ideia do período, do momento em que ocorre o medo. Não se trata de uma condição para o medo ocorrer. Alternativa incorreta.

Portanto, a resposta correta é a alternativa C.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O termo “que” pode assumir muitas funções, dentre elas de pronome relativo quando introduz orações subordinativas adjetivas explicativas e restritivas. Nesses casos, refere-se a um termo antecedente e desempenha uma função sintática. Ao substituímos o pronome pelo antecedente e construirmos a oração, verificamos a função sintática do pronome relativo que:

“[...] essa sobrecarga tende a aumentar ainda mais a ansiedade que, a longo prazo, pode criar problemas mais crônicos.” O pronome “que” retoma ansiedade. Ao substituímos a palavra “que” pelo substantivo “ansiedade” temos a seguinte construção: Ansiedade, a longo prazo, pode criar problemas mais crônicos. Quem é que pode criar problemas mais crônicos? Resposta: ansiedade. Assim, o pronome “que” tem a função que a palavra “ansiedade” desempenha nessa oração, portanto, sujeito. Alternativa correta: A.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todas as alternativas são figuras de linguagem ou de estilo que são recursos utilizados para deixar o texto mais atraente ou para dizer algo que não está no sentido literal da palavra. Assim, as alternativas presentes na questão trabalham com a combinação de ideias ou pensamentos.

Eufemismo: se trata de expressão usada para suavizar o que seria expresso de forma mais grosseira. Geralmente são encontradas em textos que abordam conteúdos fortes e polêmicos. Exemplo: O professor não está mais entre nós.

A hipérbole é uma figura de linguagem muito comum utilizada para passar uma ideia de intensidade por meio de expressões exageradas intencionalmente. Exemplo: Estou derretendo com este calor!

A gradação é a figura de linguagem que utiliza uma sequência de palavras ou expressões para intensificar ou amenizar progressivamente uma ideia. Esse encadeamento de termos pode seguir uma ordem crescente, aumentando a expressividade do texto, ou decrescente. Exemplo: Ela se jogou ao chão, gritou, esperneou e chorou. Verifica-se que há uma sequência lógica de ações.

A antítese é uma figura de pensamento que acontece por meio da aproximação de palavras com sentidos opostos. Exemplo: eles viviam entre o amor e o ódio. O trecho em evidência trecho “[...]saber do que ela gosta e o que ela não gosta, do que faz bem e o que faz mal a ela, do que é bom e o que não é [...]” apresenta os opostos caracterizando o uso da antítese. Portanto, a alternativa correta é: A.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em tela solicita que seja assinalada a função correta do pronome que se encontra sublinhado em cada alternativa. Assim, seguem as classificações:

“[...]e que isso os deixava frustrados e infelizes [...]”. – sujeito: o pronome “os” assume, neste contexto, a função de objeto direto. Com essa afirmação, é necessário encontrar o sujeito. O que é que deixa frustrados e infelizes? Resposta: isso. Portanto, isso é o sujeito da oração. Deixa quem? Os, que substitui pacientes. Isso deixa os pacientes frustrados e infelizes. O pronome “os” tem a função de objeto direto. Alternativa incorreta.

“Quando você fala ‘sim’ para tudo, dificilmente você vai cuidar de você.” Sujeito. “Você” é o complemento do verbo cuidar que é, neste contexto, transitivo indireto. Devido a sua transitividade, exige preposição, portanto, você é o núcleo do objeto indireto “de você”. Alternativa incorreta.

“[...] negar a demanda que uma outra pessoa te faz e isso faz com que a pessoa fique preocupada[...]” Objeto direto. O pronome demonstrativo “isso” exerce a função de sujeito do verbo fazer. O que é que faz com que a pessoa fique preocupada? Resposta: isso. Alternativa incorreta.

“[...]as pessoas se sujeitam a situações que lhes causam prejuízos emocionais e, em alguns casos, até financeiro.” Objeto indireto. Primeiramente é necessário encontrar o sujeito da frase “que lhes causam prejuízos emocionais”. O pronome que está substituindo situações. Assim temos: Situações lhes causam prejuízos emocionais. Logo, o sujeito da frase é situações. O verbo causar, neste contexto, é transitivo direto e indireto: causam o quê? Prejuízos emocionais (objeto direto). Causam prejuízos emocionais a quem? Às pessoas, substantivo retomado pelo pronome “lhes”. Portanto, lhes é objeto indireto e esta é a alternativa correta. Alternativa D.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Constituição de República de 1988, no Art. 5º, inciso XXV, menciona que “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;”.

Assim, o iminente perigo público é aquela situação que pode acontecer e gerar um dano coletivo ou uma situação que já aconteceu e se a Administração Pública não tomar uma medida, tal situação pode se estender e prejudicar mais pessoas.

Nota-se que o enunciado da questão informa que houve restituição do estado anterior dos imóveis, logo não há danos e a obra se justifica pelo iminente perigo público.

Não se perca de vista ainda, que o enunciado informa que a municipalidade precisou intervir na propriedade dos particulares, sem desalojá-los e que os imóveis foram restituídos sem danos, portanto, não há que se falar em desapropriação,

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Câmara Municipal não possui personalidade jurídica. Logo, não pode ser ré em processo judicial. Sua representação é feita pelo município.

Fonte:

- Código Civil e doutrina.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise da afirmativa solicitada como correta: III. A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação é apresentada de **forma** explícita, de forma clara e concisa, sem ambiguidades ou informações irrelevantes. A nova informação deve ser necessariamente suficiente para que o aluno possa fazer a conexão com os seus conhecimentos prévios. Esta afirmativa apresenta incorreção Ausubel não requer que a nova informação seja apresentada de forma explícita; a aprendizagem significativa também pode ocorrer de forma implícita. Embora Ausubel enfatize a importância da apresentação explícita da nova informação, ele reconhece que a aprendizagem significativa também pode ocorrer de forma implícita. Nesse processo, a nova informação é assimilada de maneira gradual e subliminar, sem ser explicitamente apresentada. Vejamos exemplos: Aprendizagem Significativa Explícita: Leitura de um livro didático sobre a Segunda Guerra Mundial: A informação é apresentada de forma direta e organizada, com o objetivo claro de transmitir conhecimento sobre o evento; Aprendizagem Significativa Implícita: observação de um jogo de futebol e aprendizado das regras: O indivíduo aprende as regras do futebol ao observar e interagir com o jogo, sem necessariamente ter recebido instruções explícitas.

Fonte:

- Fonte: Lima, Gláucia da Conceição. Souza, Glauber Santana. APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA. Disponível em https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/13415526042012Didatica_Especial_para_o_Ensino_de_Ciencias_e_Biologia_II_Aula_4.pdf
- A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: ESTRATÉGIAS FACILITADORAS E AVALIAÇÃO1 disponível em https://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID3/v1_n1_a2011.pdf

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão do papel da Zona de desenvolvimento Proximal remete exatamente a ideia de suporte de alguém para que tudo o que um indivíduo consiga fazer com certa ajuda, depois seja capaz de fazer com autonomia. Observe o excerto “Durante anos a psicologia sustentou o princípio de que somente as tarefas que a criança conseguiria resolver de forma independente poderiam ser tomadas como indicativo de seu nível de desenvolvimento mental. Neste raciocínio, a imitação era vista como um processo puramente mecânico, que não pode, portanto, ser levado em conta na investigação da capacidade intelectual da criança. Mas **Vygotsky observou que as crianças podem imitar ações que vão muito além de suas capacidades reais ou efetivas. Numa atividade coletiva ou sob orientação dos adultos, elas podem aumentar suas capacidades de desempenho, pois essa imitação de atos e habilidades, cujo conteúdo supera a capacidade real da criança, cria zonas de desenvolvimento proximal.** Foi também neste fato que Vygotsky

se apoiou quando defendeu a tese de que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.”. Isto posto, a reavaliação do papel da imitação na teoria de Vygotsky é implícita, pois “as teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem que defendem o tradicional princípio da aplicação de uma orientação pedagógica desejável, uma vez diagnosticado o desenvolvimento. Não é difícil perceber que estas posturas pedagógicas trazem implícita a ideia de que o ensino deve prosseguir com base no desenvolvimento efetivo, já produzido”. A banca mantém o gabarito, já que a alternativa C ignora a ênfase de Vygotsky na influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. A ZDP demonstra como a aprendizagem mediada na interação social impulsiona o desenvolvimento; a alternativa D apresenta uma visão limitada da percepção. Vygotsky a considerava fundamental em todos os estágios do desenvolvimento, tanto na **interação social quanto na internalização de conhecimentos e a alternativa B inverte a relação proposta por Vygotsky. Para ele, o ambiente social é fundamental para o desenvolvimento, pois é nele que a criança encontra as ferramentas e os parceiros necessários para a aprendizagem. A ZDP é um exemplo de como o ambiente social molda o desenvolvimento.**

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky- a relevância social. Summus editorial. P.109.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca considera correta apenas as afirmativas I, II e III. Há na opção IV uma condicionante que a exclui de ser um critério para todos os tipos de bullying, conforme solicita o comando da questão. As ações de bullying geralmente envolvem a intenção de prejudicar, a repetição do comportamento e o causar de prejuízo à vítima. O critério IV pode ser relevante em alguns contextos, mas não é universalmente aceito em todas as definições de bullying, além disso, a presença da palavra "necessariamente" na afirmação IV condiciona a tipificação do bullying à agressão social, o que não é um critério universalmente aceito. Existem diferentes formas de agressão que podem ser consideradas, dependendo do contexto. Algumas delas incluem: Agressão Verbal: Compreende insultos, palavras ofensivas, humilhações verbais e ameaças. Agressão Física: Envolve qualquer forma de violência física, como empurrões, socos, chutes, entre outros. Agressão Relacional: Refere-se à manipulação social para prejudicar a reputação ou as relações sociais da vítima, como espalhar boatos, exclusão social e isolamento. Agressão Psicológica/Emocional: Inclui intimidação, ameaças, perseguições online (cyberbullying), entre outras formas de agressão que afetam o bem-estar emocional da vítima. Agressão Sexual: Envolvendo comportamentos indesejados ou coercitivos de natureza sexual. Agressão Discriminatória: Baseada em características específicas, como raça, gênero, religião, orientação sexual, entre outros. Agressão Material: Danificação ou roubo de pertences pessoais.

Fonte:

- Felizardo, Aloma Ribeiro. Bullying: a violência que nasce na escola – orientações práticas para uma cultura de paz. Editora Intersaberes.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise das afirmativas: Afirmativa I: Personalização do ensino: Reconhece as diferenças individuais dos alunos e adapta o ensino às suas necessidades e estilos de aprendizagem; Integração de tecnologia: Potencializa o ensino por meio de recursos digitais, como plataformas online, jogos educativos e aplicativos. Afirmativa II: Contextualização e significância dos conteúdos: Torna o aprendizado relevante para a vida dos estudantes, conectando-o à realidade e aos seus interesses; Participação ativa dos alunos: Estimula a curiosidade, a autonomia e a construção do

conhecimento através da experimentação e da resolução de problemas. Relação entre as afirmativas: Embora ambas as afirmativas sejam verdadeiras e importantes para a gestão da aprendizagem, a afirmativa II não justifica a afirmativa I. A afirmativa I se concentra em como a gestão da aprendizagem pode ser realizada, através da personalização e da integração de tecnologia. A afirmativa II se concentra em quais são os objetivos da gestão da aprendizagem, como contextualizar os conteúdos e promover a participação dos alunos. Conclusão: As duas afirmativas contribuem para uma gestão da aprendizagem eficaz, mas não há uma relação de causa e efeito entre elas. As duas afirmativas são verdadeiras e se complementam, mas a II não é uma justificativa completa da I. A gestão da aprendizagem eficiente envolve diversos princípios e métodos que se combinam para atender às necessidades dos alunos e promover o aprendizado eficaz. A afirmativa I diz que a aprendizagem é eficiente quando se baseia na personalização do ensino, reconhecendo as diferenças individuais dos alunos, e na integração de tecnologia, buscando potencializar o ensino por meio de recursos digitais. Não há na afirmativa palavras que afirmam que ela é eficiente “somente quando”, o que tornaria a assertiva errada.

Fonte:

- <https://blog.saraivaeducacao.com.br/gestao-de-aprendizagem/>

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República: Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressalta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do

Brasil, mas um conhecimento dentro das escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuistas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Veiga, no momento da execução, um projeto é de qualidade quando: Nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; É exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; Implica ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; É construído continuamente, pois como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível. Quanto à concepção, um projeto de qualidade deve apresentar as seguintes características: Ser um processo participativo de decisões; Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; Conter opções explícitas na direção da superação dos problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos de Alencastro. Resende, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs). Escola- Espaço do Projeto Político Pedagógico. Papyrus Editora. P. 12;

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo (e não combate como na afirmativa I) ; II - universalização do atendimento escolar (e não apenas do Ensino Fundamental, como também está dito na afirmativa I) ; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Ou seja, a afirmativa I contém erros substanciais nas duas frases que a compõe.

Fonte:

- https://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta a imagem da obra “Café” de Cândido Portinari, porém ela pede a alternativa correta em relação ao pintor e sua obra. A alternativa “C”, correta, diz: Portinari estabeleceu diálogos produtivos a partir dos quais elaborou sua poética própria, influenciado pelo realismo, cubismo, sobretudo as figuras agigantadas de Picasso, expressionismo, relacionado ao pintor e sua obra em geral. A cena do quadro “Café”, organizada em dois eixos diagonais que convergem no primeiro plano, mostra a colheita e o ensacamento do café. No encontro das duas diagonais as figuras idealizadas de trabalhadores, este trecho diz respeito ao quadro “Café”, um dos quadros mais conhecidos do artista, não sendo abordado o tema cores, somente linhas e formas, o que a imagem em preto e branco não dificultaria.

Fonte:

- CATANI, Icleia Borsa, Arte moderna no Brasil: constituição e desenvolvimento nas artes visuais 1900-1950. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 70 a 74.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na alternativa “B”, correta, diz que o Teatro Mágico é um espetáculo de arte contemporânea, que apresenta linguagem híbrida, o clown é um personagem presente nos shows (Clown: termo usado para se referir à figura do palhaço, um arquétipo que faz rir). A questão esclarece que o Teatro Mágico se apresenta com atores e bailarinos vestidos de palhaços, utilizam linguagens diversificadas, efeitos visuais e tecnologias aliados à simplicidade das performances circenses. O híbrido na arte apresenta a característica de misturar diversas linguagens, que no caso Teatro Mágico se transforma em um show.

A alternativa “D” afirma que o Teatro Mágico apresenta um espetáculo de arte moderna, onde a experimentação de diferentes formas artísticas visuais, como a videoarte e a instalação, são usadas para transmitir suas mensagens. Está INCORRETA, por dizer que o espetáculo do Teatro Mágico é Moderno, sendo Contemporâneo, também a instalação, citada na alternativa, é uma linguagem relacionada a arte contemporânea.

A banca mantém o gabarito divulgado.

Fonte:

- UTUARI, Solange. et al. Por toda parte: volume único, 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2013, p. 10 a 11.
- Vagalume. O Teatro Mágico. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/o-teatro-magico/biografia/>
- Aidar Laura. Instalação artística – obras e artistas. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/instalacao-artistica-obras-e-artistas/> - Acesso 08/03/2024

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com UTUARI et al., 2013, p. 256, “Heitor Villa-Lobos (1887 – 1959), que participou da Semana de Arte Moderna de 1922, foi um dos mais importantes músicos e compositores do Brasil no que se refere ao estudo de ritmos, tanto brasileiros quanto de outros países. Ele uniu sons do chorinho (gênero popular da época) com a maneira de fazer música criada na época do Barroco europeu pelo músico alemão Johann Sebastian Bach (1685 – 1750), criando a composição Bachiana Brasileiras, determinando um estilo pessoal de revisitar o passado da música trazendo coisas de seu tempo e de sua cultura.”

Fonte:

- UTUARI, Solange. et al. Por toda parte: volume único, 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2013, p. 256.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os três primeiros itens são verdadeiros. De acordo com UTUARI, 2012, P. 130 A 131:

“A interdisciplinaridade propõe a inter-relação entre as disciplinas, parte do princípio da interlocução entre as várias áreas. É um exercício de interação e criação para estudar ou resolver um problema apresentado em um projeto de ação educativa, proporcionando um aprendizado que visa a ampliação do conhecimento, jamais redução. [...] Na transdisciplinaridade se compartilha a possibilidade de pensar por muitas vias, de perceber que um conhecimento se entrelaça com outros e que isso pode ampliar a visão dos jovens ao desenvolver a competência de compreender fenômenos.”

São falsos o quarto e o quinto item:

“É importantes ressaltar que, quando disciplinas se unem para fazer um projeto integrado, os conceitos individuais (as especificidades ou especialidades) devem ser respeitados, bem como os processos de cada área.” Nunca em detrimento de conceitos individuais e processos de cada área, como afirma o quarto item.

“Ver o conhecimento pelo prisma da transdisciplinaridade é uma postura crítica diante dos saberes apresentados pela escola e fora dela. [...] possibilidades de trabalhos coletivos e colaborativos, nos quais as hierarquias entre uma disciplina e outra não sejam relevantes.” Não como afirma o quinto item, que se deve apresentar uma postura crítica apenas ao que é apresentado pela escola.

Fonte:

- UTUARI, Solange. Encontros com Arte e Cultura. 1ª Ed. - São Paulo: FTD, 2012, P. 130 A 132.

BRANCA

02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA

14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão do papel da Zona de desenvolvimento Proximal remete exatamente a ideia de suporte de alguém para que tudo o que um indivíduo consiga fazer com certa ajuda, depois seja capaz de fazer com autonomia. Observe o excerto utilizado na confecção de um dos recursos, “Durante anos a psicologia sustentou o princípio de que somente as tarefas que a criança conseguiria resolver de forma independente poderiam ser tomadas como indicativo de seu nível de desenvolvimento mental. Neste raciocínio, a imitação era vista como um processo puramente mecânico, que não pode, portanto, ser levado em conta na investigação da capacidade intelectual da criança. Mas **Vygotsky observou que as crianças podem imitar ações que vão muito além de suas capacidades reais ou efetivas. Numa atividade coletiva ou sob orientação dos adultos, elas podem aumentar suas capacidades de desempenho, pois essa imitação de atos e habilidades, cujo conteúdo supera a capacidade real da criança, cria zonas de desenvolvimento proximal.** Foi também neste fato que Vygotsky se apoiou quando defendeu a tese de que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.”. Isto posto, a reavaliação do papel da imitação na teoria de Vygotsky é implícita, pois “as teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem que defendem o tradicional princípio da aplicação de uma orientação pedagógica desejável, uma vez diagnosticado o desenvolvimento. Não é difícil perceber que estas posturas pedagógicas trazem implícita a ideia de que o ensino deve prosseguir com base no desenvolvimento efetivo, já produzido”. A banca mantém o gabarito, já que a alternativa C ignora a ênfase de Vygotsky na influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. A ZDP demonstra como a aprendizagem mediada na interação social impulsiona o desenvolvimento; a alternativa D apresenta uma visão limitada da percepção. Vygotsky a considerava fundamental em todos os estágios do desenvolvimento, tanto na **interação social quanto na internalização de conhecimentos e a alternativa B inverte a relação proposta por Vygotsky. Para ele, o ambiente social é fundamental para o desenvolvimento, pois é nele que a criança encontra as ferramentas e os parceiros necessários para a aprendizagem. A ZDP é um exemplo de como o ambiente social molda o desenvolvimento.**

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky- a relevância social. Summus editorial. P.109.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cerne da questão está em que o candidato saiba que estratégias pedagógicas avançadas, de acordo com a teoria piagetiana, não encontrarão estruturas cognitivas para que um aluno que está em estágio menos adiantado tenha sucesso. Análise da questão: A. A estudante apresenta comportamentos compatíveis com o Estágio Pré-operatório, mas deveria estar com prevalência de comportamentos compatíveis com os do Estágio das Operações Concretas. Esta opção sugere uma avaliação mista, indicando características do Estágio Pré-operatório e Operações Concretas. Entretanto, as características descritas estão mais alinhadas com o Estágio das Operações Concretas; B. GABARITO. Seu comportamento é compatível com o Estágio das Operações Concretas, o que indica, dentro dos conceitos Piagetianos, que se o professor insistir em estratégias tecnicamente mais usuais em estágios mais avançados,

fracassará. Esta opção reconhece corretamente que as características se alinham com o Estágio das Operações Concretas, indicando que estratégias de ensino devem ser adaptadas a esse estágio. Destaca a importância de os professores adaptarem suas estratégias pedagógicas às características cognitivas dos alunos, utilizando abordagens que considerem o estágio de desenvolvimento em que se encontram. Se o professor não levar em conta as características do estágio das operações concretas e insistir em estratégias inadequadas para esse estágio, corre o risco de não promover o aprendizado eficaz. A aluna descrita se encaixa em várias das características do estágio das operações concretas: Limitações em pensamento abstrato: Apesar de seu pensamento ser mais avançado do que no estágio pré-operacional, as crianças ainda têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos e hipotéticos, preferindo lidar com situações concretas e tangíveis; Pensamento operacional: Demonstrem habilidades de raciocínio operacional, como a capacidade de resolver problemas de forma sistemática e aplicar regras lógicas para chegar a soluções e Pensamento lógico concreto: As crianças neste estágio são capazes de realizar operações mentais concretas e lógicas em objetos e eventos tangíveis do mundo real; C. A estudante apresenta características do Estágio das Operações Formais, que se caracterizam pela necessidade de as estratégias de ensino do professor piagetiano devem ser pautadas pela utilização de materiais concretos. Esta opção incorretamente associa as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto as características são mais consistentes com o Estágio das Operações Concretas; D. Apesar de parecer ter comprometimentos cognitivos, as características são compatíveis com a fase inicial das apresentadas no Estágio das Operações Formais. Esta opção confunde as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto a descrição se encaixa melhor no Estágio das Operações Concretas.

Fonte:

- <https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/><https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/>
- Taille, Ives de La. Oliveira, Marta Kohl. Dantas, Heloísa. Teorias Psicogenéticas em discussão: Piaget, Vygotsky e Wallon. Summus editorial. 1992

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. Destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República:

Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressalta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do Brasil, mas um conhecimento dentre as escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuítas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Veiga, no momento da execução, um projeto é de qualidade quando: Nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; É exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; Implica ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; É construído continuamente, pois como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível. Quanto à concepção, um projeto de qualidade deve apresentar as seguintes características: Ser um processo participativo de decisões; Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; Conter opções explícitas na direção da superação dos problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos de Alencastro. Resende, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs). Escola- Espaço do Projeto Político Pedagógico. Papyrus Editora. P. 12;

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo (e não combate como na afirmativa I) ; II - universalização do atendimento escolar (e não apenas do Ensino Fundamental, como também está dito na afirmativa I) ; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Ou seja, a afirmativa I contém erros substanciais nas duas frases que a compõe.

Fonte

- https://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a opção de resposta D, da referida Questão, não se encontra, de forma alguma, em desacordo com que preconiza o artigo 24 da LDB no inciso VII, como sustenta o texto recursal. A “certidão de conclusão da escolaridade”, opção de resposta D, é precisamente aquela que também pode ser denominada “terminalidade específica”. Para que não restem dúvidas quanto à propriedade e correção da referida Questão, bem como de sua única opção de resposta correta (D), reproduzimos, a seguir, segmento da referência indicada, página 59.

“Quando os alunos com necessidades especiais, ainda que com os apoios e adaptações necessárias, não alcançarem os resultados de escolarização previstos no Artigo 32, I da LDBEN: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, e uma vez esgotadas as possibilidades apontadas nos Artigos 24, 26 e 32 da LDBEN, as escolas devem fornecer-lhes uma certificação de conclusão da escolaridade, denominada terminalidade específica ... fundamentada em avaliação pedagógica, com histórico escolar que apresente de maneira descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos”.

Ressalta-se que não se registra a expressão “terminalidade específica” (como adendo ou classificação) na certidão de conclusão da escolaridade concedida nas condições descritas na situação proposta pela Questão, pois tal ato seria fortemente discriminatório, sendo que a natureza e conteúdo do próprio certificado expressam a condição especial de sua expedição. Ademais, a diretiva Questão reproduz uma situação problema proposta pelo MEC, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e apresenta quatro opções de resposta redigidas adequadamente e contendo apenas uma única resposta correta. Portanto, assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra D.

Fonte:

- <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica MEC-SEESP

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que para empregar a CAA são usados diversos recursos e materiais que possam dar suporte, facilitar ou viabilizar o processo de comunicação da criança com indivíduos do meio (família, escola, comunidade). Os recursos são os objetos ou equipamentos utilizados para transmitir as mensagens, existindo vários tipos de recursos, desde os de baixa tecnologia a recursos de alta tecnologia. Assim, tem-se uma ficha culinária como suporte de objetivo comunicativo, não como objetivo em si mesma. A definição de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), que se encontra na referência ofertada, é “A área da Tecnologia Assistiva que se destina especificamente à ampliação de habilidades de comunicação é denominada de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) ... destina-se a pessoas sem fala ou sem escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade de falar e/ou escrever”.

Os recursos de CAA são construídos individualmente, segundo as necessidades e interesses de cada aprendiz, ou seja, se a receita do sanduíche favorito for capaz de promover uma possibilidade de melhor comunicação, o professor, que conhece o seu aluno profundamente, construirá um recurso com tal receita. Reproduzimos, a seguir, segmento da referência indicada, para corroborar a explicação dada. “Com o objetivo de ampliar ainda mais o repertório comunicativo que envolve habilidades de expressão e compreensão, são organizados e construídos auxílios externos como cartões de comunicação, pranchas de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, etc, vocalizadores ou o próprio computador que, por meio de software específico, pode tornar-se uma ferramenta poderosa de voz e comunicação. Os recursos de comunicação de cada pessoa são construídos de forma totalmente personalizada e levam em consideração várias características que atendem às necessidades deste usuário”.

Na referência <https://www.assistiva.com.br/ca.html>, indicada na imagem de prova, antes da imagem, lê-se, “Atividades de culinária: Fichas de receitas ou receitas completas podem ser descritas com a sequência de símbolos gráficos associados com a escrita”. Caracterizando a ficha culinária, enquanto recurso de CAA, aponta-se: visualizar as ações inerentes aos verbos colocar, cozinhar, servir; representar objetos/elementos do cotidiano, tais como panela, fogo, molho, salsicha; relacionar fogo-temperatura (baixa, no caso); modelar organização de estrutura frasal (verbo-objeto, principalmente); introjetar ações de viés imperativo (na comunicação da língua portuguesa, a voz das ordens), etc, e fomentar, pelo interesse e prazer despertados, a retomada de tais “conceitos” para formulação e construção de atos de comunicação oral e escrita. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra B.

Fonte:

- https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8047211/mod_resource/content/1/CAA%20aula%20TO.pdf
- <https://www.assistiva.com.br/ca.html>

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a citação da fundamentação legal, Lei 10.436/2002, visa a estabelecer um recorte que valida o arcabouço dos conhecimentos construídos sobre a Libras, bem como sua relevância para as comunidades surda e não surda do Brasil, não tornando mandatório que o questionamento em tela verse sobre a referida Lei especificamente.

A Libras não apresenta flexão de gênero (feminino/masculino) para substantivos, adjetivos, artigo, pronomes e numerais, o que nos conduz à pergunta sobre que classes de palavras apresentariam os marcadores de gênero (feminino/masculino), ficando assim evidente que não há qualquer incompletude na assertiva C da presente questão.

Ainda, de acordo com Quadros (2004), na Língua Portuguesa e em Libras, os processos de formação de palavras são realizados por derivação, composição e flexão. Para realizar o processo de “composição” juntam-se duas bases de sinais preexistentes para criar o novo sinal, junção de dois morfemas livres de significados independentes, que vem a ser o caso de “SOGRA”- MULHER^SOGRO; “ESCOLA”-CASA^ESTUDAR; HOJE EU-IR CASA MULHER^BENÇÃO ME@ (estrutura frasal completa), etc, e tantos outros exemplos, que não se tratam de “marcadores de gênero (feminino/masculino)”, constituem-se exemplos do processo morfológico de criação de novos sinais por “composição”, restando, dessa forma, pertinente a formulação da assertiva C da Questão, em seu caráter generalizante. Ressalta-se que a assertiva C especifica “...marcadores de gênero (feminino/masculino)”, os quais não devem ser confundidos com “um classificador (CI) que é uma forma pela qual se estabelece um tipo de concordância em uma língua. Na Libras, os classificadores são formas representadas por configurações de mão que, substituindo o nome que as precedem, podem vir junto de verbos de movimento e de localização para classificar o sujeito ou o objeto que está ligado à ação do verbo. Portanto, os classificadores na Libras são marcadores de concordância de gênero mas não para feminino e masculino, eles servem para determinar a natureza dos seres, ou seja, para pessoas, animais ou coisas”. Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra C.

Fonte:

- https://institutoine.com.br/arquivos/_5ed9316f58489.pdf
- https://www.researchgate.net/publication/316000863_Os_processos_de_formacao_de_palavra_na_Libras
- <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Aspectos-linguisticos-da-LIBRAS.pdf>
- FELIPE, TANYA AMARA; MONTEIRO, MYRNA. Libras em Contexto: Curso Básico - Livro do Professor. ed. 6. Brasília/DF: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEEP, 2007.

Cargo: Professor I - Educação Física

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed.

BRANCA	VERDE
06	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No trecho “A autora afirma que não é saudável e nem lógico sacrificar o próprio bem-estar para agradar aos outros, mas que, infelizmente, em grande parte das vezes, as pessoas fazem isso, porque não sabem dizer ‘não’”, a locução conjuntiva “e nem” é usada como conectivo que introduz uma ideia que se soma à ideia anterior. A autora afirma que não é saudável e não é lógico sacrificar o próprio bem-estar. Verifica-se que as ideias se somam, adicionam. A preposição para estabelece uma relação de finalidade “sacrificar o próprio bem-estar a fim de agradar aos outros”. A preposição “em” estabelece uma relação de tempo. Quando isso acontece? Em grande parte das vezes. Ou seja, na maioria das vezes. Assim, a alternativa correta (B) Adição, finalidade, tempo.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE
07	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão solicita a alternativa correta quanto à classificação das orações. Verifica-se que cada alternativa apresenta uma indicação que, a partir do conhecimento do conteúdo, é escolhida a alternativa correta. A partir dessa consideração, seguem as exposições sobre cada oração:

Sensação é comum e está associada a diferentes fatores[...]” Oração coordenada sindética adversativa: esta alternativa está incorreta, pois a conjunção “e”, neste contexto, está acrescentando informação, portanto, é oração coordenada sindética aditiva.

“estamos criando condições para que ele fique atrofiado diante da vida.” Oração subordinada adverbial causal: a expressão “para que” introduz uma ideia de finalidade, objetivo e não de causa ou motivo. A classificação correta seria Oração subordinada adverbial final. Alternativa incorreta.

“[...]para negar corretamente, não é preciso ser agressivo, mas assertivo e determinado.” Oração coordenada sindética adversativa: O trecho sublinhado apresenta verbo que está oculto – Mas precisa ser assertivo e determinado. Verifica-se que a conjunção “mas” introduz uma informação que se opõe ao que foi dito anteriormente. Portanto, esta classificação está correta.

“Quando estamos atendendo essa necessidade básica, temos medo de sermos rejeitados[...]” Oração subordinada adverbial condicional. A oração sublinhada é oração subordinada adverbial temporal. O termo “quando” dá uma ideia do período, do momento em que ocorre o medo. Não se trata de uma condição para o medo ocorrer. Alternativa incorreta.

Portanto, a resposta correta é a alternativa C.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE
08	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O termo “que” pode assumir muitas funções, dentre elas de pronome relativo quando introduz orações subordinativas adjetivas explicativas e restritivas. Nesses casos, refere-se a um termo antecedente e desempenha uma função sintática. Ao substituímos o pronome pelo antecedente e construirmos a oração, verificamos a função sintática do pronome relativo que:

“[...] essa sobrecarga tende a aumentar ainda mais a ansiedade que, a longo prazo, pode criar problemas mais crônicos.” O pronome “que” retoma ansiedade. Ao substituímos a palavra “que” pelo substantivo “ansiedade” temos a seguinte construção: Ansiedade, a longo prazo, pode criar problemas mais crônicos. Quem é que pode criar problemas mais crônicos? Resposta: ansiedade. Assim, o pronome “que” tem a função que a palavra “ansiedade” desempenha nessa oração, portanto, sujeito. Alternativa correta: A.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE
14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA	VERDE
24	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há erro na divulgação do gabarito, requerendo a afirmativa II como correta, acusando uma ambiguidade no termo “desde que tenha filhos matriculados na escola”. Apesar de que a situação de ter filhos matriculados na escola implique em serem pais ou responsáveis, a condicional “desde que” restringe que só podem fazer parte os membros que tenham filhos matriculados, o que torna a afirmativa errada. No texto legal existe a preocupação de que os membros da comunidade local participem, independentemente da condição de pais ou responsáveis, estes últimos com participação garantida. Fazer um esforço na interpretação, conforme requer o pleito, tira o caráter direto e objetivo do texto da lei, conforme segue: Artigo 14 § 1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023) I – professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023); II – demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023); III – estudantes; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023) ; IV – pais ou responsáveis; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023); V – membros da comunidade local. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023). Desta forma, a banca julga improcedente o recurso.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRANCA	VERDE
25	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cerne da questão está em que o candidato saiba que estratégias pedagógicas avançadas, de acordo com a teoria piagetiana, não encontrarão estruturas cognitivas para que um aluno que está em estágio menos adiantado tenha sucesso. Análise da questão: A. A estudante apresenta comportamentos compatíveis com o Estágio Pré-operatório, mas deveria estar com prevalência de comportamentos compatíveis com os do Estágio das Operações Concretas. Esta opção sugere uma avaliação mista, indicando características do Estágio Pré-operatório e Operações Concretas. Entretanto, as características descritas estão mais alinhadas com o Estágio das Operações Concretas; B. GABARITO. Seu comportamento é compatível com o Estágio das Operações Concretas, o que indica, dentro dos conceitos Piagetianos, que se o professor insistir em estratégias tecnicamente mais usuais em estágios mais avançados, fracassará. Esta opção reconhece corretamente que as características se alinham com o Estágio das Operações Concretas, indicando que estratégias de ensino devem ser adaptadas a esse estágio. Destaca a importância de os professores adaptarem suas estratégias pedagógicas às características cognitivas dos alunos, utilizando abordagens que considerem o estágio de desenvolvimento em que se encontram. Se o professor não levar em conta as características do estágio das operações concretas e insistir em estratégias inadequadas para esse estágio, corre o risco de não promover o aprendizado eficaz. A aluna descrita se encaixa em várias das características do estágio das operações concretas: Limitações em pensamento abstrato: Apesar de seu pensamento ser mais avançado do que no estágio pré-operacional, as crianças ainda têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos e hipotéticos, preferindo lidar com situações concretas e tangíveis; Pensamento operacional: Demonstram habilidades de raciocínio operacional, como a capacidade de resolver problemas de forma sistemática e aplicar regras lógicas para chegar a soluções e Pensamento lógico concreto: As crianças neste estágio são capazes de realizar operações mentais concretas e lógicas em objetos e eventos tangíveis do mundo real; C. A estudante apresenta características do Estágio das Operações Formais, que se caracterizam pela necessidade de as estratégias de ensino do professor piagetiano devem ser pautadas pela utilização de materiais concretos. Esta opção incorretamente associa as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto as características são mais consistentes com o Estágio das Operações Concretas; D. Apesar de parecer ter comprometimentos cognitivos, as características são compatíveis com a fase inicial das apresentadas no Estágio das Operações Formais. Esta opção confunde as características apresentadas com o

Estágio das Operações Formais, enquanto a descrição se encaixa melhor no Estágio das Operações Concretas.

Fonte:

- <https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/><https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/>
- Taille, Ives de La. Oliveira, Marta Kohl. Dantas, Heloísa. Teorias Psicogenéticas em discussão: Piaget, Vygotsky e Wallon. Summus editorial. 1992

BRANCA	VERDE
28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República: Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressalta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do Brasil, mas um conhecimento dentre as escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da

história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuítas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA	VERDE
29	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Veiga, no momento da execução, um projeto é de qualidade quando: Nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; É exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; Implica ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; É construído continuamente, pois como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível. Quanto à concepção, um projeto de qualidade deve apresentar as seguintes características: Ser um processo participativo de decisões; Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; Conter opções explícitas na direção da superação dos problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos de Alencastro. Resende, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs). Escola- Espaço do Projeto Político Pedagógico. Papirus Editora. P. 12;

BRANCA	VERDE
38	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O principal objetivo dos jogos cooperativos é promover a cooperação e o trabalho em equipe, em vez de focar na competição individual. No entanto, isso não significa que a competição seja completamente excluída dessas atividades. Nos jogos cooperativos, a competição não é contra os outros, mas sim um desafio interno, onde o objetivo é superar limites pessoais e coletivos. Isso pode significar trabalhar em conjunto para alcançar um objetivo comum, como melhorar o tempo em uma atividade ou aumentar o número de tarefas concluídas. Em alguns jogos cooperativos, pequenos elementos competitivos podem ser introduzidos para motivar os alunos. Por exemplo, estabelecer metas que os grupos devem atingir. No entanto, o foco permanece na colaboração para alcançar esses objetivos, não na competição entre os grupos.

Desta forma, por entender que pode haver elementos competitivos nos jogos cooperativos, o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- Maia, Raquel Ferreira et al. Jogos cooperativos x Jogos competitivos: um desafio entre o ideal e o real. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/cooperativos_competitivos.pdf

BRANCA	VERDE
39	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicitou que fosse assinalada a alternativa incorreta com relação aos benefícios da prática regular de atividades físicas. A resposta correta foi a alternativa D) Redução do risco de doenças crônicas e da força muscular. A prática regular de atividades físicas gera um aumento da força muscular e não uma redução. As razões recursais dispõem que a alternativa A também poderia ser resposta da questão A) Desenvolvimento de valores e ética, não sendo estes considerados benefícios advindos da prática de atividades físicas. Porém, por meio dos esportes, as pessoas aprendem a importância da cooperação e do respeito mútuo, uma vez que precisam trabalhar em equipe para alcançar seus objetivos. Os praticantes são incentivados a respeitar as regras e a ter uma conduta ética dentro e fora do ambiente esportivo, o que pode ter um impacto positivo em outras áreas de suas vidas, incluindo a saúde, em seu conceito amplo.

Fonte:

- Centro Universitário ENIAC. Conheça os 9 benefícios da Educação Física para a sua saúde. Disponível em: <https://www.eniac.com.br/blog/conheca-os-10-beneficios-da-educacao-fisica-para-a-sua-saude#:~:text=A%20pr%C3%A1tica%20de%20atividades%20f%C3%ADsicas,o%20estresse%2C%20ansiedade%20e%20depress%C3%A3o.>

Cargo: Professor I - Ensino Religioso

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de

conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As letras das duas músicas abordam temas relacionados à fé, humanidade, compaixão e a natureza contraditória do comportamento humano em relação a esses temas. Ambas as músicas exploram a figura de Jesus, a importância da compaixão e a fragilidade humana. Portanto, as letras são complementares em termos de sua abordagem sobre esses temas. Além disso, é preciso lembrar que, diante da análise semântica e discográfica do autor, fica evidente que a música “Já me Acostumei” se trata de uma ironia. Portanto, não configura oposição. Assim, o recurso fica classificado como improcedente.

Fonte:

- <https://www.letras.mus.br/pe-fabio-de-melo/1098458/>
- <https://www.letras.mus.br/pe-fabio-de-melo/1152568/>

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme a referência bibliográfica, a única alternativa que está sendo respondida pelos exemplos é a letra A. A metafísica se trata daquilo que está além da física, que a transcende. Todos os exemplos estão remontados a algo abstrato, além da física.

Embora os exemplos mencionem aspectos como a natureza da existência, dos objetos abstratos, da consciência e da realidade, eles não parecem estar diretamente relacionados à religiosidade. A religiosidade geralmente envolve crenças, práticas e experiências religiosas, que podem não ser o foco central das perguntas apresentadas nos exemplos.

Quanto à cosmologia, os exemplos realmente abordam questões relacionadas à natureza da existência, mas eles não se concentram especificamente na origem, evolução ou destino do universo, que são temas mais típicos da cosmologia. Portanto, a metafísica ainda é a opção mais abrangente e apropriada com base nos exemplos fornecidos.

Fonte:

- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p 185.

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C é ato que caracteriza ato de improbidade, já que fala em prestação de **serviços jurídicos comuns**. Incumbe ao gestor público e seus prepostos, no exercício da atividade estatal, observar rigorosamente a legalidade, moralidade e a impessoalidade, de modo a não macular os padrões de probidade administrativa dos atos do Poder Público. Se a especificação dos serviços contratados não apresenta peculiaridades que os singularizem a ponto de inviabilizar a competição entre os possíveis prestadores e se as atividades não forem de modo singular, isto é, inéditas ou incomuns ou que necessitem de um grau de subjetividade que não se possa avaliar pelo instituto licitatório, não há porque ensejar a excepcionalidade concedida pela legislação ordinária.

A alternativa D não pode ser tida como correta, pois, na espécie, a utilização de trabalho, material e maquinário de empresa contratada pela municipalidade por meio de processo licitatório, para realizar a pavimentação **de obra particular**, ocasionando, por certo, prejuízo ao erário, violando o art. 10, inciso II, da Lei nº 8.429/92.

Assim, a única alternativa correta é a opção A; a falta de controle sobre a folha de ponto da servidora por sua supervisora não presume prejuízo ao bom andamento ou à segurança dos serviços prestados, ou mesmo que tenha ocasionado prejuízo ao erário ou gerado o enriquecimento do agente, ato que deve ser devidamente demonstrado, não se admitindo a respectiva presunção.

Ausente o elemento volitivo do dolo, descabe o reconhecimento de prática ímproba violadora dos princípios da Administração Pública, na forma do art. 11, da LIA, ou geradora de enriquecimento ilícito, na forma do art. 9, da mesma Lei.

Fonte:

- Lei nº 8.429/1992 – Lei da Improbidade Administrativa
- (TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.097749-6/007, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/11/2023, publicação da súmula em 17/11/2023)
- (TJMG - Apelação Cível 1.0000.23.076902-8/001, Relator(a): Des.(a) Júlio Cezar Guttierrez , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/10/2023, publicação da súmula em 07/11/2023)
- (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.558243-0/005, Relator(a): Des.(a) Afrânio Vilela , Relator(a) para o acórdão: Des.(a) Raimundo Messias Júnior , 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/08/2023, publicação da súmula em 25/08/2023)

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas II e IV estão corretas, sendo que as demais possuem inconsistências, vide:

Falsa - I. a referida afirmativa não se trata de objetivo, além do que a Administração deve evitar a contratação por valor inexequível, não havendo regra deve ocorrer sempre pelo menor preço.

Correta - II. Art. 11, inciso III da Lei no 14.133/2021

Falsa - III. A Lei no 14.133/2021 traz situações onde há margem de preferência, além do que nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Correta - IV. Art. 11, inciso IV da Lei no 14.133/2021

Fonte:

- Lei nº 14.133/2021.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois

inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão do papel da Zona de desenvolvimento Proximal remete exatamente a ideia de suporte de alguém para que tudo o que um indivíduo consiga fazer com certa ajuda, depois seja capaz de fazer com autonomia. Observe o excerto “Durante anos a psicologia sustentou o princípio de que somente as tarefas que a criança conseguiria resolver de forma independente poderiam ser tomadas como indicativo de seu nível de desenvolvimento mental. Neste raciocínio, a imitação era vista como um processo puramente mecânico, que não pode, portanto, ser levado em conta na investigação da capacidade intelectual da criança. Mas **Vygotsky observou que as crianças podem imitar ações que vão muito além de suas capacidades reais ou efetivas. Numa atividade coletiva ou sob orientação dos adultos, elas podem aumentar suas capacidades de desempenho, pois essa imitação de atos e habilidades, cujo conteúdo supera a capacidade real da criança, cria zonas de desenvolvimento proximal.** Foi também neste fato que Vygotsky se apoiou quando defendeu a tese de que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.”. Isto posto, a reavaliação do papel da imitação na teoria de Vygotsky é implícita, pois “as teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem que defendem o tradicional princípio da aplicação de uma orientação pedagógica desejável, uma vez diagnosticado o desenvolvimento. Não é difícil perceber que estas posturas pedagógicas trazem implícita a ideia de que o ensino deve prosseguir com base no desenvolvimento efetivo, já produzido”. A banca mantém o gabarito, já que a alternativa C ignora a ênfase de Vygotsky na influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. A ZDP demonstra como a aprendizagem mediada na interação social impulsiona o desenvolvimento; A alternativa D apresenta uma visão limitada da percepção. Vygotsky a considerava fundamental em todos os estágios do desenvolvimento, tanto na **interação social quanto na internalização de conhecimentos e a alternativa B inverte a relação proposta por Vygotsky. Para ele, o ambiente social é fundamental para o desenvolvimento, pois é nele que a criança encontra as ferramentas e os parceiros necessários para a aprendizagem. A ZDP é um exemplo de como o ambiente social molda o desenvolvimento.**

Fonte

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky- a relevância social. Summus editorial. P.109.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cerne da questão está em que o candidato saiba que estratégias pedagógicas avançadas, de acordo com a teoria piagetiana, não encontrarão estruturas cognitivas para que um aluno que está em estágio menos adiantado tenha sucesso. Análise da questão: A. A estudante apresenta comportamentos compatíveis com o Estágio Pré-operatório, mas deveria estar com prevalência de comportamentos compatíveis com os do Estágio das Operações Concretas. Esta opção sugere uma avaliação mista, indicando características do Estágio Pré-operatório e Operações Concretas. Entretanto, as características descritas estão mais alinhadas com o Estágio das Operações Concretas; B. GABARITO. Seu comportamento é compatível com o Estágio das Operações Concretas, o que indica, dentro dos conceitos

Piagetianos, que se o professor insistir em estratégias tecnicamente mais usuais em estágios mais avançados, fracassará. Esta opção reconhece corretamente que as características se alinham com o Estágio das Operações Concretas, indicando que estratégias de ensino devem ser adaptadas a esse estágio. Destaca a importância de os professores adaptarem suas estratégias pedagógicas às características cognitivas dos alunos, utilizando abordagens que considerem o estágio de desenvolvimento em que se encontram. Se o professor não levar em conta as características do estágio das operações concretas e insistir em estratégias inadequadas para esse estágio, corre o risco de não promover o aprendizado eficaz. A aluna descrita se encaixa em várias das características do estágio das operações concretas: Limitações em pensamento abstrato: Apesar de seu pensamento ser mais avançado do que no estágio pré-operacional, as crianças ainda têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos e hipotéticos, preferindo lidar com situações concretas e tangíveis; Pensamento operacional: Demonstrem habilidades de raciocínio operacional, como a capacidade de resolver problemas de forma sistemática e aplicar regras lógicas para chegar a soluções e Pensamento lógico concreto: As crianças neste estágio são capazes de realizar operações mentais concretas e lógicas em objetos e eventos tangíveis do mundo real; C. A estudante apresenta características do Estágio das Operações Formais, que se caracterizam pela necessidade de as estratégias de ensino do professor piagetiano devem ser pautadas pela utilização de materiais concretos. Esta opção incorretamente associa as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto as características são mais consistentes com o Estágio das Operações Concretas; D. Apesar de parecer ter comprometimentos cognitivos, as características são compatíveis com a fase inicial das apresentadas no Estágio das Operações Formais. Esta opção confunde as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto a descrição se encaixa melhor no Estágio das Operações Concretas.

Fonte:

- <https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/>
- Taille, Ives de La. Oliveira, Marta Kohl. Dantas, Heloísa. Teorias Psicogenéticas em discussão: Piaget, Vygotsky e Wallon. Summus editorial. 1992.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca considera correta apenas as afirmativas I, II e III. Há na opção IV uma condicionante que a exclui de ser um critério para todos os tipos de bullying, conforme solicita o comando da questão. As ações de bullying geralmente envolvem a intenção de prejudicar, a repetição do comportamento e o causar de prejuízo à vítima. O critério IV pode ser relevante em alguns contextos, mas não é universalmente aceito em todas as definições de bullying, além disso, a presença da palavra "necessariamente" na afirmação IV condiciona a tipificação do bullying à agressão social, o que não é um critério universalmente aceito. Existem diferentes formas de agressão que podem ser consideradas, dependendo do contexto. Algumas delas incluem: Agressão Verbal: Compreende insultos, palavras ofensivas, humilhações verbais e ameaças. Agressão Física: Envolve qualquer forma de violência física, como empurrões, socos, chutes, entre outros. Agressão Relacional: Refere-se à manipulação social para prejudicar a reputação ou as relações sociais da vítima, como espalhar boatos, exclusão social e isolamento. Agressão Psicológica/Emocional: Inclui intimidação, ameaças, perseguições online (cyberbullying), entre outras formas de agressão que afetam o bem-estar emocional da vítima. Agressão Sexual: Envolvendo comportamentos indesejados ou coercitivos de natureza sexual. Agressão Discriminatória: Baseada em características específicas, como raça, gênero, religião, orientação sexual, entre outros. Agressão Material: Danificação ou roubo de pertences pessoais.

Fonte:

- Felizardo, Aloma Ribeiro. Bullying: a violência que nasce na escola – orientações práticas para uma cultura de paz. Editora Intersaberes.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise das afirmativas: Afirmativa I: Personalização do ensino: Reconhece as diferenças individuais dos alunos e adapta o ensino às suas necessidades e estilos de aprendizagem; Integração de tecnologia: Potencializa o ensino por meio de recursos digitais, como plataformas online, jogos educativos e aplicativos. Afirmativa II: Contextualização e significância dos conteúdos: Torna o aprendizado relevante para a vida dos estudantes, conectando-o à realidade e aos seus interesses; Participação ativa dos alunos: Estimula a curiosidade, a autonomia e a construção do conhecimento através da experimentação e da resolução de problemas. Relação entre as afirmativas: Embora ambas as afirmativas sejam verdadeiras e importantes para a gestão da aprendizagem, a afirmativa II não justifica a afirmativa I. A afirmativa I se concentra em como a gestão da aprendizagem pode ser realizada, através da personalização e da integração de tecnologia. A afirmativa II se concentra em quais são os objetivos da gestão da aprendizagem, como contextualizar os conteúdos e promover a participação dos alunos. Conclusão: As duas afirmativas contribuem para uma gestão da aprendizagem eficaz, mas não há uma relação de causa e efeito entre elas. As duas afirmativas são verdadeiras e se complementam, mas a II não é uma justificativa completa da I. A gestão da aprendizagem eficiente envolve diversos princípios e métodos que se combinam para atender às necessidades dos alunos e promover o aprendizado eficaz. A afirmativa I diz que a aprendizagem é eficiente quando se baseia na personalização do ensino, reconhecendo as diferenças individuais dos alunos, e na integração de tecnologia, buscando potencializar o ensino por meio de recursos digitais. Não há na afirmativa palavras que afirmam que ela é eficiente “somente quando”, o que tornaria a assertiva errada.

Fonte:

- <https://blog.saraivaeducacao.com.br/gestao-de-aprendizagem/>

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República:

Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressalta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do Brasil, mas um conhecimento dentre as escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuítas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo (e não combate como na afirmativa I) ; II - universalização do atendimento escolar (e não apenas do Ensino Fundamental, como também está dito na afirmativa I) ; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Ou seja, a afirmativa I contém erros substanciais nas duas frases que a compõe.

Fonte:

- https://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Marcelo Moura (2014, p.58) as profissões mais ameaçadas estão nas áreas de logística, escritório e produção, ou seja, são aquelas que envolvem tarefas intelectualmente repetitivas. De acordo com o autor a segunda Revolução das Máquinas, a exemplo da primeira, trará possibilidades fantásticas de melhoria na qualidade de vida (isso pode ser evidenciado hoje, frente ao avanço tecnológico). As máquinas são incapazes de superar as características humanas como percepção, manipulação, inteligência social e criatividade. Robôs executam com força, rapidez e precisão movimento repetitivos, impossíveis ao homem.

Fonte:

- Marcelo Moura. Revista Época. Seu trabalho tem futuro? As profissões condenadas a desaparecer – e aquelas que resistirão às novas tecnologias. Revista Época. Edição 821 de 24 de fevereiro de 2014. P.58.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Jhon Horgan e Joe McNally (2013, p.122 a 133), são aspectos negativos da utilização dos drones: os sensores de infravermelho e de radiofrequência usados por militares, uma vez que podem espiar através das nuvens e detectar pessoas dentro dos prédios. A utilização desenfreada de drones pode causar acidentes graves, como atingir pessoas e até mesmo aviões comerciais. Os robôzinhos militares precisam se tornar mais confiáveis antes de estar prontos para o uso generalizado. No entanto, a vantagem destacada pelo autor foram os drones poderem patrulhar fronteiras, achar criminosos, podendo ser uma estratégia estatal de controle territorial, bem como rastrear animais selvagens, bichos de estimação e gado, tanto pelo Estado como pela população civil, configurando-se assim um aspecto positivo do emprego da tecnologia para monitoramento territorial.

Fonte:

- John Horgan e Joe McNally. National Geographic Brasil. Drones: os robôs voadores já estão entre nós. Março de 2013. P.122 a 133.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Teixeira (2003), a escassez de água atinge um grande quantitativo de pessoas em todo o mundo. A interação entre clima e a fisiografia influem na disponibilidade de água de uma região, o que repercute na má distribuição dos recursos hídricos espacialmente como temporalmente. De acordo com o autor, se dividirmos globalmente a água existente no planeta por toda a população, não haveria escassez de água. A distribuição heterogênea e o consumo desenfreado em determinadas áreas, constituem fatores de escassez.

Fonte:

- Teixeira, Wilson et al. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

BRANCA
39

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com Robert Kunzig (2011, P.42 a 61), a maioria da população urbana mora em cidades com menos de 1 milhão de habitantes, mas as megalópoles se tornam cada vez maiores e mais comuns. No século XIX, Londres era a única no planeta com mais de 5 milhões de moradores. Para o autor no início do século XX, raros eram os centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes. Hoje megalópoles com mais de 10 milhões são comuns; Quase todas as megalópoles estão concentradas nos países em desenvolvimento e não nos países desenvolvidos. Toda cidade é uma mescla única de planejamento e não planejamento de elementos concebidos por governantes e de outros que surgiram de forma orgânica em função das escolhas dos moradores. Com o decorrer do tempo, as megalópoles se tornaram comuns, sendo exemplos delas apenas Moscou (Rússia) e Nova York (Estados Unidos), tanto Londres (Reino Unido) como Paris (França), são apenas cidades globais e não são megalópoles. Dessa forma, verifica-se que os itens corretos são os concernentes às afirmativas I e III. Porém, como não há nas alternativas resposta que abarque apenas as afirmativas indicadas, a questão foi anulada.

Fonte:

- Robert Kunzig. Solução urbana. National Geographic. Ano 12. Nº 141. Dezembro de 2011. P.42 a 61

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tipo de propriedade deve ser o primeiro elemento social interno da agricultura a ser analisado, pois fornece uma ideia básica a respeito das condições jurídicas da área em estudo. De acordo com Diniz, José A. F. (1986, p.58), as propriedades individuais pertencem a um único proprietário. Propriedades cooperadas e de sociedade pertencem a mais de uma pessoa e pode assumir as mais diversas formas. Propriedades coletivas pertencem ao grupo social ou ao Estado.

Fonte:

- Diniz, José A.F. Geografia Agrária. 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1986 p.58.

Cargo: Professor I - História

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações

coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão solicita a alternativa correta quanto à classificação das orações. Verifica-se que cada alternativa apresenta uma indicação que, a partir do conhecimento do conteúdo, é escolhida a alternativa correta. A partir dessa consideração, seguem as exposições sobre cada oração:

Sensação é comum e está associada a diferentes fatores[...]” Oração coordenada sindética adversativa: esta alternativa está incorreta, pois a conjunção “e”, neste contexto, está acrescentando informação, portanto, é oração coordenada sindética aditiva.

“estamos criando condições para que ele fique atrofiado diante da vida.” Oração subordinada adverbial causal: a expressão “para que” introduz uma ideia de finalidade, objetivo e não de causa ou motivo. A classificação correta seria Oração subordinada adverbial final. Alternativa incorreta.

“[...]para negar corretamente, não é preciso ser agressivo, mas assertivo e determinado.” Oração coordenada sindética adversativa: O trecho sublinhado apresenta verbo que está oculto – Mas precisa ser assertivo e determinado. Verifica-se que a conjunção “mas” introduz uma informação que se opõe ao que foi dito anteriormente. Portanto, esta classificação está correta.

“Quando estamos atendendo essa necessidade básica, temos medo de sermos rejeitados[...]” Oração subordinada adverbial condicional. A oração sublinhada é oração subordinada adverbial temporal. O termo “quando” dá uma ideia do período, do momento em que ocorre o medo. Não se trata de uma condição para o medo ocorrer. Alternativa incorreta.

Portanto, a resposta correta é a alternativa C.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O termo “alocado” é uma palavra da língua portuguesa e utilizada no Direito. Seu significado pode ser, inclusive, depreendido da própria frase. Significando, no contexto, “atuando em um determinado local”, qual seja a Câmara Municipal. A Câmara não possui personalidade jurídica própria, por consequência, os funcionários públicos alocados

na Câmara, são funcionários municipais, cujo vínculo institucional é o Município, trabalhando na Câmara Municipal.

Fonte:

- Código Civil e Doutrina.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão do papel da Zona de desenvolvimento Proximal remete exatamente a ideia de suporte de alguém para que tudo o que um indivíduo consiga fazer com certa ajuda, depois seja capaz de fazer com autonomia. Observe o excerto “Durante anos a psicologia sustentou o princípio de que somente as tarefas que a criança conseguiria resolver de forma independente poderiam ser tomadas como indicativo de seu nível de desenvolvimento mental. Neste raciocínio, a imitação era vista como um processo puramente mecânico, que não pode, portanto, ser levado em conta na investigação da capacidade intelectual da criança. Mas **Vygotsky observou que as crianças podem imitar ações que vão muito além de suas capacidades reais ou efetivas. Numa atividade coletiva ou sob orientação dos adultos, elas podem aumentar suas capacidades de desempenho, pois essa imitação de atos e habilidades, cujo conteúdo supera a capacidade real da criança, cria zonas de desenvolvimento proximal.** Foi também neste fato que Vygotsky se apoiou quando defendeu a tese de que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.”. Isto posto, a reavaliação do papel da imitação na teoria de Vygotsky é implícita, pois “as teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem que defendem o tradicional princípio da aplicação de uma orientação pedagógica desejável, uma vez diagnosticado o desenvolvimento. Não é difícil perceber que estas posturas pedagógicas trazem implícita a ideia de que o ensino deve prosseguir com base no desenvolvimento efetivo, já produzido”. A banca mantém o gabarito, já que a alternativa C ignora a ênfase de Vygotsky na influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. A ZDP demonstra como a aprendizagem mediada na interação social impulsiona o desenvolvimento; A alternativa D apresenta uma visão limitada da percepção. Vygotsky a considerava fundamental em todos os estágios do desenvolvimento, tanto na **interação social quanto na internalização de conhecimentos e a alternativa B inverte a relação proposta por Vygotsky. Para ele, o ambiente social é fundamental para o desenvolvimento, pois é nele que a criança encontra as ferramentas e os parceiros necessários para a aprendizagem. A ZDP é um exemplo de como o ambiente social molda o desenvolvimento.**

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky- a relevância social. Summus editorial. P.109.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cerne da questão está em que o candidato saiba que estratégias pedagógicas avançadas, de acordo com a teoria piagetiana, não encontrarão estruturas cognitivas para que um aluno que está em estágio menos adiantado tenha sucesso. Análise da questão: A. A estudante apresenta comportamentos compatíveis com o Estágio Pré-operatório, mas deveria estar com prevalência de comportamentos compatíveis com os do Estágio das Operações Concretas. Esta opção sugere uma avaliação mista, indicando características do Estágio Pré-operatório e Operações Concretas. Entretanto, as características descritas estão mais alinhadas com o Estágio das Operações Concretas; B. GABARITO. Seu comportamento é compatível com o Estágio das Operações Concretas, o que indica, dentro dos conceitos Piagetianos, que se o professor insistir em estratégias tecnicamente mais usuais em estágios mais avançados, fracassará. Esta opção reconhece corretamente que as características se alinham com o Estágio das Operações Concretas, indicando que estratégias de ensino devem ser adaptadas a esse estágio. Destaca a importância de os

professores adaptarem suas estratégias pedagógicas às características cognitivas dos alunos, utilizando abordagens que considerem o estágio de desenvolvimento em que se encontram. Se o professor não levar em conta as características do estágio das operações concretas e insistir em estratégias inadequadas para esse estágio, corre o risco de não promover o aprendizado eficaz. A aluna descrita se encaixa em várias das características do estágio das operações concretas: Limitações em pensamento abstrato: Apesar de seu pensamento ser mais avançado do que no estágio pré-operacional, as crianças ainda têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos e hipotéticos, preferindo lidar com situações concretas e tangíveis; Pensamento operacional: Demonstram habilidades de raciocínio operacional, como a capacidade de resolver problemas de forma sistemática e aplicar regras lógicas para chegar a soluções e Pensamento lógico concreto: As crianças neste estágio são capazes de realizar operações mentais concretas e lógicas em objetos e eventos tangíveis do mundo real; C. A estudante apresenta características do Estágio das Operações Formais, que se caracterizam pela necessidade de as estratégias de ensino do professor piagetiano devem ser pautadas pela utilização de materiais concretos. Esta opção incorretamente associa as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto as características são mais consistentes com o Estágio das Operações Concretas; D. Apesar de parecer ter comprometimentos cognitivos, as características são compatíveis com a fase inicial das apresentadas no Estágio das Operações Formais. Esta opção confunde as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto a descrição se encaixa melhor no Estágio das Operações Concretas.

Fonte:

- Taille, Ives de La. Oliveira, Marta Kohl. Dantas, Heloísa. Teorias Psicogenéticas em discussão: Piaget, Vygotsky e Wallon. Summus editorial. 1992.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise das afirmativas: Afirmativa I: Personalização do ensino: Reconhece as diferenças individuais dos alunos e adapta o ensino às suas necessidades e estilos de aprendizagem; Integração de tecnologia: Potencializa o ensino por meio de recursos digitais, como plataformas online, jogos educativos e aplicativos. Afirmativa II: Contextualização e significância dos conteúdos: Torna o aprendizado relevante para a vida dos estudantes, conectando-o à realidade e aos seus interesses; Participação ativa dos alunos: Estimula a curiosidade, a autonomia e a construção do conhecimento através da experimentação e da resolução de problemas. Relação entre as afirmativas: Embora ambas as afirmativas sejam verdadeiras e importantes para a gestão da aprendizagem, a afirmativa II não justifica a afirmativa I. A afirmativa I se concentra em como a gestão da aprendizagem pode ser realizada, através da personalização e da integração de tecnologia. A afirmativa II se concentra em quais são os objetivos da gestão da aprendizagem, como contextualizar os conteúdos e promover a participação dos alunos. Conclusão: As duas afirmativas contribuem para uma gestão da aprendizagem eficaz, mas não há uma relação de causa e efeito entre elas. As duas afirmativas são verdadeiras e se complementam, mas a II não é uma justificativa completa da I. A gestão da aprendizagem eficiente envolve diversos princípios e métodos que se combinam para atender às necessidades dos alunos e promover o aprendizado eficaz. A afirmativa I diz que a aprendizagem é eficiente quando se baseia na personalização do ensino, reconhecendo as diferenças individuais dos alunos, e na integração de tecnologia, buscando potencializar o ensino por meio de recursos digitais. Não há na afirmativa palavras que afirmam que ela é eficiente “somente quando”, o que tornaria a assertiva errada.

Fonte:

- <https://blog.saraivaeducacao.com.br/gestao-de-aprendizagem/>

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República: Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressaltta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do Brasil, mas um conhecimento dentre as escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuitas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo (e não combate como na afirmativa I) ; II - universalização do atendimento escolar (e não apenas do Ensino Fundamental, como também está dito na afirmativa I) ; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Ou seja, a afirmativa I contém erros substanciais nas duas frases que a compõe.

Fonte:

- https://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra: A. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), em cumprimento ao dispositivo constitucional assente no art. 210 de nossa Carta Magna a sensível mudança curricular face à emergência de temas sociais relevantes para a compreensão da sociedade contemporânea, elaborou para o ensino fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Uma inovação da proposta, do MEC, deu-se pela existência de temas transversais que perpassam diferentes disciplinas curriculares, que permite trabalhar a História Local do aluno. Reconhecendo a necessidade de uma educação multicultural, criou-se no âmbito dos PCNS de História um tema transversal visando permear as diferentes disciplinas curriculares o estudo da Pluralidade Cultural, a qual seria estudo da Pluralidade Cultural. Com a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que “altera a Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ e dá outras providências”. O art. 26-A da LDB 9394/96, e da lei nº 11.645, de 10/03/2008, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. A formação docente e ensino de História na atual conjuntura sócio/histórico brasileira segundo a LDB 9394/96 significa refletir sobre a dinâmica social e a sua relação direta com o processo de formação e atuação profissional do professor, pois esta dinâmica, composta pelas questões sociais, políticas, econômicas, culturais, pelos conflitos e contradições, pelas rupturas, pelas lutas de classes, estão diretamente ligadas ao processo de formação do alunado que as escolas recebem e que os professores se relacionam na sua prática pedagógica diária.

Trecho da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio,

públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Fonte:

- https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA3_ID1512_19032020105801.pdf
- https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf
- AUGRASS, M. História oral e subjetividade. 1995. In: VON SIMSON, O. R. de MORAES (Org.). Os desafios contemporâneos da História Oral. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 1997.
- BITTENCOURT, C. M. F (org.) O saber histórico na sala de aula. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1994. BRASIL. Lei Federal do Brasil 5692 de 1971 de 11 de agosto de 1971. Disponível Em
- http://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Federal_do_Brasil_5692_de_1971, acesso em 29 de jan 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: , acesso em 29 de jan 2024.
- RASSI, M. A. C. e FONSECA, S. G. Saberes Docentes e Práticas de Ensino de História na Escola Fundamental e Média. Seculum Revista de História. Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum15_dos08_rassi-fonseca.pdf, acesso em 29 de jan 2024.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra B. Cabia a esse rei conduzir os negócios da nação, tanto no âmbito local quanto nas suas colônias, nas terras distantes da América, da África e da Ásia. Mais do que isso, os reis modernos eram figuras de grande importância religiosa. Sua coroação era marcada por pomposas cerimônias, e os casamentos entre famílias da nobreza serviam para celebrar alianças entre os reinos envolvidos. Nenhuma família nobre na Europa moderna tinha poder e importância comparável à Casa de Bourbon, tronco de onde provém importantes reis franceses e espanhóis. Originada em meados do século XIII, a Dinastia Bourbon estabeleceu-se como dinastia real na França em 1589, com a coroação de Henrique IV. Com interrupções entre 1792 e 1814, os membros dessa família ocuparam o trono francês até 1830 – quase dois séculos e meio. Apesar da importância como primeiro rei Bourbon, Henrique IV governou a França por pouco mais de duas décadas. Coube a um de seus descendentes o papel de mais importante monarca francês na história, Luís XIV, que reinou pelas sete décadas entre 1643 e 1715. Poucas figuras são tão representativas de um momento histórico como esse rei. Célebre pela frase "L'État c'est moi" (O Estado sou eu), Luís XIV não só moldou o mapa da França como o conhecemos hoje (as fronteiras atuais refletem, a grosso modo, as conquistas militares de seu longo reinado), mas também modernizou a estrutura administrativa e militar de seu território, implantou vastas reformas econômicas, consolidou o poderio francês no novo mundo e afirmou o papel da França como a principal potência do continente europeu, durante sua vida. Tão grande era o fascínio exercido por Luís XIV que ele era

conhecido como o "Rei Sol" e "o Grande". Sua corte era vastíssima, e todos desejavam sua atenção. Como tal, Luís não poupou esforços em construir uma aura de poder e autoridade em torno de sua figura, e investiu em obras de infraestrutura que refletissem a grandeza do seu reino. A maior dessas foi o Palácio de Versalhes, localizado nas proximidades de Paris. Antes um modesto retiro campestre, Versalhes rapidamente foi convertida no centro do poder real. O legado dos reis franceses é duplo – de um lado, a modernização da França, o fortalecimento de sua infraestrutura econômica e de suas instituições políticas; de outro, o empobrecimento de sua população e os exageros da nobreza. Um ponto curioso é a relação entre o rei e o restante da sociedade. Compreendido como a "alma" da nação, o rei faria circular pelo corpo da França (seu território) sua energia vital. Isso só aconteceria se esse corpo fosse servido por elementos vindos das demais classes sociais, ocupados das diferentes funções do reino. Logo, o rei empregava nobres com experiência bélica em importantes posições militares, concedendo títulos, terras e honraria aos comandantes de seu exército. Também recorreria a especialistas em questões de direito e economia na tomada de decisões sobre as colônias ou as manufaturas francesas; muitas vezes, esses intelectuais eram educados nas universidades francesas, e eles geralmente eram de origem burguesa. O poder real envolvia a nobreza, a burguesia e os camponeses, e também dependia do apoio dessas três camadas para se manter.

Fonte:

- SIMIQUELI, Roberto Resende, História contemporânea: do século XVIII ao XIX / Roberto Resende Simiqueli. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017
- ANDERSON, Perry. Linhas do Estado Absolutista. São Paulo: Unesp, 2016.
- ARRUDA, José Jobson. Nova história moderna e contemporânea. Bauru: Edusc, 2004.p. 208.
- ARRUDA, José Jobson de A.; NOVAIS, F. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo:Ática, 1982.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-76). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. A Era das revoluções: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Cargo: Professor I - Libras

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão do papel da Zona de desenvolvimento Proximal remete exatamente a ideia de suporte de alguém para que tudo o que um indivíduo consiga fazer com certa ajuda, depois seja capaz de fazer com autonomia. Observe o excerto “Durante anos a psicologia sustentou o princípio de que somente as tarefas que a criança conseguiria resolver de forma independente poderiam ser tomadas como indicativo de seu nível de desenvolvimento mental. Neste raciocínio, a imitação era vista como um processo puramente mecânico, que não pode, portanto, ser levado em conta na investigação da capacidade intelectual da criança. Mas **Vygotsky observou que as crianças podem imitar ações que vão muito além de suas capacidades reais ou efetivas. Numa atividade coletiva ou sob orientação dos adultos, elas podem aumentar suas capacidades de desempenho, pois essa imitação de atos e habilidades, cujo conteúdo supera a capacidade real da criança, cria zonas de desenvolvimento proximal.** Foi também neste fato que Vygotsky se apoiou quando defendeu a tese de que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.”. Isto posto, a reavaliação do papel da imitação na teoria de Vygotsky é implícita, pois “as teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem que defendem o tradicional princípio da aplicação de uma orientação pedagógica desejável, uma vez diagnosticado o desenvolvimento. Não é difícil perceber que estas posturas pedagógicas trazem implícita a ideia de que o ensino deve prosseguir com base no desenvolvimento efetivo, já produzido”. A banca mantém o gabarito, já que a alternativa C ignora a ênfase de Vygotsky na influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. A ZDP demonstra como a aprendizagem mediada na interação social impulsiona o desenvolvimento; A alternativa D apresenta uma visão limitada da percepção. Vygotsky a considerava fundamental em todos os estágios do desenvolvimento, tanto na **interação social quanto na internalização de conhecimentos e a alternativa B inverte a relação proposta por Vygotsky. Para ele, o ambiente social é fundamental para o desenvolvimento, pois é nele que a criança encontra as ferramentas e os parceiros necessários para a aprendizagem. A ZDP é um exemplo de como o ambiente social molda o desenvolvimento.**

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky- a relevância social. Summus editorial. P.109.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a Questão foi formulada dentro de rigorosos padrões de qualidade, tendo como sustentação/embasamento conhecimentos públicos e amplamente divulgados, e que, em virtude das variações regionais, culturais e diacrônicas que caracterizam a Libras, que são reconhecidas pelo próprio texto recursal, registram-se variabilidades de realização de sinais. Conhecer tais variações, principalmente quando se trata de sinal constitutivo de léxico básico, é característica daquele que apresenta e domina riqueza vocabular e estratégica. Assim como no Português o professor necessita usar, e ensinar, sinônimos, por exemplo, nos estudos da Libras, faz-se premente reconhecer as variações linguísticas proporcionadas pela complexidade de uma forma de expressão tão rica.

Ressalta-se que o sinal de PROCURAR não é realizado por meio de movimento retilíneo, absolutamente. E também

que o de FAMÍLIA constitui-se de, bilateralmente, dois semicírculos simultâneos. Tem-se, ainda, que no sinal para APONTADOR fazem-se vários movimentos semicirculares, o que pode ter gerado a falsa impressão, e apreensão, do referido sinal como tendo movimento circular. Quanto ao sinal para INTELIGENTE, trata-se de mão em cinco, palma voltada para baixo, as pontas dos dedos em cinco tocando o lado direito da testa, movendo-se a mão para cima e para frente em curvatura. Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra D.

Fonte:

- https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2018/10/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf
- https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/linguaBrasileiraDeSinaisl/assets/459/Texto_base.pdf

Cargo: Professor I - Língua Estrangeira

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a estrutura frasal que se encontra na letra B da listagem apresentada é correta, pois está no modo subjuntivo (vide conteúdo programático editalício). Ressalta-se que a certeza de se tratar de um Present Subjunctive é a “That clause” (oração introdutória) “the doctor recommended that” que exige na sua sequência o Present Subjunctive. Como obter a forma conjugada do Present

Subjunctive? Retira-se o marcador de infinitivo do verbo, o TO de qualquer verbo, e usa-se a palavra sem qualquer terminação para todas as pessoas. Assim, o Present Subjunctive de TO BE é BE, apenas. Quanto a SHOULD ou HAD BETTER, se forem usados, não teremos mais o Present Subjunctive.

Quanto à estrutura “D. If I were you, I would not take that job although it pays better than average” (Se eu fosse você, eu não pegaria aquele emprego embora ele pague melhor que a média), não há qualquer desacordo com a gramática da língua inglesa, pois a forma YOU tanto pode ser pronome pessoal do caso reto como pronome pessoal do caso oblíquo, indistintamente. Resta, portanto, errônea a ideia de que o YOU devesse ser substituído por outro pronome do caso oblíquo (objeto).

Ressalta-se que o caso das estruturas frasais G, H e C é o mesmo que foi explicado anteriormente nesse texto de resposta para a frase B, no caso do TO MAKE é MAKE para qualquer sujeito, sem qualquer terminação, e sua forma negativa é NOT MAKE, assim mesmo, sem auxiliar ou partícula de infinitivo ou preposição, porque descaracterizaria-se o emprego do modo subjuntivo exigido. Ainda, no que concerne à “I only ask that he stopped behaving” (Eu só peço que ele parou de se comportar), forma sugerida no texto recursal, constata-se apenas pela tradução, sem considerar-se qualquer regra de emprego de tempo ou modo verbal, que é totalmente inapropriada e inconsistente.

Em relação às formas “She advised not to take ou she advised that I do not take”, sugeridas como corretas em texto recursal, apresentam as seguintes falhas: na primeira (She advised not to take) não há pessoa a quem se dirige a advertência, havia “I” na estrutura original e a frase não está no modo subjuntivo, está no infinitivo negativo; na segunda (she advised that I do not take) temos a pessoa a quem se dirige a advertência, mas pelo emprego de DO NOT não é mais o modo subjuntivo, o qual tem emprego obrigatório em razão da presença da “That clause”. Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra A.

Fonte:

- Greenbaum, Sidney. *Director Survey of English Usage. The Oxford English Grammar.* Claredon Press.
- Murphy, Raymond. *Essential Grammar in Use: basic English language grammar.* 2nd Ed. Martins Fontes. 2021.
- Swan, Michael. *Practical English Usage.* 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

Cargo: Professor I - Língua Portuguesa

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C é ato que caracteriza ato de improbidade, já que fala em prestação de **serviços jurídicos comuns**. Incumbe ao gestor público e seus prepostos, no exercício da atividade estatal, observar rigorosamente a legalidade, moralidade e a impessoalidade, de modo a não macular os padrões de probidade administrativa dos atos do Poder Público. Se a especificação dos serviços contratados não apresenta peculiaridades que os singularizem a ponto de inviabilizar a competição entre os possíveis prestadores e se as atividades não forem de modo singular, isto é, inéditas ou incomuns ou que necessitem de um grau de subjetividade que não se possa avaliar pelo instituto licitatório, não há porque ensejar a excepcionalidade concedida pela legislação ordinária.

A alternativa D não pode ser tida como correta, pois, na espécie, a utilização de trabalho, material e maquinário de empresa contratada pela municipalidade por meio de processo licitatório, para realizar a pavimentação **de obra particular**, ocasionando, por certo, prejuízo ao erário, violando o art. 10, inciso II, da Lei nº 8.429/92.

Assim, a única alternativa correta é a opção A; a falta de controle sobre a folha de ponto da servidora por sua supervisora não presume prejuízo ao bom andamento ou à segurança dos serviços prestados, ou mesmo que tenha ocasionado prejuízo ao erário ou gerado o enriquecimento do agente, ato que deve ser devidamente demonstrado, não se admitindo a respectiva presunção.

Ausente o elemento volitivo do dolo, descabe o reconhecimento de prática ímproba violadora dos princípios da Administração Pública, na forma do art. 11, da LIA, ou geradora de enriquecimento ilícito, na forma do art. 9, da mesma Lei.

Fonte:

- Lei nº 8.429/1992 – Lei da Improbidade Administrativa
- (TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.097749-6/007, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/11/2023, publicação da súmula em 17/11/2023)
- (TJMG - Apelação Cível 1.0000.23.076902-8/001, Relator(a): Des.(a) Júlio Cezar Guttierrez , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/10/2023, publicação da súmula em 07/11/2023)
- (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.558243-0/005, Relator(a): Des.(a) Afrânio Vilela , Relator(a) para o acórdão: Des.(a) Raimundo Messias Júnior , 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/08/2023, publicação da súmula em 25/08/2023)

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os

direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O simples erro de impressão onde se lê “nO Câmara Municipal” ao invés de nA Câmara Municipal” não altera em nada o conteúdo ou a compreensão da questão. O erro é insignificante para a hermenêutica do que está sendo questionado e incapaz de suscitar qualquer dúvida no que concerne ao conteúdo do item em questão. Em realidade, trata-se de mero erro de impressão.

Fonte:

- Hermenêutica e lógica simples.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cerne da questão está em que o candidato saiba que estratégias pedagógicas avançadas, de acordo com a teoria piagetiana, não encontrarão estruturas cognitivas para que um aluno que está em estágio menos adiantado tenha sucesso. Análise da questão: A. A estudante apresenta comportamentos compatíveis com o Estágio Pré-operatório, mas deveria estar com prevalência de comportamentos compatíveis com os do Estágio das Operações Concretas. Esta opção sugere uma avaliação mista, indicando características do Estágio Pré-operatório e Operações Concretas. Entretanto, as características descritas estão mais alinhadas com o Estágio das Operações Concretas; B. GABARITO. Seu comportamento é compatível com o Estágio das Operações Concretas, o que indica, dentro dos conceitos Piagetianos, que se o professor insistir em estratégias tecnicamente mais usuais em estágios mais avançados, fracassará. Esta opção reconhece corretamente que as características se alinham com o Estágio das Operações Concretas, indicando que estratégias de ensino devem ser adaptadas a esse estágio. Destaca a importância de os professores adaptarem suas estratégias pedagógicas às características cognitivas dos alunos, utilizando abordagens que considerem o estágio de desenvolvimento em que se encontram. Se o professor não levar em conta as características do estágio das operações concretas e insistir em estratégias inadequadas para esse estágio, corre o risco de não promover o aprendizado eficaz. A aluna descrita se encaixa em várias das características do estágio das operações concretas: Limitações em pensamento abstrato: Apesar de seu pensamento ser mais avançado do que no

estágio pré-operacional, as crianças ainda têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos e hipotéticos, preferindo lidar com situações concretas e tangíveis; Pensamento operacional: Demonstram habilidades de raciocínio operacional, como a capacidade de resolver problemas de forma sistemática e aplicar regras lógicas para chegar a soluções e Pensamento lógico concreto: As crianças neste estágio são capazes de realizar operações mentais concretas e lógicas em objetos e eventos tangíveis do mundo real; C. A estudante apresenta características do Estágio das Operações Formais, que se caracterizam pela necessidade de as estratégias de ensino do professor piagetiano devem ser pautadas pela utilização de materiais concretos. Esta opção incorretamente associa as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto as características são mais consistentes com o Estágio das Operações Concretas; D. Apesar de parecer ter comprometimentos cognitivos, as características são compatíveis com a fase inicial das apresentadas no Estágio das Operações Formais. Esta opção confunde as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto a descrição se encaixa melhor no Estágio das Operações Concretas.

Fonte:

- <https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/><https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/>
- Taille, Ives de La. Oliveira, Marta Kohl. Dantas, Heloísa. Teorias Psicogenéticas em discussão: Piaget, Vygotsky e Wallon. Summus editorial. 1992

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise das afirmativas: Afirmativa I: Personalização do ensino: Reconhece as diferenças individuais dos alunos e adapta o ensino às suas necessidades e estilos de aprendizagem; Integração de tecnologia: Potencializa o ensino por meio de recursos digitais, como plataformas online, jogos educativos e aplicativos. Afirmativa II: Contextualização e significância dos conteúdos: Torna o aprendizado relevante para a vida dos estudantes, conectando-o à realidade e aos seus interesses; Participação ativa dos alunos: Estimula a curiosidade, a autonomia e a construção do conhecimento através da experimentação e da resolução de problemas. Relação entre as afirmativas: Embora ambas as afirmativas sejam verdadeiras e importantes para a gestão da aprendizagem, a afirmativa II não justifica a afirmativa I. A afirmativa I se concentra em como a gestão da aprendizagem pode ser realizada, através da personalização e da integração de tecnologia. A afirmativa II se concentra em quais são os objetivos da gestão da aprendizagem, como contextualizar os conteúdos e promover a participação dos alunos. Conclusão: As duas afirmativas contribuem para uma gestão da aprendizagem eficaz, mas não há uma relação de causa e efeito entre elas. As duas afirmativas são verdadeiras e se complementam, mas a II não é uma justificativa completa da I. A gestão da aprendizagem eficiente envolve diversos princípios e métodos que se combinam para atender às necessidades dos alunos e promover o aprendizado eficaz. A afirmativa I diz que a aprendizagem é eficiente quando se baseia na personalização do ensino, reconhecendo as diferenças individuais dos alunos, e na integração de tecnologia, buscando potencializar o ensino por meio de recursos digitais. Não há na afirmativa palavras que afirmam que ela é eficiente “somente quando”, o que tornaria a assertiva errada.

Fonte:

- <https://blog.saraivaeducacao.com.br/gestao-de-aprendizagem/>

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo (e não combate como na afirmativa I) ; II - universalização do atendimento escolar (e não apenas do Ensino Fundamental, como também está dito na afirmativa I) ; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Ou seja, a afirmativa I contém erros substanciais nas duas frases que a compõe.

Fonte:

- https://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “Assim, tal dinamicidade exige do profissional novas posturas, por isso, discutir sobre a educação moderna, sobretudo, após a crise pandêmica, é importante.” (1º§) Considerando o emprego dos mecanismos de referenciação e coesão textual, pode-se afirmar a partir dos elementos destacados anteriormente que:”, a alternativa “D) Dentre os elementos destacados é possível reconhecer propriedades coesivas e de referenciação considerando o contexto em que o fragmento destacado está inserido.” foi adequadamente considerada correta. Expressões que indicam ideia de resumo, recapitulação, conclusão: em suma, em síntese, em conclusão, enfim, em resumo, portanto, assim, dessa forma, dessa maneira, desse modo, logo, pois (entre vírgulas), dessarte, destarte, assim sendo Causa e consequência. Expressões que indicam ideia de explicação: por consequência, por conseguinte, como resultado, por isso, por causa de, na medida em que, em virtude de, de fato, com efeito, tão (tanto, tamanho) ... que, porque, porquanto, já que, uma vez que, visto que, como (= porque), logo, que (= porque), de tal sorte que, de tal forma que, haja vista, pois (anteposto ao verbo). A alternativa “C) As expressões “Assim” e “por isso” podem ser invertidas quanto à posição no período de modo a preservar os efeitos de sentido produzidos originalmente.” não pode ser considerada correta de acordo com o explicitado anteriormente.

Fonte:

- BAGNO, M. A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2013.
- BECHARA, Evanildo para concursos.
- MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. Ed. Saraiva.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “Considerando a aplicação da norma padrão da língua, indique a seguir o fragmento em que pode ser observado erro quanto à concordância verbal.”, a alternativa “C) “Desse modo, o acelerado uso de ferramentas digitais e a adequação das unidades de ensino para a oferta de uma educação renovada e coerente com o novo modelo de aluno, pós-pandemia, exigiu um ajustamento do professor.” (1º§)” foi adequadamente considerada

correta. “Desse modo, o acelerado uso de ferramentas digitais e a adequação das unidades de ensino para a oferta de uma educação renovada e coerente com o novo modelo de aluno, pós pandemia, exigiu (exigiram = o uso e a adequação sujeito composto) um ajustamento do professor.” (1º§) Sujeito composto na concordância verbal Quando o sujeito composto vier anteposto ao verbo, trata-se do caso em análise, o verbo irá para o plural. Exemplo: - O milho e a soja subiram de preço. • Concordância atrativa: quando o sujeito composto vier posposto ao verbo, o verbo irá para o plural ou concordará apenas com o núcleo do sujeito que estiver mais próximo. Exemplo: - Chegou o pai e a filha. Chegaram o pai e a filha. A alternativa “A) “Tal justificativa está no dualismo em que se encontra a finalidade e os resultados da prática educativa.” (4o§)” não pode ser indicada como correta, não havendo indicação de inadequação de acordo com a norma padrão de acordo com a posição do sujeito composto posposto ao verbo, conforme mencionado anteriormente.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo para concursos.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.
- MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. Ed. Saraiva.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “Considere a seguinte frase redigida por aluno do ensino médio em uma atividade escolar: “Peguei o documento e guardei ele no bolso”. Pode-se afirmar corretamente que:”, a alternativa “A) Diante de prescrição linguística, de acordo com a gramática normativa, tal sentença deverá ser modificada.” foi adequadamente indicada como correta. Gramática Normativa: Bastante utilizada em sala de aula e para diversos fins didáticos, a Gramática Normativa busca a padronização da língua, indicando através de suas regras como devemos falar e escrever corretamente. Aqui a abordagem privilegia a prescrição de regras que devem ser seguidas, desconsiderando os fatores sociais, culturais e históricos aos quais estão sujeitos os falantes da língua. A alternativa “D) Demonstra a limitação do funcionamento da língua em seu aspecto gramatical, considerando a gramática normativa.” não pode ser considerada correta. Não há limitação do funcionamento da língua, mas sim uma incorreção de acordo com a norma padrão. A língua não pode ser limitada por uma inadequação de registro de acordo com a norma padrão.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “A partir do conhecimento acerca da concepção de linguagem como expressão do pensamento, indique a afirmativa que se refere a tal concepção.”, a alternativa “C) Valorização do uso das regras do falar e escrever bem, do certo ou errado, consideração de apenas uma variante – a padrão ou culta. O domínio das regras desse sistema indica organização de forma lógica do pensamento.” foi adequadamente considerada correta. A linguagem está relacionada à comunicação consensual, ou seja, à comunicação decorrente de coordenações consensuais de conduta. Koch (2006) afirma que a linguagem humana tem sido concebida ao longo da história por três concepções: **a primeira refere-se à linguagem como representação do mundo e do pensamento**, sendo função da linguagem refletir a visão do mundo e o pensamento humano; a segunda concebe a função da língua como

transmissora de informação, por meio de um emissor que comunica determinada mensagem a um receptor; a terceira considera a linguagem como atividade, ação de interação que permite aos seres humanos praticar diversos atos que podem levá-los a determinados comportamentos, os quais podem resultar no estabelecimento de relações. Vygotsky (2008) afirma que o desenvolvimento da linguagem ocorre por meio da interação com o outro. Desse modo, o ser humano se constitui como sujeito e desenvolve funções mentais, tais como o pensamento. Os indivíduos pensam por meio da linguagem. Devido a isso, pensamento e fala não são processos independentes. A relação entre o pensamento e a palavra constitui um processo que passa por diversas transformações, um movimento contínuo que vai do pensamento à fala e vice-versa, até a interiorização do mundo exterior. O pensamento passa a existir por meio da linguagem. Nesse sentido, Charaudeau (2008, p. 7) afirma: “É a linguagem que permite pensar e agir, pois não há ação sem pensamento nem pensamento sem linguagem”. Bargalló (2005, p. 27) salienta que o pensamento auxilia na construção de modelos científicos: “A relação tão intensa entre pensamento e linguagem faz com que sejam mutuamente dependentes: a linguagem ajuda a construir modelos científicos mais elaborados e estes ajudam a configurar uma linguagem mais precisa”. De acordo com Vygotsky (2008), a linguagem é social e destaca o papel da interação da criança com os que a cercam para o desenvolvimento dela. “A função primordial da fala é a comunicação, o intercâmbio social” (Vygotsky, 2008, p. 6). Segundo o autor, a fala organiza o pensamento, e a estrutura da fala não é igual a do pensamento, pois o pensamento passa por muitas transformações até chegar à fala. Em relação ao significado, a primeira palavra de uma criança é uma frase completa, pois ela expressa todo o seu pensamento em uma única palavra, partindo do todo até compreender o significado das palavras em separado; nesse sentido, são caminhos contrários. Pensamento e fala se unem em pensamento verbal por meio do significado da palavra. Assim, para que uma palavra nova possa ser aprendida, ela precisa ter significado para o sujeito. Moraes (2010) salienta que a função de linguagem vai além da comunicação com o objetivo de transmitir informações e conhecimentos prontos. Ressalta a importância da linguagem para a aprendizagem, na sua função epistêmica. Aprende-se interagindo com a linguagem, seja falando, ouvindo, lendo ou escrevendo. A linguagem possibilita que as vivências e experiências do sujeito se transformem em conhecimento, na medida em que o desconhecido estabelece pontes com o conhecido, tornando mais complexos os significados. Essas experiências auxiliam o sujeito a ampliar sua realidade e visão do mundo. A concepção de linguagem como expressão do pensamento vê a língua como criação individual, materializada nos atos da fala; além disso, essa teoria se reflete nas práticas pedagógicas tradicionais do ensino de língua que têm como objetivo a correção formal da linguagem. A alternativa “A) Consideração dos sujeitos, uma vez que eles “são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos”, ou seja, essa concepção situa a linguagem como um espaço de interação humana.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) Compreensão da língua como ato social, desconsiderando o uso e, conseqüentemente, os envolvidos nesse ato – os falantes e o contexto – limitando-se a seu funcionamento interno e apoiando-se nos estudos estruturalistas.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].
- CHARAUDEAU, P. Linguagem e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.
- GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: _____ (Org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2003.
- _____ (Org.). O texto na sala de aula: leitura e produção. Cascavel: Assoeste, 1984.
- KOCH, I. G. V. A interação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANCA
39

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado “A segunda geração modernista apresenta como tema principal o ser humano e suas angústias. Em relação aos poetas da geração de 1922 demonstra-se um processo de amadurecimento. Dentre os exemplos a seguir, NÃO pode ser relacionado à segunda geração de modernistas apenas:”, a alternativa a seguir foi adequadamente indicada como correta:

“ D) Tratado geral das grandezas do ínfimo

A poesia está guardada nas palavras – é tudo que eu sei.

Meu fado é o de não saber quase tudo.

Sobre o nada eu tenho profundidades.

Não tenho conexões com a realidade.

Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.

Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas).

Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.

Fiquei emocionado.

Sou fraco para elogios.

(BARROS, Manoel de. Disponível em: <https://www.revistabula.com/2680-os-10-melhores-poemas-de-manoel-de-barros>.)”

Manoel Wenceslau Leite de Barros (Cuiabá, 19 de dezembro de 1916 — Campo Grande, 13 de novembro de 2014) foi um poeta brasileiro do século XX, pertencente, cronologicamente à Geração de 45, mas formalmente ao pós-Modernismo brasileiro, se situando mais próximo das vanguardas europeias do início do século e da Poesia Pau-Brasil e da Antropofagia de Oswald de Andrade. Com 13 anos, ele se mudou para Campo Grande (MS), onde viveu pelo resto da sua vida. Recebeu vários prêmios literários, entre eles, dois Prêmios Jabutis e foi membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. É o mais aclamado poeta brasileiro da contemporaneidade nos meios literários. Enquanto ainda escrevia, Carlos Drummond de Andrade recusou o epíteto de maior poeta vivo do Brasil em favor de Manoel de Barros. Sua obra mais conhecida é o "Livro sobre Nada" de 1996.

A segunda geração modernista ou segunda fase do modernismo representa o segundo momento do movimento modernista no Brasil que se estende de 1930 a 1945. Chamada de “Geração de 30”, essa fase foi marcada pela consolidação dos ideais modernistas, apresentados na Semana de 1922. Lembre-se que esse evento marcou o início do Modernismo, rompendo com a arte tradicional. A publicação *Alguma Poesia* (1930) de Carlos Drummond de Andrade marcou o início da intensa produção literária poética desse período. Na prosa, temos a publicação do romance regionalista *A Bagaceira* (1928) do escritor José Américo de Almeida. Resumo da segunda fase do modernismo: Para muitos estudiosos do tema, a segunda geração modernista representou um período muito fértil e rico para a literatura brasileira. Também chamada de “Fase de Consolidação”, a literatura brasileira estava vivendo uma fase de maturação, com a concretização e afirmação dos novos valores modernos. Além da prosa, a poesia foi um grande foco dos literatos. Temas nacionais, sociais e históricos foram os preferidos pelos escritores dessa fase. Contexto histórico da segunda fase do modernismo. A segunda fase do modernismo no Brasil surgiu num contexto conturbado. Após a crise de 1929 em Nova York, (depressão econômica) muitos países estavam mergulhados numa crise econômica, social e política. Isso fez surgir diversos governos totalitários e ditatoriais na Europa, os quais levariam ao início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Além do aumento do desemprego, a falência de fábricas, a fome e miséria, no Brasil a Revolução de 30 representou um golpe de estado. O presidente da República Washington Luís foi deposto, impedindo assim, a posse do presidente eleito Júlio Prestes. Foi o início da Era Vargas e o fim das Oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, denominado de "política do café com leite". Com a chegada de Getúlio ao poder, a ditadura no país também se aproximava com o Estado Novo (1937-1945). A Geração de 45 representou um grupo de literatos brasileiros da terceira geração modernista. Ela surgiu com a "Revista Orfeu" (1947) e teve representantes tanto na prosa quanto na poesia. Contexto Histórico: A Segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939 a 1945. Portanto, a geração de 45 marca o início da Guerra Fria, da corrida armamentista, bem como o fim da segunda guerra e de muitos governos totalitários, do qual se destaca o nazismo alemão. No Brasil, o período foi da redemocratização do país e a Era Vargas. Com Getúlio Vargas no poder, essa fase seria marcada pela repressão, censura e a ditadura que avançava. O movimento moderno das artes buscava criticar a sociedade, ao mesmo tempo que se distanciava da arte acadêmica. Isso, deu lugar ao folclore, aos regionalismos, aos múltiplos subjetivismos, dentre outros. Foi nesse contexto, que os escritores da terceira fase modernista produziram suas obras.

A alternativa a seguir também pode ser considerada correta:

C) Nunca mais andarei de bicicleta

Nem conversarei no portão

Com meninas de cabelos cacheados

Adeus valsa “Danúbio Azul”

Adeus tardes preguiçosas

Adeus cheiros do mundo sambas
Adeus puro amor

(MELO Neto, João Cabral de (org.). Murilo Mendes - Antologia Poética. Brasília: INL, 1976, p. 28-29.)

João Cabral de Melo Neto foi poeta, escritor e diplomata brasileiro. Conhecido como “poeta engenheiro”, ele fez parte da terceira geração modernista no Brasil, conhecida como Geração de 45. Nesse momento, os escritores estavam mais preocupados com a palavra e a forma, sem deixar de lado a sensibilidade poética. De maneira racional e equilibrada, João Cabral se destacou por seu rigor estético.

Fonte:

- NICOLA, José de. Literatura – Projeto Múltiplo, São Paulo: Ática, 2018.
- TUFANO, Douglas. Vereda Digital – Literatura Brasileira e Portuguesa, São Paulo: Moderna, 2012.

Cargo: Professor I - Matemática

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“A psicóloga Luana Ganzert, especialista em emoções, afirma que ser aceito faz parte das necessidades básicas emocionais dos indivíduos e que recusas podem interferir nesse contexto”. O trecho que está entre as vírgulas traz uma informação que explica quem é a psicóloga Luana Ganzert. Portanto, há um aposto explicativo, e, segundo a gramática da língua portuguesa, o aposto explicativo deve vir separado por vírgulas.

“[...]não é preciso ser agressivo, mas assertivo e determinado.” Neste trecho a vírgula foi usada para separar uma oração coordenada sindética adversativa. As conjunções adversativas devem ser antecedidas por vírgula.

“O dizer não significa, de certa maneira, negar a demanda que uma outra pessoa te faz e isso faz com que a pessoa fique preocupada sobre como ela será vista por essa pessoa.” Uma partícula ou locução de explicação, correção, continuação, conclusão, concessão requerem vírgula, como em “de certa maneira”. (ver Bechara, op. cit., pág. 610).

“Compram coisas que não desejam por dificuldade de se impor à insistência do vendedor, arrumam compromissos indesejáveis, arrumam relacionamentos tóxicos e muitas vezes abusivos[...]”. As vírgulas separam uma sequência enumerativa de ações. Assim, neste trecho, as vírgulas se justificam por ser um trecho enumerativo.

“O psicólogo Maycon Rodrigo Torres, membro do Laboratório de Psicanálise e Laço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor de psicologia na Faculdade Maria Thereza (Famath), destaca como a recusa pode afetar as relações afetivas. O trecho que está entre vírgulas traz uma explicação sobre o psicólogo Maycon Rodrigo Torres. Portanto, se trata de um aposto explicativo como no trecho que está no enunciado da questão. Com isso, esta é a alternativa correta, a alternativa D.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O termo “que” pode assumir muitas funções, dentre elas de pronome relativo quando introduz orações subordinativas adjetivas explicativas e restritivas. Nesses casos, refere-se a um termo antecedente e desempenha uma função sintática. Ao substituímos o pronome pelo antecedente e construirmos a oração, verificamos a função sintática do pronome relativo que:

“[...] essa sobrecarga tende a aumentar ainda mais a ansiedade que, a longo prazo, pode criar problemas mais crônicos.” O pronome “que” retoma ansiedade. Ao substituímos a palavra “que” pelo substantivo “ansiedade” temos a seguinte construção: Ansiedade, a longo prazo, pode criar problemas mais crônicos. Quem é que pode criar problemas mais crônicos? Resposta: ansiedade. Assim, o pronome “que” tem a função que a palavra “ansiedade” desempenha nessa oração, portanto, sujeito. Alternativa correta: A.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise da afirmativa solicitada como correta: III. A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação é apresentada de **forma** explícita, de forma clara e concisa, sem ambiguidades ou informações irrelevantes. A nova informação deve ser necessariamente suficiente para que o aluno possa fazer a conexão com os seus conhecimentos prévios. Esta afirmativa apresenta incorreção Ausubel não requer que a nova informação seja apresentada de forma explícita; a aprendizagem significativa também pode ocorrer de forma implícita. Embora Ausubel enfatize a importância da apresentação explícita da nova informação, ele reconhece que a aprendizagem significativa também pode ocorrer de forma implícita. Nesse processo, a nova informação é assimilada de maneira gradual e subliminar, sem ser explicitamente apresentada. Vejamos exemplos: Aprendizagem Significativa Explícita: Leitura de um livro didático sobre a Segunda Guerra Mundial: A informação é apresentada de forma direta e organizada, com o objetivo claro de transmitir conhecimento sobre o evento; Aprendizagem Significativa Implícita: observação de um jogo de futebol e aprendizado das regras: O indivíduo aprende as regras do futebol ao observar e interagir com o jogo, sem necessariamente ter recebido instruções explícitas.

Fonte:

- Lima, Gláucia da Conceição. Souza, Glauber Santana. APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA. Disponível em https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/13415526042012Didatica_Especial_para_o_Ensino_de_Ciencias_e_Biologia_II_Aula_4.pdf
- A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: ESTRATÉGIAS FACILITADORAS E AVALIAÇÃO1 disponível em

- <https://educacao.imagine.com.br/aprendizagem-significativa/>

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão do papel da Zona de desenvolvimento Proximal remete exatamente a ideia de suporte de alguém para que tudo o que um indivíduo consiga fazer com certa ajuda, depois seja capaz de fazer com autonomia. Observe o excerto “Durante anos a psicologia sustentou o princípio de que somente as tarefas que a criança conseguiria resolver de forma independente poderiam ser tomadas como indicativo de seu nível de desenvolvimento mental. Neste raciocínio, a imitação era vista como um processo puramente mecânico, que não pode, portanto, ser levado em conta na investigação da capacidade intelectual da criança. Mas **Vygotsky observou que as crianças podem imitar ações que vão muito além de suas capacidades reais ou efetivas. Numa atividade coletiva ou sob orientação dos adultos, elas podem aumentar suas capacidades de desempenho, pois essa imitação de atos e habilidades, cujo conteúdo supera a capacidade real da criança, cria zonas de desenvolvimento proximal.** Foi também neste fato que Vygotsky se apoiou quando defendeu a tese de que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.”. Isto posto, a reavaliação do papel da imitação na teoria de Vygotsky é implícita, pois “as teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem que defendem o tradicional princípio da aplicação de uma orientação pedagógica desejável, uma vez diagnosticado o desenvolvimento. Não é difícil perceber que estas posturas pedagógicas trazem implícita a ideia de que o ensino deve prosseguir com base no desenvolvimento efetivo, já produzido”. A banca mantém o gabarito, já que a alternativa C ignora a ênfase de Vygotsky na influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. A ZDP demonstra como a aprendizagem mediada na interação social impulsiona o desenvolvimento; A alternativa D apresenta uma visão limitada da percepção. Vygotsky a considerava fundamental em todos os estágios do desenvolvimento, tanto na **interação social quanto na internalização de conhecimentos e a alternativa B inverte a relação proposta por Vygotsky. Para ele, o ambiente social é fundamental para o desenvolvimento, pois é nele que a criança encontra as ferramentas e os parceiros necessários para a aprendizagem. A ZDP é um exemplo de como o ambiente social molda o desenvolvimento.**

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky- a relevância social. Summus editorial. P.109.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem

superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República: Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressalta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do Brasil, mas um conhecimento dentre as escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuistas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo (e não combate como na afirmativa I) ; II - universalização do atendimento escolar (e não apenas do Ensino Fundamental, como também está dito na afirmativa I) ; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Ou seja, a afirmativa I contém erros substanciais nas duas frases que a compõe.

Fonte:

- https://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão pede “... o número de picolés embalados após o acréscimo mencionado”. Assim, peca o recurso ao não atender o que é pedido no item, pois de fato havia 5 picolés inicialmente, mas a pergunta é sobre quantos picolés ficaram ao todo, o que resulta em 6 unidades.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item trata de uma situação em que se deve transformar uma quadra de vôlei em uma quadra de vôlei de areia, fazendo a inserção de 1 m³ de areia a cada 5 m² que será coberta. Com isso, infere-se que a quadra de vôlei (comumente feita de cimento) será convertida em um paralelogramo de areia com mesmas dimensões, mas com profundidade x (que é o objeto de pergunta da questão).

Assim, tem-se a seguinte área a ser coberta com areia: $18 \times 9 = 162 \text{ m}^2$

Para cada 5 m² será utilizada 1 m³ de areia. Logo: $162/5 = 32,4 \text{ m}^3$ de areia serão necessários para fazer a transformação da quadra.

Dessa forma, ter-se-á um paralelogramo com medidas 18 metros de comprimento, 9 metros de largura e x metros de profundidade. Logo:

$$18 * 9 * x = 32,4$$

$$x = \frac{32,4}{18 * 9} = 0,2$$

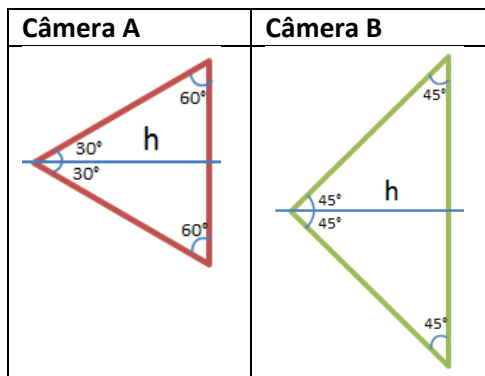
Portanto, será necessária uma camada de areia com 20 centímetros de profundidade.

BRANCA
36

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

De fato, há uma correção a ser realizada, conforme apresentada a seguir.

Pode-se constatar a seguinte configuração para as duas câmeras:



Aplicando-se a tangente nos dois triângulos, fica:

$$\tan 30 = \frac{L_A}{2h}$$

$$\tan 45 = \frac{L_B}{2h}$$

Logo, a razão $\frac{L_B}{L_A}$ pode ser obtida:

$$\frac{\frac{L_B}{2h}}{\frac{L_A}{2h}} = \frac{\tan 45}{\tan 30}$$

$$\frac{L_B}{L_A} = \frac{1}{\frac{\sqrt{3}}{3}}$$

$$\frac{L_B}{L_A} = \sqrt{3}$$

Dessa forma, o gabarito deve ser alterado para a letra C.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sejam, respectivamente, O e R o número de orçamentos e relatórios. Assim:

$$\begin{cases} R + O = 25 \\ 3R + 2O = 65 \end{cases}$$

Multiplicando-se a primeira por 2 e fazendo-se a subtração das duas equações:

$$\begin{cases} 2R + 2O = 50 \\ 3R + 2O = 65 \end{cases}$$

$$R = 15 \text{ e } O = 10$$

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De fato, o termo está duplicado no item, mas este detalhe não interfere na objetiva interpretação da situação dada, uma vez que nos exemplos 4 e 5 ocorre a mesma estrutura, em que há os mesmos símbolos, mas com ordens diferentes e que resulta em uma composição diferente. Logo, não resta dúvida de que a ordenação dos símbolos interfere na composição.

Cargo: Professor I - Ciências

BRANCA
02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

Cargo: Professor II

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra

para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA	VERDE
07	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão solicita a alternativa correta quanto à classificação das orações. Verifica-se que cada alternativa apresenta uma indicação que, a partir do conhecimento do conteúdo, é escolhida a alternativa correta. A partir dessa consideração, seguem as exposições sobre cada oração:

Sensação é comum e está associada a diferentes fatores[...]” Oração coordenada sindética adversativa: esta alternativa está incorreta, pois a conjunção “e”, neste contexto, está acrescentando informação, portanto, é oração coordenada sindética aditiva.

“estamos criando condições para que ele fique atrofiado diante da vida.” Oração subordinada adverbial causal: a expressão “para que” introduz uma ideia de finalidade, objetivo e não de causa ou motivo. A classificação correta seria Oração subordinada adverbial final. Alternativa incorreta.

“[...]para negar corretamente, não é preciso ser agressivo, mas assertivo e determinado.” Oração coordenada sindética adversativa: O trecho sublinhado apresenta verbo que está oculto – Mas precisa ser assertivo e determinado. Verifica-se que a conjunção “mas” introduz uma informação que se opõe ao que foi dito anteriormente. Portanto, esta classificação está correta.

“Quando estamos atendendo essa necessidade básica, temos medo de sermos rejeitados[...]

” Oração subordinada adverbial condicional. A oração sublinhada é oração subordinada adverbial temporal. O termo “quando” dá uma ideia do período, do momento em que ocorre o medo. Não se trata de uma condição para o medo ocorrer. Alternativa incorreta.

Portanto, a resposta correta é a alternativa C.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE
14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA	VERDE
23	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão do papel da Zona de desenvolvimento Proximal remete exatamente a ideia de suporte de alguém para que tudo o que um indivíduo consiga fazer com certa ajuda, depois seja capaz de fazer com autonomia. Observe o excerto “Durante anos a psicologia sustentou o princípio de que somente as tarefas que a criança conseguiria resolver de forma independente poderiam ser tomadas como indicativo de seu nível de desenvolvimento mental. Neste raciocínio, a imitação era vista como um processo puramente mecânico, que não pode, portanto, ser levado em conta na investigação da capacidade intelectual da criança. Mas **Vygotsky observou que as crianças podem imitar ações que vão muito além de suas capacidades reais ou efetivas. Numa atividade coletiva ou sob orientação dos adultos, elas podem aumentar suas capacidades de desempenho, pois essa imitação de atos e habilidades, cujo conteúdo supera a capacidade real da criança, cria zonas de desenvolvimento proximal.** Foi também neste fato que Vygotsky se apoiou quando defendeu a tese de que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.”. Isto posto, a reavaliação do papel da imitação na teoria de Vygotsky é implícita, pois “as teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem que defendem o tradicional princípio da aplicação de uma orientação pedagógica desejável, uma vez diagnosticado o desenvolvimento. Não é difícil perceber que estas posturas pedagógicas trazem implícita a ideia de que o ensino deve prosseguir com base no desenvolvimento efetivo, já produzido”. A banca mantém o gabarito, já que a alternativa C ignora a ênfase de Vygotsky na influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. A ZDP demonstra como a aprendizagem mediada na interação social impulsiona o desenvolvimento; A alternativa D apresenta uma visão limitada da percepção. Vygotsky a considerava fundamental em todos os estágios do desenvolvimento, tanto na **interação social quanto na internalização de conhecimentos e a alternativa B inverte a**

relação proposta por Vygotsky. Para ele, o ambiente social é fundamental para o desenvolvimento, pois é nele que a criança encontra as ferramentas e os parceiros necessários para a aprendizagem. A ZDP é um exemplo de como o ambiente social molda o desenvolvimento.

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky- a relevância social. Summus editorial. P.109.

BRANCA	VERDE
25	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cerne da questão está em que o candidato saiba que estratégias pedagógicas avançadas, de acordo com a teoria piagetiana, não encontrarão estruturas cognitivas para que um aluno que está em estágio menos adiantado tenha sucesso. Análise da questão: A. A estudante apresenta comportamentos compatíveis com o Estágio Pré-operatório, mas deveria estar com prevalência de comportamentos compatíveis com os do Estágio das Operações Concretas. Esta opção sugere uma avaliação mista, indicando características do Estágio Pré-operatório e Operações Concretas. Entretanto, as características descritas estão mais alinhadas com o Estágio das Operações Concretas; B. GABARITO. Seu comportamento é compatível com o Estágio das Operações Concretas, o que indica, dentro dos conceitos Piagetianos, que se o professor insistir em estratégias tecnicamente mais usuais em estágios mais avançados, fracassará. Esta opção reconhece corretamente que as características se alinham com o Estágio das Operações Concretas, indicando que estratégias de ensino devem ser adaptadas a esse estágio. Destaca a importância de os professores adaptarem suas estratégias pedagógicas às características cognitivas dos alunos, utilizando abordagens que considerem o estágio de desenvolvimento em que se encontram. Se o professor não levar em conta as características do estágio das operações concretas e insistir em estratégias inadequadas para esse estágio, corre o risco de não promover o aprendizado eficaz. A aluna descrita se encaixa em várias das características do estágio das operações concretas: Limitações em pensamento abstrato: Apesar de seu pensamento ser mais avançado do que no estágio pré-operacional, as crianças ainda têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos e hipotéticos, preferindo lidar com situações concretas e tangíveis; Pensamento operacional: Demonstrem habilidades de raciocínio operacional, como a capacidade de resolver problemas de forma sistemática e aplicar regras lógicas para chegar a soluções e Pensamento lógico concreto: As crianças neste estágio são capazes de realizar operações mentais concretas e lógicas em objetos e eventos tangíveis do mundo real; C. A estudante apresenta características do Estágio das Operações Formais, que se caracterizam pela necessidade de as estratégias de ensino do professor piagetiano devem ser pautadas pela utilização de materiais concretos. Esta opção incorretamente associa as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto as características são mais consistentes com o Estágio das Operações Concretas; D. Apesar de parecer ter comprometimentos cognitivos, as características são compatíveis com a fase inicial das apresentadas no Estágio das Operações Formais. Esta opção confunde as características apresentadas com o Estágio das Operações Formais, enquanto a descrição se encaixa melhor no Estágio das Operações Concretas.

Fonte:

- <https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/><https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/>
- Taille, Yves de La. Oliveira, Marta Kohl. Dantas, Heloísa. Teorias Psicogenéticas em discussão: Piaget, Vygotsky e Wallon. Summus editorial. 1992

BRANCA	VERDE
27	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise das afirmativas: Afirmativa I: Personalização do ensino: Reconhece as diferenças individuais dos alunos e adapta o ensino às suas necessidades e estilos de aprendizagem; Integração de tecnologia: Potencializa o ensino por meio de recursos digitais, como plataformas online, jogos educativos e aplicativos. Afirmativa II: Contextualização e significância dos conteúdos: Torna o aprendizado relevante para a vida dos estudantes, conectando-o à realidade e aos seus interesses; Participação ativa dos alunos: Estimula a curiosidade, a autonomia e a construção do conhecimento através da experimentação e da resolução de problemas. Relação entre as afirmativas: Embora ambas as afirmativas sejam verdadeiras e importantes para a gestão da aprendizagem, a afirmativa II não justifica a afirmativa I. A afirmativa I se concentra em como a gestão da aprendizagem pode ser realizada, através da personalização e da integração de tecnologia. A afirmativa II se concentra em quais são os objetivos da gestão da aprendizagem, como contextualizar os conteúdos e promover a participação dos alunos. Conclusão: As duas afirmativas contribuem para uma gestão da aprendizagem eficaz, mas não há uma relação de causa e efeito entre elas. As duas afirmativas são verdadeiras e se complementam, mas a II não é uma justificativa completa da I. A gestão da aprendizagem eficiente envolve diversos princípios e métodos que se combinam para atender às necessidades dos alunos e promover o aprendizado eficaz. A afirmativa I diz que a aprendizagem é eficiente quando se baseia na personalização do ensino, reconhecendo as diferenças individuais dos alunos, e na integração de tecnologia, buscando potencializar o ensino por meio de recursos digitais. Não há na afirmativa palavras que afirmam que ela é eficiente “somente quando”, o que tornaria a assertiva errada.

Fonte:

- <https://blog.saraivaeducacao.com.br/gestao-de-aprendizagem/>

BRANCA	VERDE
28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República:

Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressalta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do Brasil, mas um conhecimento dentre as escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuítas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA	VERDE
29	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Veiga, no momento da execução, um projeto é de qualidade quando: Nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; É exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; Implica ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; É construído continuamente, pois como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível. Quanto à concepção, um projeto de qualidade deve apresentar as seguintes características: Ser um processo participativo de decisões; Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; Conter opções explícitas na direção da superação dos problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos de Alencastro. Resende, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs). Escola- Espaço do Projeto Político Pedagógico. Papirus Editora. P. 12;

BRANCA	VERDE
30	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o Art. 214: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) I - erradicação do analfabetismo (e não combate como na afirmativa I) ; II - universalização do atendimento escolar (e não apenas do Ensino Fundamental, como também está dito na afirmativa I) ; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Ou seja, a afirmativa I contém erros substanciais nas duas frases que a compõe.

Fonte:

- https://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRANCA	VERDE
31	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A BNCC pauta-se nas competências socioemocionais sugeridas e trabalhadas pela CASEL (sigla para “*Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning*”). A CASEL é uma instituição sem fins lucrativos, norte americana, localizada em Chicago, que busca desenvolver as habilidades socioemocionais dos alunos da Educação Básica. A CASEL sugere, 5 competências socioemocionais a serem trabalhadas com crianças e jovens que integram a Educação Básica. Portanto, no fundamento das competências socioemocionais da BNCC, temos: autoconhecimento; autocontrole; consciência social, habilidades de relacionamento, e tomada de decisão responsável.

Considerando o comando dado na supracitada questão que informa acerca de determinada turma onde o professor deseja trabalhar o envolvimento dos estudantes com o próximo, levando em conta a empatia, o respeito e a aceitação da diversidade, gênero e raça. Portanto, a competência socioemocional a ser trabalhada com a turma refere-se a **consciência social, que envolve a capacidade de compreender e se sensibilizar com as perspectivas e bem-estar dos outros, incluindo aqueles de diferentes origens e culturas. Esta competência está mais próxima do objetivo de promover empatia e respeito pela diversidade, mas é mais focada na percepção e compreensão do outro do que no desenvolvimento interno necessário para sustentar essas percepções.**

Já a competência do autoconhecimento, como dispõe o argumento recursal, está relacionado à compreensão de si mesmo, incluindo as próprias emoções, valores, forças e limitações. Trata da capacidade de entender as próprias emoções e avaliar seus pontos fortes e fracos.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- <https://educacao.imagineie.com.br/competencias-socioemocionais-bncc/>
- <https://cer.sebrae.com.br/blog/conheca-as-5-competencias-socioemocionais-da-bncc/>

BRANCA

02

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão é baseada no título do texto: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” que é formado por duas locuções verbais, assim, o período é composto. Primeiro período: “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil[...]”. Segundo período: “[...] e como isso pode fazer bem para a saúde mental”.

O período composto por coordenação é um período cujas orações que aparecem juntas não dependem uma da outra para fazer sentido, ou seja, são duas orações coordenadas, unidas em um período.

Período composto por subordinação: no período composto por subordinação, há, pelo menos, uma oração dependente de outra para ter sentido completo. Nesse caso, há uma oração principal, que tem sentido completo sozinha, e outra subordinada, que é dependente da oração principal para ter sentido.

Em “Por que dizer ‘não’ pode ser difícil e como isso pode fazer bem para a saúde mental” temos duas orações coordenadas. No entanto, no primeiro período: “Porque dizer não pode ser difícil” há uma relação de subordinação, ou seja, “dizer não” é o sujeito de “pode ser difícil”. Assim, temos oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo. Com isso, temos um período composto por coordenação e subordinação. O fragmento em tela não pode ser classificado como coordenado assindético, visto que a relação entre os períodos é estabelecida por meio de conjunção. Através dessas considerações, concluímos que o fragmento do texto é composto por “coordenação e subordinação”. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA

14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de qualquer coisa, imperioso destacar que o enunciado da questão limita o assunto ao disposto na Constituição Federal, logo, não se aplica para a solução da questão norma municipal que prevê o pagamento de insalubridade aos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 previa, antes do advento da Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos, no revogado art. 39, § 2º. A EC nº 19/98, contudo, ao disciplinar os direitos sociais dos servidores públicos, no art. 39, § 3º, deixou de inserir no dispositivo os adicionais sobre a remuneração, e incumbiu à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação desse direito. Dessa forma, o que se tem observado é que os Tribunais Brasileiros têm elencado dois requisitos fundamentais, e cumulativos, para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos: a previsão legislativa que autorize o pagamento e o laudo pericial que comprove o exercício da atividade como insalubre. Tribunais de todo o país, de forma maciça, têm negado o pagamento do adicional de insalubridade ao servidor público municipal quando ausente norma regulamentadora.

Esse posicionamento, segundo a jurisprudência, está lastreado no princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37, da Constituição da República, o qual vincula o administrador a praticar somente os atos autorizados pela lei.

Assim, ainda que seja realizado laudo pericial comprovando que o servidor esteja trabalhando em atividade insalubre, ele não terá direito ao recebimento do adicional de insalubridade se lei municipal não disciplinar a matéria, pois inviável a concessão de aumento ou vantagem a servidor público sem amparo em lei anterior.

Art. 39. § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Constituição de República de 1988, no Art. 5º, inciso XXV, menciona que *“no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;”*.

Assim, o iminente perigo público é aquela situação que pode acontecer e gerar um dano coletivo ou uma situação que já aconteceu e se a Administração Pública não tomar uma medida, tal situação pode se estender e prejudicar mais pessoas.

Nota-se que o enunciado da questão informa que houve restituição do estado anterior dos imóveis, logo não há danos e a obra se justifica pelo iminente perigo público.

Não se perca de vista ainda, que o enunciado informa que a municipalidade precisou intervir na propriedade dos particulares, sem desalojá-los e que os imóveis foram restituídos sem danos, portanto, não há que se falar em desapropriação.

Fonte:

- Constituição de República de 1988.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise da afirmativa solicitada como correta: III. A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação é apresentada de **forma** explícita, de forma clara e concisa, sem ambiguidades ou informações irrelevantes. A nova informação deve ser necessariamente suficiente para que o aluno possa fazer a conexão com os seus conhecimentos prévios. Esta afirmativa apresenta incorreção Ausubel não requer que a nova informação seja apresentada de forma explícita; a aprendizagem significativa também pode ocorrer de forma implícita. Embora Ausubel enfatize a importância da apresentação explícita da nova informação, ele reconhece que a aprendizagem significativa também pode ocorrer de forma implícita. Nesse processo, a nova informação é assimilada de maneira gradual e subliminar, sem ser explicitamente apresentada. Vejamos exemplos: Aprendizagem Significativa Explícita: Leitura de um livro didático sobre a Segunda Guerra Mundial: A informação é apresentada de forma direta e organizada, com o objetivo claro de transmitir conhecimento sobre o evento; Aprendizagem Significativa Implícita: observação de um jogo de futebol e aprendizado das regras: O indivíduo aprende as regras do futebol ao observar e interagir com o jogo, sem necessariamente ter recebido instruções explícitas.

Fonte:

- Fonte: Lima, Gláucia da Conceição. Souza, Glauber Santana. APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA. Disponível em https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/13415526042012Didatica_Especial_para_o_Ensino_de_Ciencias_e_Biologia_II_Aula_4.pdf
- A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: ESTRATÉGIAS FACILITADORAS E AVALIAÇÃO1 disponível em https://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID3/v1_n1_a2011.pdf

- <https://educacao.imagine.com.br/aprendizagem-significativa/>

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão do papel da Zona de desenvolvimento Proximal remete exatamente a ideia de suporte de alguém para que tudo o que um indivíduo consiga fazer com certa ajuda, depois seja capaz de fazer com autonomia. Observe o excerto utilizado na confecção de um dos recursos, “Durante anos a psicologia sustentou o princípio de que somente as tarefas que a criança conseguiria resolver de forma independente poderiam ser tomadas como indicativo de seu nível de desenvolvimento mental. Neste raciocínio, a imitação era vista como um processo puramente mecânico, que não pode, portanto, ser levado em conta na investigação da capacidade intelectual da criança. Mas **Vygotsky observou que as crianças podem imitar ações que vão muito além de suas capacidades reais ou efetivas. Numa atividade coletiva ou sob orientação dos adultos, elas podem aumentar suas capacidades de desempenho, pois essa imitação de atos e habilidades, cujo conteúdo supera a capacidade real da criança, cria zonas de desenvolvimento proximal.** Foi também neste fato que Vygotsky se apoiou quando defendeu a tese de que a aprendizagem antecede o desenvolvimento.”. Isto posto, a reavaliação do papel da imitação na teoria de Vygotsky é implícita, pois “as teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem que defendem o tradicional princípio da aplicação de uma orientação pedagógica desejável, uma vez diagnosticado o desenvolvimento. Não é difícil perceber que estas posturas pedagógicas trazem implícita a ideia de que o ensino deve prosseguir com base no desenvolvimento efetivo, já produzido”.

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky- a relevância social. Summus editorial. P.109

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro no enunciado, erro na divulgação do gabarito ou ausência de resposta correta. A banca julga improcedente o recurso. Vejamos o contexto da questão. “Apesar dos avanços, o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis. A qualidade da educação varia significativamente entre as regiões, sendo as áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Os desafios da escola pública nascem durante o Segundo Reinado no Brasil, época em que houve avanços e mudanças significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Essa fase foi marcada por esforços para consolidar e organizar o ensino, visando atender às demandas crescentes por uma educação mais acessível. Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas que foram herdadas do período colonial, passando por mudanças para se alinhar aos ideais republicanos e democráticos. Dessa forma, o ensino público brasileiro continua no enfrentamento de seus desafios, desde a fundação de seu primeiro colégio, até os dias atuais.”. destaques do enunciado: Desafios no sistema de ensino público: O texto destaca que o sistema de ensino público no Brasil enfrenta desafios consideráveis, indicando que há questões a serem superadas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos; Disparidades regionais na qualidade da educação: É ressaltado que a qualidade da educação varia significativamente entre as regiões do Brasil, com áreas urbanas geralmente mais privilegiadas em comparação com as rurais. Isso evidencia uma desigualdade no acesso à educação e na oferta de recursos educacionais; Origem histórica dos desafios da escola pública: O texto menciona que os desafios da escola pública têm origem no Segundo Reinado no Brasil, indicando que questões relacionadas à educação não são recentes, mas têm sido enfrentadas ao longo da história do país; Expansão da rede de escolas públicas durante o Segundo Reinado: Destaca-se que durante o Segundo Reinado ocorreram avanços e mudanças

significativas no sistema educacional do país, incluindo a expansão da rede de escolas públicas. Isso evidencia um esforço para tornar a educação mais acessível à população; Laicização do ensino com a Proclamação da República: Após a Proclamação da República em 1889, houve um movimento de laicização do ensino, separando-o das influências religiosas herdadas do período colonial. Essa mudança buscou alinhar o sistema educacional aos ideais republicanos e democráticos; Continuidade dos desafios ao longo da história: O texto ressalta que o ensino público brasileiro continua enfrentando desafios desde a fundação de seu primeiro colégio até os dias atuais, indicando que os problemas educacionais não foram totalmente resolvidos ao longo do tempo. Análise do Comando da questão: “O nascimento da escola pública brasileira foi marcado pela fundação do”: O comando da questão solicita uma análise específica sobre um evento histórico relacionado ao nascimento da escola pública brasileira. Ele indica que o aluno deve identificar e possivelmente fornecer informações sobre esse evento, destacando sua importância no contexto da história educacional do Brasil. Portanto, espera-se que o aluno demonstre conhecimento sobre a fundação da primeira escola pública no país e suas implicações históricas. Observe que não foi pedido qual foi a primeira escola pública do Brasil, mas um conhecimento dentre as escolas que foram oferecidas como distratores, da que tenha sido um marco na escola pública do Brasil. Passemos à análise do gabarito: O Colégio Pedro II, fundado em 1837, é considerado a primeira instituição de ensino público secundário oficial do Brasil, estabelecido durante o Segundo Reinado em 1837, com o objetivo de formar futuros líderes do país. Sua contribuição para a educação no Brasil é notável, destacando-se como uma instituição de referência ao longo dos anos. Foi uma instituição de ensino laica e gratuita do Brasil, aberta a todos os cidadãos, independentemente de classe social ou origem. Teve um papel fundamental na modernização do sistema educacional brasileiro, introduzindo novas disciplinas e métodos de ensino. Formou importantes figuras da história do país, como políticos, intelectuais e artistas. O Colégio Pedro II influenciou a formação de diversas gerações de brasileiros, incluindo intelectuais, políticos, artistas e cientistas. A instituição é considerada um marco na história da educação pública no Brasil, por sua inovação, qualidade e compromisso com a formação integral dos alunos. O Colégio Pedro II foi criado por decreto imperial, demonstrando a importância que o governo dava à educação pública na época. A instituição oferecia um currículo moderno e abrangente, que incluía disciplinas como ciências, matemática, línguas estrangeiras e filosofia. O Colégio Pedro II também se destacava por sua laicidade, em contraste com as escolas confessionais da época. Análise dos distratores: A) Colégio dos Jesuítas em São Paulo: Fundado em 1554, era uma instituição privada que atendia principalmente à elite colonial; B) Colégio São Bento: Fundado em 1903, o Colégio São Bento também é uma instituição privada, com foco em valores religiosos e humanistas; D) Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, também é uma instituição privada vinculada à tradição jesuíta.

Fonte:

- Ghiraldelli, Paulo. História da educação brasileira. Editora Cortez. 2014.
- <https://colegiodesaobento.com.br/>
- <https://www.diariogm.com.br/cultura/25-de-janeiro-de-1554-jesuistas-fundam-o-colegio-que-deu-origem-a-cidade-de-sao-paulo>
- <https://www.santoinacio-rio.com.br/historia#gsc.tab=0>CARGO: Professor Auxiliar de Creche

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Veiga, no momento da execução, um projeto é de qualidade quando: Nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; É exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; Implica ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; É construído continuamente, pois como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível. Quanto à concepção, um projeto de qualidade deve apresentar as seguintes características: Ser um processo participativo de decisões; Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; Conter opções explícitas na direção da superação dos problemas, no decorrer do trabalho educativo

voltado para uma realidade específica; Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Fonte:

- Veiga, Ilama Passos de Alencastro. Resende, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs). Escola- Espaço do Projeto Político Pedagógico. Papirus Editora. P. 12;

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

26 de março de 2024
INSTITUTO CONSULPLAN